



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



AGEANE ALVES RAMOS

**SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO NA METRÓPOLE:
AS PONTES QUE UNEM E SEPARAM NO CONTEXTO DAS
OCUPAÇÕES EM MARGENS DOS IGARAPÉS DE MANAUS**

**Manaus – AM
2021**

AGEANE ALVES RAMOS

**SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO NA METRÓPOLE:
AS PONTES QUE UNEM E SEPARAM NO CONTEXTO DAS
OCUPAÇÕES EM MARGENS DOS IGARAPÉS DE MANAUS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Castro de Lima

**Manaus – AM
2021**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R175s Ramos, Ageane Alves
Segregação e diferenciação na metrópole: as pontes que unem e separam no contexto das ocupações em margens dos igarapés de Manaus. / Ageane Alves Ramos . 2021
138 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Marcos Castro de Lima
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Segregação. 2. Diferenciação Socioespacial. 3. Igarapés. 4. Manaus. 5. Pontes. I. Lima, Marcos Castro de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado e Doutorado Conceito 4 CAPES
Aprovado pela Resolução Nº 011 – CONSUNI de 11/07/2006
Reconhecido através da Portaria Nº 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do(a) Senhor(a) **AGEANE ALVES RAMOS**, discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, Área de Concentração em Amazônia: Território e Ambiente, realizada no dia **28 de Abril de 2021**.

Aos **vinte e sete** dias do mês de **Abril** de **dois mil e vinte e um**, às **nove horas**, em sala virtual (Google Meet), realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **“SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO NA METRÓPOLE: AS PONTES QUE UNEM E SEPARAM NO CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES EM MARGENS DOS IGARAPÉS DE MANAUS”**, sob orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) **MARCOS CASTRO DE LIMA (PPGEOG/UFAM)**, do(a) aluno(a) **AGEANE ALVES RAMOS**, em conformidade com o Art. 83 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: **Professor(a) Doutor(a) Marcos Castro de Lima (Presidente - PPGEOG/UFAM)**, **Professor(a) Doutor(a) Ana Paulina Aguiar Soares (ENS/UEA/MANAUS)** e a **Professor(a) Doutor(a) Ricardo José Batista Nogueira (PPGEOG/UFAM)**. O(A) Presidente da Banca Examinadora deu início à sessão convidando os membros da Banca e o(a) Mestrando(a) a tomarem seus lugares. Em seguida, o(a) Senhor(a) Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada ao(a) Mestrando(a) para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos Membros da Banca Examinadora. Após a apresentação e arguição pelos Membros da Banca Examinadora, esta reuniu-se onde decidiu, por unanimidade, que o(a) discente foi **“APROVADA”**. A sessão foi encerrada. Eu, **Maria das Graças Luzeiro**, Técnica do PPGEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos Membros da Banca Examinadora e pelo(a) Mestrando(a). Manaus (AM), **28 de Abril de 2021**.

Banca Examinadora	Rubrica	Nota
Prof(a) Dr(a) Marcos Castro de Lima Presidente (PPGEOG/UFAM)		“10,0”
Prof(a) Dr(a) Ana Paulina Aguiar Soares Membro Titular (ENS/UEA/MANAUS)		“10,0”
Prof(a) Dr(a) Ricardo José Batista Nogueira Membro Titular (PPGEOG/UFAM)		“10,0”

Mestranda

Maria das Graças Luzeiro
Mat. Slape 399554

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha mãe, pelas orações, pelos ensinamentos tão sábios, por ter me ensinado as primeiras letras do alfabeto, e por tantas vezes, nessa fase de pesquisa, ter buscado ocultar situações - embora não conseguisse! - sobre ela e meu pai num momento tão delicado que passamos nesta pandemia. Dedico ao meu pai, que com seu jeito tímido, sempre esteve como o maior incentivador dos meus sonhos. Muito obrigada meus amores!

AGRADECIMENTO

Esse trabalho não é só meu. Foram envolvidas outras pessoas e lugares que percorri, para ter sido possível a sua realização, e, por isso, agradeço:

A oportunidade de estar viva, juntamente com os amores da minha vida, após crises de saúde física e emocional, como também o fato de ser possível pesquisar e poder defender minha dissertação nesse período tão atípico e pandêmico.

Ao Professor Doutor José Aldemir de Oliveira (*In memoriam*), grande exemplo do estado do Amazonas nas ciências Geográficas.

Ao Professor Doutor Marcos Castro de Lima, extraordinário orientador e profissional das ciências geográficas. E não poderia deixar de afirmar, que este professor é orgulho para nossa terra.

À Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade e apoio em mais uma etapa acadêmica e concretização de um sono.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) pelo fomento e concessão da bolsa de mestrado para realização desta pesquisa.

Ao Professor Doutor Ricardo Nogueira e ao Professor Doutor Geraldo Valle, que contribuíram com observações tão valiosas no exame de qualificação.

Aos colegas do grupo de orientação, aos demais colegas discentes e aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que oportunizaram excelentes momentos de diálogo sobre uma geografia significativa e ativa para a sociedade.

Aos queridos colegas de mestrado Fredson Bernardino e Jean Campos, pelos diálogos e contribuição nos mapeamentos das áreas de pesquisa.

As famílias do bairro da União, do Igarapé do Quarenta e do Manaus 2000, que tão carinhosamente contribuíram e me receberam nas pesquisas de campo, as quais se envolveram e participaram ativamente nos diálogos, que se dispuseram as andanças nos comércios e residências vizinhas, embora fora preciso suspender esses encontros tão significativos e ricos de informação por causa desse período pandêmico.

Especialmente ao meu querido pai Senhor Nazareno e minha querida mãe Senhora Izete, pelo impulso vital e paciência nas minhas ausências.

As minhas vidas fora do meu corpo, Vinícius e Lonny, pelo incentivo tão carinhoso apoio, obrigada meus amados filhos!

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.

Paulo Freire.

O poder da geografia é dado pela sua capacidade de entender a realidade em que vivemos.

Milton Santos

RESUMO

As pontes que separam, representam a constatação de uma realidade da cidade de Manaus, vinculadas ao urbanismo nas proximidades de igarapés. As pontes, nesse caso, servem para unificar as margens dos pequenos rios que separam duas morfologias urbanas, pois, de um lado pode-se ter um urbanismo previamente planejado, com a racionalidade do desenho urbano e do outro lado encontra-se uma irregularidade morfológica, o desenho urbano não precedido da racionalidade urbanística previamente estabelecida. Utiliza-se os conceitos de segregação e diferenciação, pretendendo entender o processo da reprodução social nos bairros Japiim, Distrito Industrial I e Parque Dez de Novembro, separadas pelos igarapés e articuladas pelas pontes, que se de um lado unem as margens, podem separar as morfologias e segmentos sociais, que vivem de lados opostos das margens. O principal objetivo foi entender o processo de diferenciação socioespacial na cidade de Manaus em áreas próximas a igarapés a partir de sua expressão urbana e do significado das pontes que os unem e diferenciam, assim como identificar o processo de segregação e diferenciação. Procurou-se identificar o processo de diferenciação socioespacial interna nos bairros Japiim e Parque Dez de Novembro na cidade de Manaus, pois estes bairros apresentam morfologias urbanas diferenciadas por serem cortados por igarapés. A metodologia partiu de uma revisão bibliográfica sobre os processos de segregação e diferenciação no espaço intraurbano, com base empírica e consiste em uma análise estrutural urbana com abordagem qualitativa. Também foram procedidas entrevistas individuais e em grupos, com perguntas abertas com uma média de 28 participantes, levantamentos documentais e em jornais sobre o processo de ocupação e formação dos bairros analisados, bem como imagens de satélite e icnográficas, que permitiram o entendimento das formas urbanas diferenciadas em ambas as margens dos igarapés. O presente trabalho, portanto, foi o percurso de uma pesquisa desenvolvida nos referidos bairros da cidade de Manaus-AM, sobre o processo de ocupação, visando entender sua formação socioespacial e posterior diferenciação interna nas áreas de igarapés; desse modo, identificou as pontes como objetos que unem e diferenciam essas áreas, procurou compreender a produção de morfologias urbanas heterogêneas, mesmo que próximas do ponto de vista topográfico.

Palavras-chave: Segregação e Diferenciação Socioespacial; Igarapés; Manaus; Pontes.

ABSTRACT

The bridges that separate represent the verification of the reality of Manaus city, linked to urbanism near streams. The bridges in this case serve to unify small river banks, which separate two urban morphologies, because on one side it can have a previous planned urbanism, with the rationality of urban design, and on the other side it can show a morphological irregularity, the not preceded urban design of urbanistic rationality previously established. The concepts of segregation and differentiation are used, aiming to understand the process of social reproduction in the districts Japiim, Distrito Industrial I and Parque Dez de Novembro, segregated by the streams and articulated by bridges, which if on one side unite the river banks, it can also separate the morphologies and social segments that live on opposite sides of river banks. The main objective was to understand the process of socio-spatial differentiation in Manaus city, in areas near streams from its urban expression and the meaning of the bridges that unite and differentiate them, as well as identify the segregation and differentiation process. The attempt to identify the process of internal socio-spatial differentiation was made in Japiim and Parque Dez districts, because these districts present different urban morphologies for being cut by streams. The methodology was made from a literature review about segregation and differentiation processes in intraurban space with empirical basis and consists in urban structural analysis with qualitative approach. Individual interviews were conducted, also in groups with open questions with an average of 28 participants, documentary surveys and in newspapers about the process of occupation and formation of the analyzed districts, as well as satellite and icnographic images, which allowed the understanding of differentiated urban form on both river banks's streams. The present work, therefore, was the path of a research developed in the referred districts of the city of Manaus-AM, about the occupation process, aiming to understand their socio-spatial formation and later internal differentiation in streams areas, to thereby identify the bridges as objects that unite and differentiate these areas, seeking to understand the production of heterogeneous urban morphologies, even if it is close to the topographic point of view.

Key words: Socio-spatial Segregation and Differentiation; Streams; Manaus; Bridges.

SIGLAS

ANEEL.....	Agência Nacional de Energia Elétrica
APA.....	Área de Proteção Ambiental
APP.....	Área de Proteção Permanente
BNH.....	Banco Nacional de Habitação
COHAB – AM.....	Companhia de Habitação do Amazonas
CPT.....	Comissão Pastoral da Terra
DOM-MANAUS.....	Diário Oficial do Município de Manaus
ETA.....	Estação de Tratamento de Águas
ETE.....	Estação de Tratamento de Esgoto
FIEAM.....	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAAM.....	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
PIM.....	Polo Industrial de Manaus
PIN.....	Plano de Integração Nacional
PROSAMIM.....	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
RMM.....	Região Metropolitana de Manaus
SHAM.....	Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas
SEDUC.....	Secretaria de Estado de Educação e Desporto
SEMMAS.....	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SUDAM.....	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA.....	Superintendência da Zona Franca de Manaus
ZFM.....	Zona Franca de Manaus

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Esquema clássico de segregação residencial.....	31
FIGURA 02 - Linha do tempo de Manaus.....	44
FIGURA 03 - Área de lazer no bairro Parque Dez de Novembro em 1960, Manaus/AM.....	49
FIGURA 04 – Mapa de localização da área de estudo: bairro do Parque Dez de Novembro e Bairro da União.....	50
FIGURA 05 - Mapa da Bacia do Igarapé do Bindá. Localização da área de estudo: Bairro da União no bairro Parque Dez de Novembro.....	51
FIGURA 06 - Imagem de Satélite do bairro do Parque Dez de Novembro e Bairro da União...	52
FIGURA 07 - Fotos do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.....	53
FIGURA 08 – Casa populares: 2º etapa, conjunto 31 de Março - bairro Japiim.....	54
FIGURA 09 - Mapa de localização da área de estudo: bairros Japiim e Distrito Industrial I...	55
FIGURA 10 - Mapa da Bacia do Igarapé do Quarenta. Localização da Área de estudo: bairro Japiim - comunidade do Igarapé do Quarenta, bairro Distrito Industrial I- Manaus 2000.....	56
FIGURA 11 - Fotos dos tipos de residências na margem do Igarapé do Quarenta-bairro Japiim.....	56
FIGURA 12 - Imagem de satélite: bairros do bairro Japiim e Distrito Industrial I	57
FIGURA 13 - Fotos do bairro Japiim e comunidade do Igarapé do Quarenta.....	59
FIGURA 14 - Imagem satélite: Japiim, Distrito Industrial I e conjunto Manaus 2000.....	60
FIGURA 15 – Fotos: campanha política para Prefeitura de Manaus/AM, 1996.....	69
FIGURA 16 - Imagem satélite: bairros do Distrito Industrial I, Japiim com localização do Shopping Studio 5 Festival Mall.....	70
FIGURA 17 - Imagem satélite: bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.....	72
FIGURA 18 - Imagem satélite: bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.....	74
FIGURA 19 - Foto: Ponte di Pietra, Verona – Itália.....	83
FIGURA 20 - Foto: Ponte Brooklyn Bridge - cidade de Nova York/EUA.....	84
FIGURA 21 - Foto: Ponte Maurício de Nassau – Recife/PE.....	85
FIGURA 22 - Planta das vilas de Manãos e Ega – 1845 / AM.....	87
FIGURA 23 - Planta da cidade de Manãos – 1879 / AM.....	88
FIGURA 24 – Foto: Ponte da Imperatriz - Manaus/Am.....	88

FIGURA 25 – Foto: Ponte do Espírito Santo - Manaus/AM.....	89
FIGURA 26 – Foto: Ponte de ferro dos Remédios (1896), Manaus/AM.....	89
FIGURA 27 – Foto: A ponte jornalista Phelippe Daou - Manaus/AM.....	93
FIGURA 28 – Mapa: Domicílios com energia elétrica via rede geral de distribuição sem contador. Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.....	103
FIGURA 29 – Mapa: Domicílios conectados à rede geral de abastecimento de água. Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.....	104
FIGURA 30 - Domicílios conectados à rede geral de esgotamento sanitário via rede geral de esgoto e pluvial. Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União...	105
FIGURA 31 – Mapa: Domicílios com esgotamento sanitários via rio ou lago. Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.....	107
FIGURA 32 – Mapa: Domicílios com renda mensal de 5 a 10 salários mínimos Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.....	108
FIGURA 33 – Mapa: Domicílios com energia elétrica via rede geral de distribuição sem contador. Setores censitários dos bairros Distrito Industrial I e bairro Japiim.....	110
FIGURA 34 – Mapa: Domicílios conectados à rede geral de abastecimento de água. Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim.....	112
FIGURA 35 – Mapa: Domicílios conectados à rede geral de esgotamento sanitário via rede geral de esgoto e pluvial. Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim...	113
FIGURA 36 – Mapa: Domicílios com esgotamento sanitários via rio ou lago Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim.....	114
FIGURA 37 – Mapa: Domicílios com renda mensal de 5 a 10 salários mínimos. Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim	115
FIGURA 38 – Foto: Alagações de casas em leitos de igarapés - Bairro da União.....	116
FIGURA 39 – Foto: Alagações de casas em leitos de igarapés - Manaus 2000.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Identificação do topônimo bairro da União.....	75
GRÁFICO 02 - Identificação do topônimo da rua Barreirinha.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 AS PONTES QUE UNEM E SEPARAM	21
1.1 Segregação e diferenciação socioespacial: pontes que unem e separam ocupações às margens de igarapés na cidade de Manaus.	21
1.1.1 A importância de conceituar	21
1.1.2 Considerações sobre segregação e diferenciação socioespacial	22
1.1.3 Agentes modeladores do espaço	35
1.1.4 A produção da cidade.....	40
1.1.5 A metrópole Manaus.....	40
1.1.6 Diferenciações morfológica dos bairros Japiim e Parque Dez de Novembro em Manaus.....	45
2 A RELAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO COM OS IGARAPÉS.....	59
2.1 Toponímia e toponímia nos bairros Japiim, Parque Dez de Novembro e Distrito Industrial I.....	59
2.2 As relações topológicas na metrópole ilegal: pontes e as ocupações às margens dos igarapés de Manaus.	75
2.2.1 Sobre das pontes	77
2.3 Por que as pontes separam?.....	88
3 PROCESSO DE SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MANAUS.....	92
3.1 A infraestrutura urbana básica como termômetro dos processos de segregação e diferenciação na Metrópole Manaus.....	92
3.2 A diferenciação interna entre os dois recortes espaciais.	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
APÊNDICES.....	131
ANEXOS.....	133

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda as diferenças de ocupação nas margens de igarapés¹ da metrópole Manaus, em seus aspectos socioespaciais, cuja população supera os 2 milhões de habitantes, e, traz consigo diferenciações de grupos sociais, que habitam estas proximidades de igarapés. Não se pode generalizar que todas as populações habitantes nas margens ou proximidades de igarapés, fazem parte de um segmento social excluído, conforme sustentado por Corrêa (2002), pois existem casos em que, mesmo estando relativamente próximas a igarapés, populações de alguns bairros e comunidades pertencem a uma classe média, que não sofre com os problemas socioeconômicos daquelas populações excluídas, que tradicionalmente ocupou essas margens. Exemplos desta afirmação podem ser constatados em bairros como Japiim e Parque Dez de Novembro, onde as margens dos igarapés que os cortam, apresentam nítidas diferenças em relação ao processo de ocupação. As pontes mais do que unir duas margens, mostram a diferenciação ali existente. Essa diferenciação é constatada por meio das formas espaciais e do pertencimento das pessoas em relação ao “seu lado” do igarapé, e, que as pontes que unem, deixam, também, clara a posição de cada grupo. Essas pontes ligam as margens, mas não ligam a expressão socioespacial ou o pertencimento entre os dois lados do canal dendrítico. Por conseguinte, as pontes que unem, também, podem separar, pois conceitos como segregação e diferenciação analisados no contexto do espaço urbano são mais sutis e presentes do que a visão nos pode revelar.

Esta pesquisa foi motivada pela inquietação em relação a fatos observados em áreas próximas a igarapés e ligadas por pontes na metrópole Manaus. Essas áreas, embora estejam circunscritas do ponto de vista oficial, a um mesmo bairro estão de fato separadas tanto no seu pertencimento mútuo quanto na toponímia e na expressão socioespacial.

Os igarapés acabam, assim, constituindo um limitador natural entre elas, onde se tem de um lado um segmento com menores índices de infraestrutura, valor da terra e imóveis mais baratos, aglomerados de ruas mais estreitas e menos urbanizadas, todavia, do outro lado se tem a realidade oposta. Mas, não é somente em sua dimensão visível num primeiro momento que esta diferenciação e segregação são constatáveis. A toponímia, ou seja, os nomes conferidos a estes lugares também serão diferentes no contexto de um mesmo bairro. É só pensar no chamado “Bairro da União”, uma comunidade oriunda de ocupações irregulares, e o Parque Dez de Novembro, bairro tradicional de Manaus, estão separados por um igarapé, onde se muda

¹ Termo regional amazônico que pode ser comparado a um canal dendrítico, pequeno riacho, canal estreito ou pequeno rio com ou sem nascentes.

a expressão espacial em ambas as margens. Dado que de fato, oficialmente o nome Bairro da União é na verdade o bairro Parque Dez de Novembro, por estar contido, oficialmente em seu território.

Existem outras áreas de Manaus em que os igarapés separam mais do que duas margens, demonstrando duas realidades socioespaciais. A exemplo do bairro Japiim, quando o Igarapé do Quarenta o separa do conjunto de casas populares, o Manaus 2000, este já pertencente ao bairro do Distrito Industrial I. Estas constatações apresentam sempre um elemento natural (igarapé) e um antrópico (ponte) como elementos que unem e separam realidades socioespaciais urbanas.

Assim, esta pesquisa se justifica pelo fato de procurar entender as múltiplas realidades urbanas de uma mesma metrópole. Realidades próximas em sua dimensão topográfica, mas distantes em sua dimensão topológica, em que nem sempre o perto significa estar próximo e onde a existência de pontes, mesmo que permitam transpor leitões, não significará a integração dos lugares, pois, a articulação possibilitada pelas pontes não significa integração, que é um conceito mais profundo da vivência e ambiência urbana. Foram utilizados os conceitos de diferenciação e segregação para o entendimento da pesquisa, tendo em vista se considerar que há de fato nas áreas selecionadas, uma realidade que permita o enfoque dos conceitos, significando diferenciação interna de um bairro, em sua produção urbana e em seu desenho, e uma segregação em relação às demais áreas, que mesmo próximas e unidas por pontes estão separadas simbólica, econômica e urbanisticamente.

Essa abordagem demonstrou as diferenças de ocupação nas margens de canais dendríticos (igarapés), que cortam a metrópole Manaus em seus aspectos socioespaciais, de uma cidade cuja população estimada pelo IBGE em 2020, é 2.219.580 de habitantes e traz consigo diferenciações de grupos, que habitam as proximidades desses locais. As pontes ali existentes, mais do que unir duas margens, mostram a diferenciação do urbano, em que nesse aspecto demonstra a segregação pelos tipos de moradias e morfologia urbana, e, não houve um prévio planejamento urbanístico para ocupação deste solo, que:

[...] pode ser espontânea, referindo-se a uma estratégia de classe que, a partir de uma diferenciação de renda, localiza as pessoas, diferencialmente, na metrópole, uma vez que, o uso está subordinado à propriedade e, portanto, seu uso se submete à realização do valor através de um ato de troca (CARLOS 2007, p. 96)

Como ainda o fato de o Estado intervir e promover o processo de segregação, onde a referida autora, utilizando Lefebvre aponta que este autor:

[...] chama de “segregação programada” que se realiza pela intervenção do Estado através de políticas urbanas orientadas pelas exigências da reprodução. Isto é, a intervenção do Estado no espaço, seja diretamente através da construção de infraestrutura, seja através das políticas urbanas que incentivam o deslocamento das atividades, transformando as funções dos lugares, consequência do movimento de valorização/desvalorização dos lugares (CARLOS, 2007, p. 96).

Nesse sentido, repensar criticamente sobre essas realidades existentes na cidade de Manaus, faz parte do compreender como elas se reproduzem com o passar dos anos, onde existem moradores que estão de um lado ou do outro lado da ponte por diversos anos, e, diferenciam-se por características socioeconômicas, moradias e condições de vida, embora pertençam ao mesmo tecido urbano produzido nas proximidades de Igarapés, sob o poder da administração pública.

Tradicionalmente as pontes servem para unificar lados opostos, margens de rios, Igarapés, abismos, etc., e são vistas como unificadores de espaços e de discontinuidades espaciais. Nesse caso, as pontes servem não somente para unificar duas margens, mas, para revelar diferenças e separações. Tem o “deste lado e o do outro lado” da ponte, sendo que essa diferenciação vai além da simples constatação empírica de duas margens. Ela se estende ao sentimento de pertencer a um lugar, em que os habitantes veem o outro, o da outra margem, como portador de diferenças em relação a si. O espaço não é o mesmo, a morfologia não é a mesma, as pessoas que ocupam constroem a ideia de que pertencem a classes diferentes, ou seja, aquelas que compraram terreno, aquela que tem as casas maiores, e aquelas que ocuparam terras irregularmente, que vivem aglomeradas, tidas como pessoas “perigosas”, que habitam o “outro lado”.

Muitas vezes, essas pontes não são aceitas pelas populações que fazem parte do seguimento mais abastado ou de classe média, que procura se distanciar dos segmentos subalternos. Essas pontes devem ser consideradas nessas duas dimensões: quando elas unem e quando elas separam, fato que contribui numa diferenciação das características urbanísticas. Pois:

Isto que constitui a prática social global, aí compreendidas as atividades diversas que fazem, até nova ordem, uma sociedade: as atividades educativas, administrativas, políticas, militares etc. Portanto, não é preciso vincular [atribuir] à ideologia todas as localizações. Se o “lugar” social, a nobreza e a ralé, a “esquerda” e a “direita” políticas podem passar por localizações, isto não decorre somente da ideologia, mas das propriedades simbólicas do espaço, inerentes à sua ocupação prática (LEFEBVRE, 2006, p. 288).

A reprodução das ocupações irregulares que fazem parte da morfologia da metrópole Manaus, como em muitas cidades brasileiras, demonstra o reflexo de suas condições sociais,

como sustenta Correa (1997, p.36) ao afirmar que “O espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais presentes”.

Observados nas áreas em torno de pequenos canais (igarapés) nos bairros do Parque Dez de Novembro e Japiim, que são bairros com áreas compostas tanto de ocupação planejada quanto posteriormente de ocupação irregular, de onde derivam os topônimos diferenciados por seus moradores, que habitam em lados opostos e são unidos por pontes, mas se distanciam na identificação frente ao espaço e ao outro.

Neste contexto, os sujeitos embora façam uso da terra com o mesmo objetivo, vivem de forma segregada em áreas diferenciadas morfologicamente. E de acordo com Corrêa (1995) utilizando Castells “A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas” (1977, p. 203).

A organização de espaços cada vez mais segregados faz parte da realidade da metrópole amazônica, onde as características urbanísticas e os aspectos socioespaciais nas proximidades de áreas de igarapés se diferenciam e se distanciam por pontes, que de um lado possuem espaços definidos entre uma casa e outra, ou entre uma rua e outra, e do outro lado da ponte mais parece um aglomerado desprovido de desenho urbano, considerado “aceitável”, aglomerado de casas e ruas organizadas a partir do cotidiano e das possibilidades desses moradores, sendo estes lugares o reflexo histórico das desigualdades urbanas e do direito à cidade, onde determinada camada da população adequou-se ao lado, que lhe possibilitou residir de acordo com suas condições socioeconômicas, tendo em vista que a terra urbana constitui uma mercadoria.

Dias (2007), em estudo sobre a ilusão do Fausto que tomou conta da metrópole Manaus, no período da farta exportação da borracha, pretende mostrar a transformação de Manaus em capital da borracha, objetivando um lócus desenvolvido no meio da floresta, e que deveria contrastar com a ‘barbárie’ representada pelos aspectos típicos da região, e que mantinha contradições nas condições de vida dos seus habitantes. Segundo esta autora:

O espaço urbano pensado, idealizado e organizado para se fazer conhecer, impressionar e atrair os investidores estrangeiros, ao mesmo tempo em que projeta para o mundo prosperidade e civilização, dentro da visão burguesa de uma cidade ideal, cria também as próprias contradições (DIAS, 2007, p. 119).

Essa visão burguesa pode ser constatada no presente na capital amazonense, inclusive nas margens de igarapés que as pontes unem, todavia, separam os segmentos sociais quando se verifica as condições de sua morfologia. Logo, as características que diferenciam os níveis de

ocupação no mesmo espaço, não constituem novidade contemporânea, contrário, a forma de ocupação do solo na cidade de Manaus é consequência de um passado que segregou, diferenciou e deixou lacunas em seu planejamento urbanístico.

Os bairros que estão nas proximidades dos igarapés unidos pelas pontes, a exemplo do Bairro do Japiim e o conjunto Manaus 2000 trazem dentro do aspecto diferenciação, a toponímia do local, em que dependendo do lado que residem, se identificam com determinado nome de bairro pela história construída naquele local. É comum os locais que foram ocupados irregularmente e cuja população é mais pobre, mesmo sendo no contexto de um mesmo bairro, receber outros nomes, formando “comunidades” dentro destes bairros. Dentro do bairro Parque Dez de Novembro há uma comunidade chamada “Bairro da União”, localizado territorialmente no bairro, mas, recebendo nome distinto do bairro tradicional. O mesmo ocorre entre o Japiim e a localidade denominada Manaus 2000. O fato de não corresponder à nomenclatura oficial junto à prefeitura a exemplo do Bairro da União, não impede que este seja reconhecido como tal no cotidiano e no sentido de pertencer dos que ali habitam, como que criando uma resistência ao outro lado do igarapé, daqueles que são do Parque Dez. Até mesmo no transporte coletivo isto é evidenciado nas linhas de ônibus, que trazem os nomes em sua identificação.

Sobre o processo de diferenciação dos lugares, é sustentado que:

[...] diferenciação dos lugares no interior das cidades não tem nada de acidental. Ela resulta de um processo historicamente determinado, que se revela em sua maior plenitude no moderno sistema econômico, principalmente a partir do advento da indústria moderna (SOGAME, 2001, p. 97).

É pertinente enfatizar que diferenciação espacial não significa um rompimento mais drástico das relações socioespaciais, como ocorre no processo de segregação, pois, a população embora se identifique com uma toponímia diferente do oficial, permanece de certa forma articulada por meio da passagem entre os dois lados através da ponte, assim como ambos utilizam do mesmo meio de transporte urbano, as mesmas escolas nas localizações próximas, e trazem consigo o sentimento de pertencer ao local identificado e vivido por eles durante sua história de vida. Nesse sentido, do ponto de vista da morfologia, do uso dos equipamentos urbanos e das próprias pontes há uma diferenciação de áreas, mas, no concernente ao pertencimento há a segregação, posto que se sustenta na diferenciação não somente morfológica, mas também social.

Em razão ao exposto, levanta-se o problema do por que áreas às margens de igarapés são ocupadas por segmentos economicamente diferentes da população, produzindo a segregação e a diferenciação socioespacial?

Para responder ao problema e as questões levantadas, o objetivo central desta pesquisa foi entender os processos de segregação e diferenciação socioespacial na metrópole Manaus em áreas próximas a igarapés, a partir de sua expressão urbana e do significado das pontes que os unem e diferenciam. E definiu-se três capítulos como descrito a seguir:

No primeiro capítulo o objetivo específico é identificar o processo de segregação e diferenciação socioespacial interna nos bairros Japiim, Parque Dez de Novembro na metrópole Manaus. A pesquisa abordou os processos socioespaciais a partir dos conceitos de segregação e diferenciação, para análise da realidade de pontes que unem dois lados do igarapé e separam um mesmo bairro com morfologia urbana diferente. Partindo da importância do conceito com Sandra Lencioni, logo com as análises dos registros de segregação e diferenciação com Fredrich Engels sobre no século XIX, Marafon para destacar o século XX com a Escola Humana de Chicago e Castells e Lefèbvre sobre a Escola de Sociologia Urbana Francesa. Utilizou-se autores como Ermínia Maricato, José Aldemir de Oliveira, Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Castro de Lima, Milton Santos, Ana Fani Carlos, dentre outros, com as abordagens sobre conceitos, segregação e diferenciação socioespacial para enfatizar os argumentos deste capítulo. Complementando, um breve relato da formação socioespacial da metrópole Manaus, partindo da ideia da “Cidade de Palha”, conforme LIMA (2008 e 2014) aos dias atuais, que destacam as diferenciações morfológicas das áreas estudadas e às modificações ocorridas na cidade, uma metrópole com tantos fatores que contribuem para segregar e diferenciar os sujeitos, principal envolvido, ou maior vítima desse processo que os diferenciam socioespacialmente.

No segundo capítulo buscou-se investigar a relação das toponímias nesses locais que foram estabelecidos próximos ou às margens de igarapés unidos por pontes e sua relação topográfica e topológica nestes espaços vividos. Assim, o significado da toponímia, com a reflexão a autora Dick, como elemento diferenciador para áreas de um mesmo bairro, a partir dos igarapés e pontes que os articulam e diferenciam. E esses objetos geográficos que permitem a ligação de uma margem a outra dos igarapés ao mesmo tempo em que separam as populações de um lado e outro da ponte em sua infraestrutura básica, e pertencimento por parte dos moradores. Nessa perspectiva, contribuiu o teórico Yi-Fu Tuan para dialogar com a pesquisa sobre a topofilia e a autora Nogueira, em que se desenvolveu uma reflexão sobre a percepção do sujeito, que se identifica como parte integrante do seu meio vivido e percebido nas áreas pesquisadas.

No terceiro capítulo aprofundou-se a investigação na metrópole Manaus, sobre a infraestrutura básica e sua relação com a produção do espaço, revelando a segregação e a

diferenciação socioespacial, delimitando-se para os dados sobre a esgotamento sanitário, via rede e esgotamento sanitário via rio, energia elétrica sem contador, água encanada e renda em salários mínimos. Também das ocupações irregulares que se encontram em aglomerados subnormais, com infraestrutura inferior às camadas que lhes estão à outra margem e possuem urbanismo mais adequado no que se refere ao direito à cidade.

A hipótese definida apresenta que os processos de segregação e diferenciação socioespacial na metrópole, entre os segmentos mais pobres da população e os de classe média que podem ser constatados nas formas de ocupação e produção do espaço urbano em áreas próximas a igarapés. Isto reflete um planejamento urbano desigual para cada um desses segmentos, onde de um lado se constata, ainda que próximo ao igarapé, uma forma de urbanismo que possui uma racionalidade prévia na sua forma e no seu conteúdo. De outro lado, há a precariedade urbanística e ocupações diretamente na margem dos cursos d'água. Isto leva ao fato de que nem todas as áreas próximas de igarapés são ocupadas pelos segmentos mais pobres da população, como no caso do bairro Parque Dez de Novembro. No entanto, no bairro Japiim ambas as margens do recorte espacial escolhidos para a pesquisa, são ocupados pelos segmentos mais pobres, onde à medida em que há a proximidade com o igarapé, o padrão urbanístico apresenta a precariedade. Portanto, nos recortes selecionados há uma diferenciação interna.

As localizações das áreas pesquisadas foram “A Comunidade do Bairro da União”, no bairro do Parque Dez de Novembro, que está localizada nas proximidades da Área de Proteção Ambiental – APA; Parque Linear do Bindá, localizada na Zona Centro-Sul de Manaus, criada pelo Decreto nº 1499, de 27 de março de 2012 e está dentro da microbacia do Igarapé do Bindá. Sendo delimitada a área de estudo nas coordenadas 3°4'42"S e 60°0'55" W; a Comunidade do Igarapé do Quarenta no Bairro do Japiim e conjunto do Manaus 2000, estão localizadas em trechos de Área de Preservação Permanente-APP, pertencente a microbacia Igarapé do Quarenta, situada na zona Sul de Manaus; sendo delimitada a área de estudo nas coordenadas 3°7'5"S e 59°58'35"W.

A metodologia utilizada na dissertação, partiu da observação em campo com base empírica e consiste em uma análise estrutural urbana, baseada na combinação de fatores urbanos, que permitem entender a produção do espaço. E sobre esse método, contribui Mouloud ao sustentar, que “A noção de estrutura impôs-se ao pensamento moderno por razões sem dúvida muito complexas, de um lado científico e de outro filosófico” (1968, p. 15), em que a proposta se aproveitou de uma discussão crítica e analítica dos fatos, não se afastando do percebido e identificado pelo grupo que se auto segrega, ou pelo grupo que a segregação foi

imposta, contribuindo, assim, para se entender a diferenciação socioespacial e como estes conceitos estão dispostos no espaço. Ainda se utilizou de uma abordagem quantitativa, utilizando-se de alguns dados levantados pelo Censo 2010 – IBGE, foram zoneadas áreas de pertinência dentro do recorte espacial do Japiim: 'Palafitas' e 'Ocupação precária", além das demais áreas de estudo. Esse levantamento foi realizado em duas etapas, a primeira a partir do observado no trabalho em campo, e, a segunda, com a identificação e delimitação das áreas com imagens de satélite de janeiro de 2019 (Landsat 8, bandas 4, 5 e 6). Os critérios para o levantamento seguiram a metodologia de walker (trad. lit.: andador), corresponde em: 1º observação em campo; 2º discussão-definição do que foi observado; 3º sistematização em laboratório, que contribuiram para a melhor compreensão da infraestrutura básica nos recortes estudados, complementando a abordagem qualitativa sobre as entrevistas e questionário aplicados aos 28 moradores que se dispuseram a participar e apoiar o trabalho, na faixa etária entre 18 à 75 anos. Porém, pelo surgimento da pandemia COVID-19 essa fase exploratória em campo da pesquisa foi interrompida, seguindo os protocolos de distanciamento, para evitar aglomeração. Concluindo essa fase metodológica e técnica com revisão bibliográfica a respeito dos conceitos abordados e do levantamento documental.

CAPITULO 1: AS PONTES QUE UNEM E SEPARAM

A metáfora é a transposição para uma coisa do nome que designa outra diferente
Aristóteles
Poéticas, 1475b

1.1 Segregação e diferenciação socioespacial: pontes que unem e separam ocupações às margens de Igarapés na cidade de Manaus

1.1.1 A importância de conceituar

Ao utilizar a segregação e a diferenciação socioespacial como aspectos que constatarem a problemática que individualiza o ser humano em seu espaço, chama-se atenção para a forma desigual de acesso a bens materiais e imateriais, principalmente por grupos excluídos. Sobre este fato, a discussão parte para análise da importância do conceituar, para que se possa construir uma reflexão sobre esses conceitos. Fato que aguça, aflige e preocupa ao buscar compreender determinado conceito com conteúdo não atual e muito discutido no mundo acadêmico. Todavia, para ciência humana não se esgota conteúdo para rever, analisar e reavaliar determinada teoria sobre conceitos preexistentes, pois estes servirão aos argumentos da pesquisa geográfica, sobre a realidade do homem em seu meio físico na realidade socioespacial. É com essa preocupação de enfatizar sobre os cuidados na pesquisa ao conceituar dado objeto que se percebem as:

Opções e dilemas, superação de obstáculos, desvendamento do falso, negação de equívocos, para que ocorram novos encontros e certezas são imanentes à construção do conhecimento. São agudamente percebidos e vividos quando se trata de conceituar um objeto, um fato, um processo ou um fenômeno (LENCIONI, 2008, p. 110).

A autora destaca que ao conceituar, precisa-se ter clareza do objeto de pesquisa, enfatizando que ele é real e a construção de ideias se fará no intelecto sobre a realidade já existente, assim, a ponte objeto geográfico que faz parte deste estudo, já existe e une os lados de um rio, é independente da análise feita, constituindo um objeto do real, pois já existia e tinha sua função naquele local, como “não há uma relação de dependência entre a existência de um objeto e a existência de um conceito a cerca desse objeto. E que os objetos existem independentemente de se ter um conceito sobre ele” (Lencioni, 2008, p. 110).

O conceito é sobre uma realidade, não pode ser interpretação antecedida a criação do objeto, pois este já existia antes das ideias, e esse pensamento será um reflexo. Como ainda “os conceitos são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos” (Lencioni, 2008, p. 111) por serem

formulados a partir de objetos que já existem, portanto, do objetivo para se produzir, a partir da subjetividade nova interpretação sobre o real e sobre os objetos.

Por mais que se reúna inúmeras teorias na busca de ter uma única interpretação, nunca será o suficiente para ter uma identidade do real, pois “o conceito reflete aquilo que é essencial, no qual a construção de um conceito exige um exercício de captura do que é essencial para sua formulação e, nesse sentido, reflete certo grau de generalização” (Lencioni, 2008, p. 111). E esse conceito irá sofrer alterações pela dinâmica de mudanças que ocorrem no espaço, já que ele é um reflexo do real e dos pensamentos sobre esse real, como mantém relação com outras noções e ideias sobre o mesmo objeto, e precisam de uma definição teórica para dar sustentação ao que se pretende abordar, para interpretação do objeto geográfico que é a realidade concreta no espaço.

1.1.2 Considerações sobre segregação e diferenciação socioespacial

Conceituar segregação e diferenciação socioespacial, remete ao pensamento de alguns clássicos como LEFEBVRE, CASTELLS e FOUCAULT, também autores como CARLOS, CORRÊA, LOPES e SANTOS em que as ciências sociais aplicadas e ciências humanas, a exemplo da Geografia utilizam constantemente nas discussões do espaço socialmente construído e vivido, das problemáticas que segregam e diferenciam. Estes conceitos não são suficientes para explicar que “O desenvolvimento da desigualdade desafia a construção de conceito”, como sustenta Maricato (2003, p. 152). A autora provoca a reflexão do olhar do observador sobre o fenômeno desigualdade social, um exercício do pensamento sobre uma realidade concreta. Logo, requer entrar em um campo vasto a ser explorado para iniciar uma discussão sobre noção, ou a ideia na produção de um conceito. Exige uma gama de critérios a serem seguidos e problemas a serem interpretados sobre o fenômeno da desigualdade, refletindo uma realidade que se altera constantemente pela dinâmica socioespacial produzida no espaço urbano.

A problemática existente sobre os fenômenos urbanos, requer além da teorização, da observação, do levantamento de dados, das análises e das discussões, a relação da teoria com a práxis, objetivando construir novas formas de verificar, relacionar, discutir, (re)construir conhecimentos sobre a produção socioespacial, pois “a teorização não suprime a problemática do mundo moderno, ela contribui para colocar as questões com mais força” segundo Lefebvre (1985, p. 129), *apud* Carlos (2007, p.19).

Esta contribuição busca a interpretação sobre o fenômeno das “pontes que unem e separam”, em comunidades como a do “Igarapé do Quarenta”, no bairro do Japiim com o conjunto de casas populares “Manaus 2000”, no bairro Distrito Industrial I, e da comunidade “Bairro da União”, no bairro do Parque Dez de Novembro, todos na metrópole Manaus. Áreas que se estabeleceram através de ocupações irregulares às margens de igarapés, onde compartilham do mesmo bairro, oficialmente conhecido e possuem em sua morfologia urbana a heterogeneidade em sua forma espacial e homogeneidade em grupos sociais, segundo aponta Corrêa (1987) demonstrando a distância e proximidade a partir da existência de pontes, objeto geográfico que serve, primeiramente para unir dois lados próximos ou distantes, mas também para dividir morfologias urbanas distintas dentro de um mesmo recorte territorial, que é um bairro.

Contudo, a ideia principal da ponte que une dois lados se contradiz na essência já conhecida, ao se identificar a diferenciação de duas realidades num mesmo tecido urbano de um único bairro, cortado por igarapés, com urbanismo predominante em um lado e de outro a precariedade do improvisado e do urbanismo insuficiente, pelo poder de consumo dos espaços; neste caso, a terra para se morar e a infraestrutura básica como coleta de esgoto, água potável, energia regular que são diferenciados nestes pontos.

Nesses espaços que as estruturas norteiam, sustentam as redes e fluxos que articulam e se estabelecem dentro das condições, que favorecem a existência pela necessidade de uso e consumo no espaço geográfico, o qual “ (...) a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (Lefebvre, [1968] 2001, p. 14), fatores que contribuem para segregar a sociedade no espaço urbano. Espaço esse, vivido, percebido e diferenciado no interior das relações que distanciam grupos sociais pelo poder da renda. Assim:

[...] entendendo a desigualdade como centro explicativo da diferenciação e está imanente à produção espacial, tanto em seu sentido real e concreto [vivido, percebido praticamente, gerando segregações], quanto possível a ideia de que a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade (CARLOS, 2007, p. 48).

A autora enfatiza a diferenciação como resultado da problemática das desigualdades sociais, e que esta é parte integrante da produção socioespacial. Consistindo algo negativo topologicamente daquele grupo excluído que mora nas comunidades do Igarapé do Quarenta e no Bairro da União, possuindo diferentes topônimos embora convivam num mesmo bairro, constroem no seu cotidiano, relações sociais e compartilham do mesmo bairro. Evidenciando a segregação pelas diferentes formas espaciais construídas como condomínios e áreas de lazer,

consideradas distantes daqueles que não possuem acesso pelas condições de renda insuficientes. Demonstrando as diferenças de classes sociais num mesmo contexto urbano, pelas condições do poder de troca e consumo desses espaços socialmente produzidos, que são compartilhados por grupos, e que se estabelecem como expressão espacial no contexto da metrópole.

As divisões de classes sociais contribuem para segregação e desigualdade socioespacial na metrópole, ambos são reflexos do processo histórico da formação da sociedade. Assim, as formações das moradias nas proximidades de Igarapés em Manaus demonstram no presente, as implementações de insuficiente planejamento urbano ao acesso à infraestrutura básica de forma mais equitativa, bem como às condições de posse da terra urbana. Então:

[...] o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes [...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (CORRÊA, 2002, p.8).

A divisão de classes sociais reflete no espaço urbano capitalista através de fatores socioeconômico, que diferenciam as oportunidades e condições de acesso na cidade. Alguns grupos ao se estabelecerem em determinada moradia, possuem condições de escolha, porém esse fator não representa a maioria, que vive em condições precárias no espaço urbano, principalmente grupos excluídos como as comunidades do Igarapé do Quarenta e Bairro da União.

É possível afirmar que a segregação não é algo recente, pois historicamente existiram as divisões de classes, seja no mundo antigo, quando o desenho das cidades era dividido a partir de um centro, em classes distintas que iam das áreas da realeza aos arrabaldes, ou áreas próximas aos muros, e onde vivia o segmento mais simples da população, seja na idade média, na cidade comercial ou na cidade industrial capitalista, que definiu de vez os contornos do processo de segregação, e posteriormente de diferenciação das formas e do tecido urbano. Desse modo, “a segregação espacial é parte integrante e fundamental da produção do espaço, pois a produção de residências inicia-se tanto no processo de investimento de capital como em estratégias de sobrevivência” (Corrêa, Pintaudi, Vasconcelos; 2013, p. 10).

A segregação não é um tema novo nas análises sobre o espaço urbano, sendo muito presente na realidade das cidades brasileiras, incluindo, obviamente a metrópole Manaus. Há registros sobre segregação no século XIX com Fredrich Engels, na obra “Contribuição ao problema de habitação”, em que trata da reforma Haussmann na capital francesa, sobre o espaço urbano na construção da nova Paris, em que desenvolve críticas sobre as estratégias tomadas

para resolver a falta de habitação, bem como a especulação imobiliária nos discursos de Haussmann para modernizar a cidade, afirmando que:

A expansão das grandes cidades modernas dá um valor artificial, colossalmente aumentado, ao solo em certas áreas, particularmente nas de localização central; os edifícios nelas construídos, em vez de aumentarem esse valor, fazem-no antes descer, pois já não correspondem às condições alteradas; são demolidos e substituídos por outros. Isto acontece antes de tudo com habitações operárias localizadas no centro, cujos alugueres nunca ou então só com extrema lentidão ultrapassam um certo máximo, mesmo que as casas estejam superpovoadas em extremo. Elas são demolidas e em seu lugar constroem-se lojas, armazéns, edifícios públicos. Por intermédio de Haussmann, o bonapartismo explorou da forma mais colossal esta tendência em Paris, para burla e enriquecimento privado; mas o espírito de Haussmann passeou também por Londres, Manchester, Liverpool, e em Berlim e Viena ele parece sentir-se igualmente em casa. O resultado é que os operários vão sendo empurrados do centro das cidades para os arredores, que as habitações operárias e as habitações pequenas em geral se vão tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as habitações mais caras oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá habitações operárias (ENGELS, 1873, p. 2).

Engels analisa o trabalho de revitalização da cidade parisiense, assumido em 1853 por Haussmann, que tinha como objetivo modernizar essa importante cidade. E destaca a forma de organização urbana, pelos deslocamentos das moradias para a classe operária e subúrbios para a elite, produzindo no centro espaço para os negócios, demonstrando a cidade socialmente produzida, com elementos que segregaram e fragmentam as classes na cidade, que se urbaniza. Produzia-se, portanto, uma cidade segregada e diferenciada sob a égide da reprodução do capital e de um higienismo urbano que tinha nos pobres a doença, que deveria ser empurrada para os arrabaldes.

Já no século XX com a Escola Ecologista Humana de Chicago, entre seus fundadores Robert Ezra Park (1864-1944), Ernest Watson Burgess (1886-1966); Roderick Duncan MacKenzie (1885-1940), se utiliza da teoria do Darwinismo Social, um modelo positivista, colocando a cidade como ordem estrutural, onde a seleção das espécies colocaria em pauta a sobrevivência do mais apto para ascender. Desse modo, as pesquisas pela observação da paisagem, que justificariam as localizações diferenciadas aos grupos sociais pela ecologia humana, tinham como preocupação estudos urbanos pelo crescimento demográfico, que ocorria nas cidades americanas com os problemas sociais como a criminalidade em que:

Os resultados dessas pesquisas ficaram conhecidos como estudos de Ecologia Humana. Porém, a Ecologia Humana resulta, antes de tudo, como Ecologia Urbana, e essa realidade é decorrente da tentativa de explicar os fenômenos das grandes cidades, principalmente das áreas metropolitanas que apresentavam um grande crescimento no início do século (MARAFON, 1996, p. 153).

Os Estados Unidos da América se encontravam em processo de ascensão como potência global em expansão industrial, passavam por problemas internos, dentre esses os de natureza racial, cujo reflexo eram habitações em guetos, dentre outros exemplos. Desta forma, a escola de Chicago desenvolve estudos urbanos, demonstrando a seleção nos limites que segregam as classes sociais no espaço, como forma de designar a naturalidade dessa evolução pelas diferenciações, que se processam no espaço geográfico. Portanto:

Para os representantes da Escola de Chicago, a segregação refere-se ao processo de seleção que ocorre em uma comunidade urbana, resultante, basicamente, mas não exclusivamente, da competição econômica que determina a distribuição ecológica da população na cidade. Seria uma concentração de grupos populacionais, dentro de um dado território, sendo a expressão espacial a "área natural" (MARAFON, 1996, p. 154).

Entre esses estudos, principalmente com a questão da imigração e racismo tão presentes no EUA, evidencia-se que a Escola de Chicago teve bastante relevância, ao destacar a adaptabilidade pelos seus iguais nos limites, que se cercam, mas não se poderia considerar que isso é natural do homem, já que a opção de estar concentrado dentro de limites por sua pobreza, não é uma escolha natural. Contudo:

O maior equívoco desta escola foi o de ter tomado para a sociedade uma teoria construída para os elementos naturais e ter construído bases para a "naturalização" das relações sociais nas cidades. A segregação sócio-espacial foi tomada como algo inerente às cidades, através de questões de cunho racial, étnico e cultural. Como se ser segregado ou não fizesse parte do cotidiano do espaço urbano, das relações "naturais" entre as pessoas, ou seja, somente aquele que se adaptasse mais facilmente e mais rapidamente ao modo de vida urbano poderia sair-se melhor e, conseqüentemente, habitar as melhores áreas e ter as melhores oportunidades de trabalho e renda (NEGRI, 2008, p. 135).

O pensamento dos teóricos da escola ecologista de Chicago naturalizou e tratou de forma subjetiva aspectos sobre a realidade do homem no espaço construído, baseando-se nas ciências biológicas e físicas, para explicar problemas internos das cidades estadunidenses com ênfase na questão racial e latina, advindas do crescimento migratório, fatos que ocorriam num momento histórico da industrialização, em que este país se desenvolvia e se expandia ao mundo.

Os pensadores da escola de Chicago ao utilizarem a observação das paisagens com análise naturalista, justificaram a segregação como algo natural, que ocorria pela condição de seletividade, digo, do mais forte sobre o segmento mais pobre nas localizações de moradia, e distanciaram da explicação as causas e fatores que interferiam no meio e cotidiano vivenciado pela sociedade. Esta que participava ativamente da ocupação da terra urbana, de maneira planejada ou induzida segregavam-se. Aumentavam e definiam-se cada vez mais as diferenças

e distanciavam as classes sociais, reforçando as desigualdades socioespaciais na cidade capitalista.

Já em meados das décadas de 60 e 70 surge com a Escola da Sociologia Urbana Francesa com uma análise marxista e novas interpretações da ocupação do espaço urbano, a exemplos de Castells e Lefèbvre. Iniciou-se uma nova fase interpretativa, em que se construíam pesquisas abordando os processos da produção do espaço urbano, os seus atores, os agentes e fatores que contribuíam para as mudanças das paisagens e modificações do espaço. E esses teóricos ficaram com o tributo nas teses que foram desenvolvidas nesse momento histórico de transformações socioespaciais de contribuírem para:

[...] a ‘desnaturalização’ da produção do espaço urbano...Ao encarar o espaço urbano como produto social [...] e os ‘problemas urbanos’ como problemas relacionados com a dinâmica das relações de produção e a estrutura de poder na sociedade capitalista, os autores marxistas inauguraram um novo capítulo na história dos estudos urbanos. Ao mesmo tempo que valorizaram a cidade como objeto de estudo, *historicizaram* os problemas, contrapondo-se ao darwinismo social [...] (SOUZA, 2012, p. 43).

Por estarem alinhados ao pensamento marxista, não mais se utilizavam as interpretações pelo método da escola ecologista de Chicago, que naturalizava a seletividade como justificativa aos problemas urbanos. Apoiaram-se no método histórico dialético, demonstrando uma nova forma de compreensão dos processos socioespaciais urbanos, que envolviam a historicidade, a relação de poder, uso e troca da mercadoria no espaço urbano da cidade capitalista. Surgindo uma nova etapa do olhar geográfico, que:

Ao encarar o espaço urbano como um produto social [...] e os “problemas urbanos” como problemas relacionados com a dinâmica das relações de produção e a estrutura de poder na sociedade capitalista, os autores marxistas inauguraram um novo capítulo na história dos estudos urbanos (SOUZA, 2012, p. 43)

Souza utilizando o pensamento de Castells, sustenta o fato de que as transformações ocorridas na cidade, são consequências que geram problemas sociais no meio vivido pelo homem, que os diferenciam e se separam. Segundo este autor, isto se refere à situação revelada por forças, que produzem e modelam o espaço, em que está fortemente o Estado, com o papel de agente modelador do espaço urbano, mas não somente visto que existem outros agentes que produzem e modelam o espaço, reproduzindo a segregação e a diferenciação na metrópole, numa complexidade que envolve múltiplos interesses de relações sociais, que se espacializam. Assim:

A “questão urbana” nada mais é que uma manifestação particularizada, em conformidade com as especificidades do espaço urbano e das relações sociais que nele têm seu palco, de processos sociais menos ou mais gerais que se originam e operam nas mais diferentes escalas (SOUZA, 2012, p. 46).

O autor dá mérito pelos avanços dos estudos marxistas, porém faz crítica ao fato de tratar o homem como mero consumidor neste processo, em que as consequências se manifestam no espaço construído e pensado pela vertente de uma sociedade de classes dividida entre a classe burguesa detentora do capital para investir, oposta ao proletariado que possui apenas a força de trabalho e a participação do Estado com as leis que regulam a manutenção dos investimentos na cidade capitalista, enfatizando que:

A questão urbana pode ser entendida, em princípio, como o cadinho de tensões resultante da reação dos indivíduos e grupos afetados por problemas primários² como a pobreza e a segregação sócio-espacial, por sua vez remissíveis a fatores de alcance menos ou mais geral atinentes à exploração de classes, ao racismo e vários outros (SOUZA, 2012, p. 46).

Condição que pode revelar dualidades ao homem citadino, como benefícios aos que possuem condições de pagar por onde quer residir, assim como o acesso aos serviços básicos e pelo outro lado, ficar à deriva da injustiça social na camada mais pobre da sociedade, sem nenhum acesso ao básico para viver na cidade, circunstâncias que demonstram na expressão urbana, as consequências da auto segregação ou segregação imposta³, presente na forma do uso da terra urbana na cidade capitalista. “Assim, o espaço dessa cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes” (Corrêa, 2002, p. 8). Mas o uso da terra na cidade, aqui mais propriamente tratado, deriva-se de diversos processos no espaço. No qual,

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si... Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 2002, p.7).

Espaço urbano que é fragmentado pelas várias formas de utilização, organização e definição das necessidades de quem usufrui, sejam de maneira mais evidentes no cotidiano da sociedade, ou sutil pelas organizações dos diversos setores da economia, como serviços, comércio, indústrias, entre outros, que participam das medidas e decisões junto ao Estado. Ambas condições de uso do espaço urbano estabelecem as articulações das áreas da sociedade, e refletem as características socioespaciais do lugar que estão inseridos, e que podem ter acesso.

² “...os problemas primários são, em si, problemas objetivos, ou seja, independente da nossa consciência sobre sua natureza ou origem” (SOUZA, 2012, p. 46).

³ Auto segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante e a segunda a dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas (CORRÊA, 1995, p.10).

Assim, Corrêa define sobre o espaço urbano que "(...) apresenta, simultaneamente, várias características que interessam ao geógrafo. É fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas" (1995, p. 09). E aproveitando a contribuição do autor, na análise do espaço urbano, constroem-se as desigualdades de classes, distribui-se a sociedade de acordo com as condições que ela possui de forma homogênea, refletindo no espaço urbano a sociedade que nela vive. Dessa forma, a segregação residencial é o reflexo do resultado da reprodução socioespacial, que demonstra as diferenças sociais reproduzidas pelas condições e localizações das moradias, demonstrando que:

A segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e nesse sentido, o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução (CORRÊA, 1979, p. 106).

O autor destaca a questão das residências que reproduzem a segregação da sociedade constituída pelas diferentes classes sociais, que se diferenciam em seus territórios e em suas relações sociais, pelas condições que possuem para ter um espaço para morar em determinada área na cidade. Dado que:

As diferenças sociais entre áreas uniformes devem-se essencialmente ao diferencial da capacidade que cada grupo social tem em pagar pela residência que ocupa. Em outros termos, as áreas uniformes refletem, de um lado, a distribuição de renda da população e, de outro, o tipo de residência e a localização da mesma em termos de acessibilidade e amenidade (CORRÊA, 1979, p. 106).

Contudo, a distribuição de renda é um dos fatores que concretizam a diferenciação das classes sociais, como também o poder de compra do espaço urbano para viver na cidade capitalista. O autor utiliza Marx, Poulantzas, Giddens e Harvey destacando três forças básicas que estruturam as classes sociais:

- a) Uma força primária, básica, que vem das relações entre capital e trabalho, gerando uma estrutura dicotômica de classes: os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho;
- b) Uma força residual, que é originada de formas pretéritas de organização social ou do contato entre um modo de produção dominante e um subordinado. Traduz-se, por exemplo, na existência de uma aristocracia rural e de camponeses mais ou menos incorporados ao capitalismo.
- c) Forças derivativas, que emergem devido às necessidades de preservar os processos de acumulação de capital através de inovações tecnológicas e controlar as mudanças na organização social. Tais forças geram:
 - fragmentação da classe capitalista e proletária devido à divisão do trabalho e especialização funcional;
 - classes distintas de consumo visando a uma demanda variável e contínua;

- aparecimento de uma classe médio burocrata, trabalhando na esfera do Estado e grandes empresas, devido à necessidade de organizar produção, circulação, distribuição e consumo;
- desvios de consciência de classe e projeção ideológica, que é a da classe dominante, visando desviar a atenção dos problemas das relações capital-trabalho;
- controle sobre a mobilidade social através da criação de barreiras, visando evitar instabilidade social que mudanças no processo de produção, troca, comunicações e consumo poderiam produzir (CORRÊA, 2002, p. 61-62).

As forças básicas que estruturam as classes sociais que o autor destaca, reproduzem a estrutura fragmentada da população, aspecto que as diferenciam através do poder de uso e troca da terra como mercadoria, demonstrando que a distribuição de renda é um dos fatores que definem o como e onde morar, portanto, a escolha de auto segregar-se ou segregar-se de forma imposta no espaço urbano. Assim, a segregação que reflete a desigualdade do uso do espaço, também demonstra a sua contínua existência, em que se destaca:

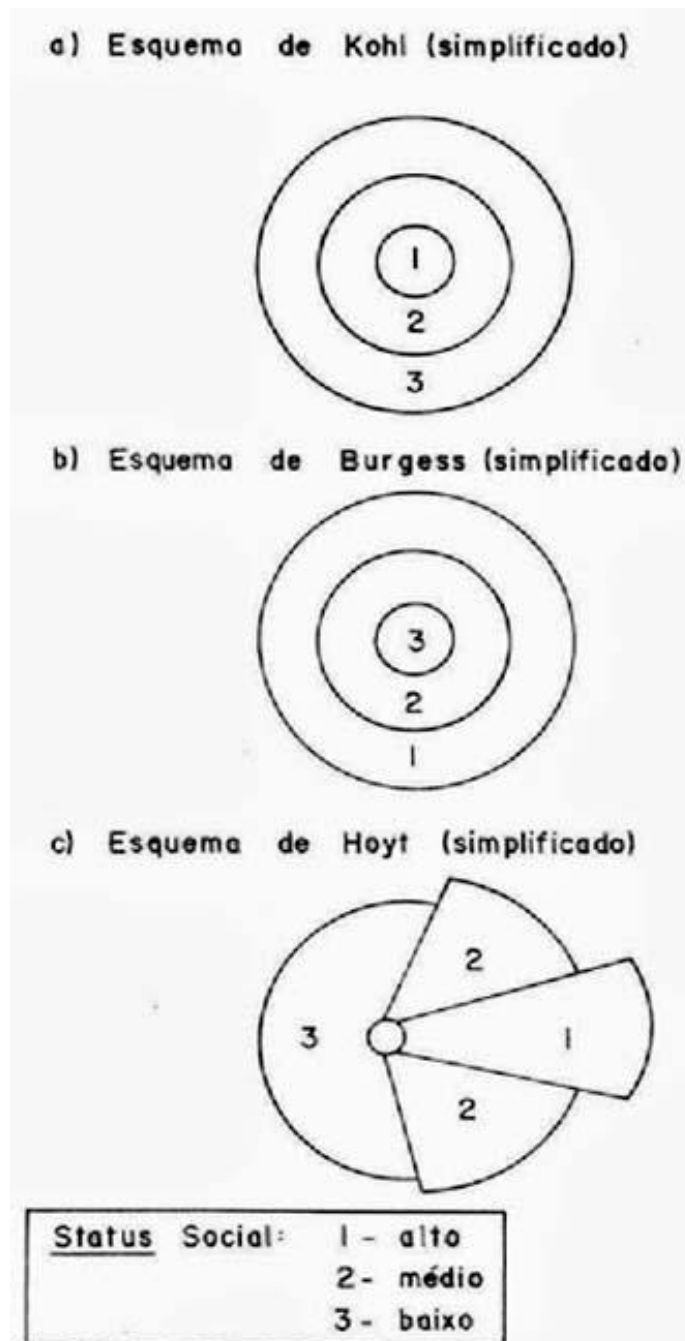
En términos sociológicos, segregación significa la ausencia de interacción entre grupos sociales. En un sentido geográfico, significa desigualdad en la distribución de los grupos sociales en el espacio físico. La presencia de un tipo de segregación no asegura la existencia del otro. (Sabatini, Cáceres e Cerda, Vignoli *apud* NEGRI, 2008, p. 144-145).

Os autores definem a segregação pelas vertentes sociológica e geográfica, demonstrando que elas são complementares na análise e descrição da problemática da segregação e diferenciação socioespacial. Nesse sentido, a segregação residencial reflete as diferenças pelas formas como estão dispostas as residências no espaço geográfico, aos que podem ou não pagar pela mercadoria, nesse caso, a terra. Assim como a inclusão no mesmo meio social, que dependerá do mesmo motivo para as interações. Portanto, “A segregação de um reflete na segregação do outro, dialeticamente no mesmo processo e ao mesmo tempo” (Negri, 2008, p.133). Por diversos fatores que só aumentam as diferenças socioespaciais em que grupo seletivo, que tem o poder econômico e poder de influência sobre as legislações do Estado, como definições dos critérios e condições para uso e desenvolvimento do espaço urbano, já os grupos excluídos não têm a mesma participação nesse processo, no entanto, participam do crescimento do espaço urbano.

Por conseguinte, o proprietário da terra usufrui do lucro ao negociar de forma alinhada com as imobiliárias ou os grandes empresários, sobre o que pode dar mais retorno financeiro. Há, por outro lado, aquele grupo maioritário que depende de pequenos lotes comprados com todos os esforços possíveis para ter onde viver na cidade com pouca condição para pagar, que também irão compor mais um dos grupos de residências segregadas na cidade.

Mas, a segregação residencial, atualmente não define um padrão do longe ou do perto, essa separação pode estar presente e na mesma unidade territorial urbana, ou seja, um bairro. Corrêa (2002) contribui para os três padrões espaciais desenvolvidos por Kohl, Burgess e Hoyt, respectivamente como demonstrado na figura 1 a seguir:

Figura 1 - Esquema clássico de segregação residencial



Fonte: Espaço Urbano, 2002, p. 67. Org: Ageane Ramos (2019).

O esquema de Kohl demonstra-se uma realidade do século XIX, onde a Europa estava em um momento pré-industrial, as residências de grupos com status social alto eram

centralizadas pelo acesso aos negócios e lazer, que também eram centralizados, ficando os pobres na periferia.

O esquema de Burgess na década de 1920, com a escola de Chicago demonstra que as residências da elite se deslocam para os subúrbios, áreas distantes do centro com amenidades, onde a classe alta poderia pagar, ficando as áreas centrais aos segmentos subalternos.

Já em 1939, com o modelo de Hoyt altera-se o padrão de círculo para nova definição em setores, onde as residências da elite, de status social alto, definem áreas com maior amenidade, e “a partir de ação estabelecem-se os demais grupos sociais em outros setores” (Corrêa, 2002, p. 69).

Embora seja visível na atualidade a busca por áreas com amenidades, também é visível áreas mais distantes do centro, como também há segregação de residências no mesmo tecido urbano separadas apenas por um muro, por uma ponte, por uma rua, por uma área tampão ou por um igarapé, definindo que a reprodução da segregação, é dinâmica e evidencia a realidade da metrópole Manaus, como em outras cidades brasileiras, que demonstram que o planejamento urbano não acompanhou na mesma velocidade à demanda de crescimento demográfico, portanto, a reprodução socioespacial.

Reprodução socioespacial representada pelas inúmeras comunidades formadas por grupos excluídos, que através da segregação induzida ou imposta pelas condições econômicas e sociais, as levaram a se estabelecerem em aglomerados subnormais⁴, com pouquíssima ou nenhuma infraestrutura básica, contudo, unidos e separados por pontes, por áreas tampões ou muros dos grupos sociais, que se auto segregam pelo poder de compra do espaço urbano em condomínios fechados ou residências em bairros planejados pelo Estado e pelos promotores imobiliários como agentes modeladores do espaço urbano. Situações que constata as diferenciações socioespaciais na morfologia urbana pelas formas de residência, pois:

A auto segregação baseada em condomínios quer ser uma solução [...] parece representar a “autonomia”, e mesmo uma procura de recriação de um ideal de vida em comunidade, e o é, de fato em certo sentido. No entanto, em qual sentido exatamente? O desejo de apartar-se, deixando de fora de seu território tudo o que for supostamente feio ou perigoso, configura, evidentemente, um escapismo, e ainda por cima escapismo hipócrita: afinal, os que têm condições de auto-segregar não prescindem, enquanto patrões, daqueles que eles desejam excluir de seu cotidiano e de sua paisagem na qualidade de vizinhos, mas que são necessários na qualidade de trabalhadores em geral (SOUZA, 2012, p. 206).

⁴ É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características de irregularidade ou carência:

- Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou,
- Carência de serviços públicos essenciais [como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública] (IBGE, 2011).

O autor destaca a forma como ocorre a segregação residencial através dos condomínios. Um grupo que se reserva a escolher e discriminar o que não quer visualizar em seu território, ou compartilhar o que pode pagar, isto é, condições melhores para sua moradia, muitas vezes acreditando que são totalmente independentes do outro. Esses comportamentos podem até parecer discriminatórios, mas o direito de morar com mais segurança e ter melhores estruturas de moradia, precisaria de fato estar ao alcance de todos. Considerando então, que o grupo que se segrega também fazia uma liberdade entre muros, e ainda está na dependência da mão de obra do mesmo cidadão que mora na área discriminada, ou melhor dizendo, do outro lado do muro, ou do outro lado da ponte, ou em setores, ou no bairro mais pobre. Demonstrando que:

Essa “autonomia” não representa a liberdade de fazer com os outros e o interesse pela cidade, mas sim isolamento e defesa de privilégios auferidos nos marcos de uma sociedade caracterizada por uma brutal desigualdade de oportunidades e por uma enorme assimetria estrutural de poder (CASTORIADES, 1983,1990 *apud* SOUZA, 2012, p. 206).

Querer ter escolhas e ainda definir onde gostaria de viver dentro de condições dignas, deveria ser algo comum à sociedade como um todo. No entanto, o básico se transforma num problema quando os direitos econômicos, sociais, civis e humanos não são igualitários na sociedade e no espaço, que demonstra “[...] ser um reflexo da sociedade. Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais que tendem à segregação, refletindo a complexa estrutura social em classes, próprias do capitalismo” (Corrêa, 2002, p. 15).

A estrutura social capitalista diferencia o indivíduo pelo poder de compra e consumo e o afasta do convívio e participação das interações sociais de classes diferentes, principalmente pela desigualdade de oportunidades que reduz suas possibilidades. Portanto, a segregação residencial é dos fundamentais fatores que contribui para as diferenças socioespaciais. Em que se define,

A diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista;

As áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidade de se fazer valer e estado de consciência;

A diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos necessários para adquirir oportunidades de ascensão social. [...] A diferenciação social produz comunidades distintas com valores próprios do grupo, valores estes profundamente ligados aos códigos moral, linguísticos, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo “enfrenta” o mundo. A instabilidade de um bairro e seus sistemas de valores leva à reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais. [...] Segregação significa diferencial de renda (HARVEY, 1975 *apud* CORRÊA, 2002, p. 65).

Na análise da diferenciação socioespacial, partindo da reflexão da diferenciação residencial definida pelos autores, é possível destacar que as classes sociais adquirem seus valores e hábitos conforme seu meio. Todavia, é importante destacar que se alguém desse grupo excluído ascende, também vai almejar, e, provavelmente mudar suas escolhas, e optar pelos muros e seguranças possíveis em sua área de moradia, por exemplo. Mas, vale a reflexão de que “[...] a diferenciação socioespacial introduz uma qualidade ao tema diferenciação, nos levando a realizar o deslocamento da análise em direção à compreensão do processo espacial, em sua determinação social” (Carlos, 2007, p. 45). Portanto, a autora convida a discussão sobre o processo espacial, onde é relevante compreender as mudanças que ocorreram espacialmente no tempo através da interação do homem e seu meio, sendo relevante:

[...] compreender o espaço geográfico como produção social, isto é, o ato de produção da vida como ato de produção do espaço sinalizado uma compreensão da dialética espaço-sociedade não como dois termos separados que ‘tratam em relação’, como muito se faz na Geografia, mas como um termo se realizando no outro e através do outro. Assim, a prática socioespacial é a base e sustentação da vida (CARLOS, 2007, p. 47).

A autora destaca a reprodução da sociedade no espaço, como fator que incentiva o homem no fazer do seu cotidiano ter sentido através de sua prática, e a sua participação na produção do espaço geográfico.

As diferenciações socioespaciais retratam as características de uma sociedade segregada, em que o poder econômico estabelece distanciamentos sociais numa mesma morfologia urbana. Fatores que “construíram a noção de ‘desenvolvimento geograficamente desigual’ como centro explicativo das diferenciações socioespaciais”. Harvey (2004a, 2004b, 2004c) e Soja (1993) *apud* Carlos (2007, p. 47). Assim:

[...] a desigualdade como centro explicativo da diferenciação e está imanente à produção espacial, tanto em seu sentido real e concreto (vivido, percebido praticamente, gerando segregações), quanto possível (a ideia de que a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade) (CARLOS, 2007, p. 48).

A autora destaca a hipótese de que a diferenciação está atrelada a produção do espaço, em que a população recebe as parcelas de benefícios e prejuízos dependendo da classe social a qual ela pertence. Sendo as desigualdades o cerne das diferenciações socioespaciais produzidas e reproduzidas no espaço que possui função, estrutura, forma e processo, revelando ter o espaço a interferência de agentes que o modelam, conforme sustentado por Corrêa (2002), sobre a presença dos proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

1.1.3 Agentes modeladores do espaço

A condição socioeconômica define públicos da parcela da população urbana, que pode ter ou não o poder de consumo do espaço urbano, como também contribui para segregar e criar classes sociais, que historicamente diferenciam-se e estão contidas numa estrutura socioespacial e fazem parte de agentes que modelam o espaço urbano.

A cidade de Manaus passa por mudanças, que podem ser benéficas ou não na sua produção socioespacial. Nesse sentido, existem grupos preocupados em embelezar certos espaços, para atrair outro público para consumir, mas, há grupos excluídos que almejam apenas um lugar para morar com o mínimo de condições para sobreviver na cidade. Aqui, apenas exemplos que servem para demonstrar características de públicos, que modificam constantemente o espaço vivido, que Corrêa (2002) define como agentes sociais concretos e desempenhando várias ações na produção do espaço, e são responsáveis pela organização do espaço urbano, assim como pela forma (des) ordenada da utilização do solo, da revitalização ou destruição de áreas, da diferenciação da infraestrutura, dentre outros. Portanto, são esses agentes separados ou unidos em alguma das fases do processo, que interferem na modelação do espaço. Sendo eles, o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos.

O Estado na condição de agente social concreto possui grande responsabilidade como modelador do espaço urbano. Ele atua nas instâncias municipal, estadual e federal e em dado momento, exerce outros papéis de agente social concreto como o de proprietário fundiário, de proprietário dos meios de produção e até de promotor imobiliário. Mas, uma das principais responsabilidades é o de definir as políticas públicas e materializá-las, sendo regulador para manutenção das leis que fundamentam, amparam aos que tem a posse da terra, assim como das ações que definirão a produção do espaço.

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações (CORRÊA, 2002, p. 26).

Isto posto, as leis são elaboradas para atender aos interesses de toda sociedade, estejam no espaço urbano ou rural. Há um conjunto de regras bem estruturadas, que regem o direito a posse da terra. Contudo, os agentes modeladores como os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e os promotores imobiliários são os maiores interessados e participantes nas definições das regras, que sustentarão a manutenção de seus interesses de poder e consumo

do espaço urbano, em que “a terra urbana tem assim, em princípio, um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades” (Corrêa, 2002, p. 13).

Os proprietários dos meios de produção, além de analisarem as condições físicas do lugar para instalar seus negócios, avaliam principalmente os benefícios de retorno aos seus investimentos, a condições da infraestrutura como energia, água, estradas, aeroportos, entre outros objetos geográficos, que darão suporte aos negócios que envolvem os diversos parceiros e fornecedores. Portanto, esse agente possui grande influência e participação junto ao Estado na manutenção da legislação que irá sustentar, amparar, proteger e garantir retorno ao capital financeiro e capital intelectual investido. Posto que,

A ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante (CORRÊA, 2002, p.12).

A aplicação das legislações para os agentes sociais concretos, como os agentes imobiliários e proprietários fundiários, que pertencem a classe dominante e engajados aos mesmos objetivos, preocupam-se com os seus próprios interesses relacionados em redes geográficas, alinhados na produção socioespacial, na manutenção do poder, controle e consumo do espaço.

Os proprietários fundiários, agente social que tem por característica a participação ativa em discussões dos interesses públicos, contribui na pressão das leis do município para melhor aproveitamento do uso do solo e do zoneamento urbano, pois, há o objetivo que move seus interesses, que é a renda econômica da terra. Partindo desse pressuposto, observa-se que:

Justamente na valorização econômica da propriedade fundiária, no desenvolvimento da renda fundiária, aparece como sendo peculiar a circunstância de o montante dessa renda não ser determinado pela intervenção do beneficiário, mas pelo desenvolvimento do trabalho social, que dele não depende e em que não participa ... o que é comum a todos os ramos de produção e a todos os produtos no sistema de produção de mercadorias e mais precisamente na produção capitalista, que em seu conjunto é produção de mercadorias (MARX, 1987, p. 730 *apud* FURTADO, 2015, p. 59).

Na sociedade capitalista a terra constitui uma mercadoria estabelecida pelos que a detêm, incluindo os latifundiários, pelas políticas públicas que demonstram as desigualdades sociais, ao diferenciar o seu acesso pelo poder econômico que grande parte da sociedade de baixa ou sem renda não tem as possibilidades. Por isso,

A segregação sócio-espacial age diretamente nas possibilidades de exercício da cidadania, com efeito, as desigualdades existentes refletem-se no acesso às políticas públicas, em razão de sua localização espacial, da renda monetária e o bem-estar-social (NEGRI, 2008, p.147).

Quando os espaços urbanos são revitalizados pelo Estado mais distantes das localizações, com as melhores infraestruturas ficam os grupos excluídos. Em contrapartida, grupos pertencentes aos segmentos com melhores condições econômicas, como os proprietários fundiários se beneficiam, pois, suas terras se tornam mercadoria atrativa e valorizada. À vista disso, o principal objetivo desse agente produtor do espaço urbano é a conversão de terra rural em terra urbana, que posteriormente irá receber a implantação de infraestrutura, produzindo um espaço que atrai os interesses dos proprietários dos meios de produção.

Essas ações planejadas de transformações e modificações do espaço urbano pelo Estado, valorizam as terras, muitas vezes sem a geração de despesas ou investimentos por parte dos proprietários fundiários, uma vez que suas terras se tornam atrativas nas negociações para implementação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, bem como ao status de grupos sociais que podem consumir esses espaços. Fatores que além de contribuírem para a valorização da terra urbana, geram o excedente a esse agente modelador. Observa-se nesse sentido, que “isto significa estarem fundamentalmente interessados no valor da troca da terra e não no seu valor de uso” (Corrêa, 2002, p. 14).

Em contrapartida, para o outro agente social, os promotores imobiliários, nas avaliações diagnósticas aos investimentos locacionais, o valor de uso é um elemento significativo para o alcance de seus resultados, “ao investir ou administrar alguma negociação ou construção, objetiva lucro, incluindo objetos indispensáveis para a reprodução humana, principalmente a moradia, no mundo das mercadorias” (Mendes, Mota; 2006, p. 128).

Esse agente social possui um público alvo bem definido, que corrobora para as pretensões de lucratividade aos seus empreendimentos. Sendo pessoas jurídicas e físicas com condições financeiras de investir no capital imobiliário. Assim, esse agente possui diversas funções na (re)produção do espaço urbano, em que participam com e pelos elementos de:

- a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária [...];
- b) financiamento, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas [...];
- c) estudo técnico [...];
- d) construção ou produção física do imóvel [...];
- e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros [...] (CORRÊA, 2002, p. 19-20).

Nesse conjunto de operações desse agente produtor, um elemento essencial aos negócios é a especulação, pois esse elemento contribui para o lucro do capital imobiliário. Como também, fazer um estudo extremamente cuidadoso e técnico, tem como objetivo visualizar os parceiros imobiliários, onde inclui-se principalmente os segmentos de classe média. Diante disso, a produção do espaço urbano é seletiva, ou seja, as locações produzidas pelos agentes imobiliários, porque os grupos com menor poder de consumo, somente são inseridos em habitações populares ou terão a infraestrutura nas suas localizações de moradias com a participação do Estado, provedor de garantias pelos investimentos aos promotores imobiliários. Posto isso:

A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E, na medida em que em outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada (CORRÊA, 2002, p. 24).

Produção de locações populares para grupos excluídos e de baixa renda entram na atenção dos agentes imobiliários apenas quando há a participação do Estado, visto que essa classe social não é o foco por não fazer parte de uma demanda solvável e, por isso, não oferecer garantia e lucro. Por consequência o Estado investe capital com o discurso de redistribuição e promoção da justiça social a essa classe. São evidentes, contudo, as diferenciações das moradias, da infraestrutura e o acesso a serviços básicos nesses espaços produzidos, pois “Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais, no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente [...] A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo [...]” (Corrêa, 2002, p. 29).

Dessa maneira, ter onde morar não só é um objetivo como sonho de quem está inserido nos grupos sociais excluídos, identificados como agentes sociais ativos, que modelam e produzem os espaços na prática social. Contudo, pela condição de precariedade são induzidos a ocupar terras públicas ou privadas, na busca de um lugar para viver, portanto, do direito à cidade, mesmo que as condições urbanísticas não sejam as adequadas. Isso revela que:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 2002, p. 30).

Os problemas sociais urbanos que levam à ausência de moradia ou moradia inadequada, a pouca qualidade de vida onde habita, que se segrega no espaço produzido, ocorre pelas desigualdades de posse da terra, que submete grupos excluídos às condições precárias de sobrevivência na cidade. Isso demonstra a diferenciação no que se refere ao cumprimento da legislação. Pois, conforme o:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (NR, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EMC-026, 14/02/2000).

É evidente que não faltam leis, mas falta a sua efetividade para o bem comum. Isso se torna um problema ao favorecer as diferenciações socioespaciais, que levam grupos a buscarem alternativas de moradias irregulares em áreas, que se tornam insalubres.

Na metrópole Manaus são comuns as ocupações irregulares, que se pode identificar como aglomerados subnormais segundo o IBGE (2010), e imóveis planejados em áreas revitalizadas, ambos nas proximidades ou na margem de igarapés, curiosamente separadas por pontes que unem dois lados desse canal. Essa realidade, diferencia as formas de moradias na morfologia urbana, no acesso a infraestrutura básica dos dois lados do igarapé articulados por pontes. Demonstram a problemática do objeto geográfico, que une e separa duas realidades numa mesma unidade territorial urbana de um bairro, em que áreas segregadas destacam o poder sobre o uso daquele espaço em relação aos que vivem nas ocupações irregulares. Revelando que:

Quando a localização da terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado, a lei se impõe. Lei de mercado, e não norma jurídica determina o cumprimento da lei, sendo que nestes casos, via de regra, os moradores das áreas que passam ter algum valor de mercado, são desalojados e empurrados para novas áreas, quase sempre, ambientalmente frágeis, objeto de lei preservacionista que impede a ocupação imobiliária formal (MARICATO, 2001, p. 14-15).

Maricato remete a discussão da ineficiência das leis serem aplicadas a sociedade de maneira igualitária, em que dá privilégios à especulação imobiliária sobre áreas, que se valorizam pelo urbanismo estabelecido através das estruturas oriundas das demandas da sociedade por transporte, moradia e infraestrutura de forma geral. Fato que demonstra que o principal interesse, é retorno financeiro de um grupo e não ao bem comum do coletivo.

1.1.4 A produção da cidade

A intenção de destacar a problemática da diferenciação e segregação socioespacial em bairros da cidade de Manaus cortados por igarapés, requer compreender a cidade e o espaço em que ocorre e se produz das relações de consumo e poder sobre o espaço. Assim, as articulações dos diferentes agentes que modelam esses espaços partem dos interesses, da busca pelo emprego, educação, saúde, infraestrutura, lazer e especialmente a moradia e do outro lado aqueles com poder para investir e se beneficiar por meio da renda da terra urbana.

A cidade concretiza a expressão das práticas sociais, das necessidades e dos desejos, dos deslocamentos, do produzir e reproduzir, do uso dos objetos, assim como o sentido da vida e da realidade vivida sobre a dependência de estruturas hierárquicas de domínio, que transformam e produzem o espaço geográfico, onde “A cidade, portanto, é o concreto, o visível por meios de estruturas” (Lima, 2008, p. 108). Nesse sentido:

[...] é o fato de que a cidade revela-se concretamente através do uso que dá sentido a vida, revelando o conteúdo da prática socioespacial. É pelo uso (como ato e atividade) que a vida se realiza e é também através uso que se constroem os “rastros” que dão sentido a ela, construindo fundamentos que apoiam a construção da identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória (CARLOS, 2007, p. 30).

Os autores sustentam as práticas sociais na construção da identidade cidadina, levando ao modo de vida urbano. Ações que envolvem as estruturas sociais, políticas, jurídicas, ideológicas, culturais e econômicas que norteiam, sustentam, articulam e estabelecem condições, que favorecem a existência da necessidade de uso e consumo no espaço geográfico. Isso evidencia que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso” (Lefebvre, 2006, p.06). Valor de uso que excluí aqueles com menor poder aquisitivo e retrata a realidade das administrações públicas, que favorecem mais uma parcela do espaço que outras, onde as melhores áreas são ocupadas por quem tem condições de pagar pela mercadoria que constitui a terra urbana. Nesse contexto, a cidade é modelada dentro das demandas existentes, sendo a expressão da sociedade que a produz usa e a reproduz.

1.1.5 A metrópole Manaus

Não é pretensão retratar o histórico da formação do espaço urbano da metrópole Manaus. Apenas levantar alguns aspectos que contribuíram nas transformações desta cidade, como também pode-se observar na linha do tempo na figura 2:

Figura 2 – Linha do tempo de Manaus.



Fonte: Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), Prefeitura de Manaus
Org.: Ageane Ramos (2019).

Manaus foi fundada na segunda metade do século XVII com o Forte de São José do Rio Negro. No final do século XIX e início do século XX, Manaus tornou-se o centro urbano mais importante da Amazônia ocidental com o ciclo de exploração da borracha. Isto contribuiu para a formação de uma rede urbana dendrítica, uma vez que “A rede urbana amazônica é híbrida, com dois padrões de temporalidades e organização espacial (CORRÊA, 2012, p. 215), onde os rios seriam as estradas de acesso, de grande relevância à formação e desenvolvimento da cidade. Formava-se um novo tecido urbano na até então “cidade de palha”⁵, definida como um “Lugar bucólico e desprovido de condições, que lhe permitissem ser classificadas para além de um povoado, um aglomerado de moradias precárias, cujo traçado era a expressão da pouca importância que possuía” (LIMA, 2014, p.86).

Em um período conhecido como “*Belle Époque* na Amazônia”⁶ o espaço urbano da antiga cidade de palha ganha novo traçado, pensado a partir da ideologia que primava pelo estético, funcional e higienista. Por conseguinte, o eurocentrismo além de levar a sua colonização, servia de inspiração ao ideal de modernidade concebida para a cidade moderna que substituiria a de palha, dado que:

⁵ LIMA, 2014.

⁶ LIMA, 2014.

A criação do que viriam a serem depois as primeiras cidades desta parte da Amazônia não ocorreu de forma autônoma ou dissociada, tampouco diferente do restante da região. O que ocorreu nesta parte da Amazônia de certo modo ocorreu em toda região e representou as determinações de Portugal enquanto estratégia de ampliação de novos mercados para os países europeus (OLIVEIRA, 2000, p. 192).

Oliveira destaca os aspectos que foram e representaram a criação das cidades da Amazônia e as estratégias de ampliação da exploração via contexto de exportação, da borracha. Surgia conseqüentemente um novo contexto social com elementos urbanos europeus, que iam sendo absorvidos na formação da cidade “Manáos”⁷. Logo, “A história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar” (SANTOS, 1994, p. 71). No caso de Manaus, que se tornou sede da gestão e dos negócios, o desenvolvimento urbano partia dos interesses mercantis europeus na exploração e comercialização da borracha. Conseqüentemente ocorreu à miscigenação étnica e cultural entre o migrante nordestino e o amazônida, conferindo nova face ao componente étnico regional. Dessa forma, ocorria o incentivo ao fluxo migratório, principalmente de nordestinos, para o extrativismo da borracha, ampliando o crescimento demográfico na região. A maioria partia para os seringais tornando-se seringueiros e outros, em menor escala, comerciantes, além dos seringalistas, que “aviavam”⁸ os produtores entregando-lhes, a crédito, o material e os alimentos de que necessitavam para internarem-se no mato e, depois recebendo como pagamento a matéria-prima coletada” (OLIVEIRA, 1988, p. 98-99). Outro sujeito deste processo eram os regatões⁹, que faziam a comercialização pelos rios da Amazônia.

Por outro lado, na década de 60 do século XX, o governo tomou ações de desenvolvimento para Amazônia, criando a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), O Banco da Amazônia e Zona Franca de Manaus, com objetivo desenvolvimentista para Amazônia Ocidental. Neste contexto:

As novas cidades surgem a partir de uma realidade atrelada às ideologias de ocupação do vazio que a Amazônia sempre representou nos âmbitos políticos, jurídicos, ideológico, bem como econômico, para a sociedade brasileira. As rodovias e os núcleos urbanos que nelas surgiam viriam romper com o antigo padrão de urbanização a partir dos rios (LIMA, 2014, p. 52).

⁷ LIMA, 2014.

⁸ Aviar é o processo de comercialização através do fornecimento de mercadoria e miudezas diversas a um produtor ou coletor em troca de farinha, cipó titica, látex e outros produtos. (OLIVEIRA, 1988, p. 98).

⁹ O regatão... é um cidadão turco ou sírio e exerce o comércio em geral: Compra, vende, troca de tudo e com todos, mas principalmente com os seringueiros que, fugindo ao domínio dos donos de seringais, sentem também o desejo de ludibriar estes, caindo então nas garras daqueles que sugam até o ultimo produto do seu labor (d'O Globo – assina a matéria “P. Mattos” *apud* BARRETO, 12-09-1932).

Programava-se a rede para além da “rede urbana dendrítica/ribeirinha”¹⁰, através da implementação das rodovias, meios de telecomunicações, hidroelétricas, entre outros. Essa infraestrutura criada para desenvolver a Amazônia, que envolve interesses políticos, econômicos e ideológicos, estabeleceu-se pelo Programa de Integração Nacional – PIM (Decreto Lei 1.106, 16-JUN-1970), e em 1972-1974 com o I Plano de Nacional de Desenvolvimento - IPND, Projeto RADAMBRASIL, e assim por diante, que influenciaram a urbanização nas cidades da Amazônia:

Mas na Amazônia Ocidental o processo de urbanização ocorreu de forma ainda mais concentrada em Manaus, especialmente com as dinâmicas econômicas advindas da exportação da borracha, quando houve incremento populacional, mais ainda após a implantação da Zona Franca, no final da década de 60 (LIMA, 2014, p. 51).

A Zona Franca de Manaus foi criada em 1957, porém regulamentada no governo militar, por meio do Decreto de Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e foi definida como distrito industrial, comercial e agropecuário, dotado do livre comércio e estímulo dos incentivos fiscais para ganhar investidores e mão de obra. Isso comprovava o lema “integrar para não entregar”.

Com a implantação da Zona Franca de Manaus, a capital amazonense atraiu inúmeros migrantes, vindos de cidades do interior do próprio estado, como de outros estados do norte e nordeste do Brasil. Esses migrantes traziam além do pouco que tinham, a expectativa de uma melhoria da qualidade de vida na cidade que se industrializava com o Distrito de Indústrias. Porém:

No que se refere as migrações (...) do próprio interior do Amazonas para a capital, no período da implantação da Zona Franca, não ocorreu somente pelo fato das condições precárias no interior, mas pelo fato de que a cidade representava a ilusão de uma busca, uma ideologia que o meio urbano daria as condições do ser moderno, inserido num mundo melhor, mundo das oportunidades (...) (LIMA, 2014, p. 56)

Mais uma vez a cidade de Manaus recebe mudanças significativas com as indústrias que se instalavam, e vivia um momento de crescimento demográfico acelerado. Surge o Distrito Industrial, ainda exclusivo para um parque de indústrias e alguns conjuntos residenciais¹¹, como o Castelo Branco no bairro Parque Dez de Novembro, e o bairro do Japiim com o conjunto residencial 31 de Março; ambos os bairros iniciaram com algum planejamento urbanístico para atender à realidade daquele momento. Contudo, as políticas foram insuficientes para conter o

¹⁰ Termo utilizado por LIMA em sua tese de doutorado, 2014.

¹¹ Conjuntos residenciais implementados pela COHAB/AM - Companhia de Habitação do Amazonas. Foi criada em 27 de junho de 1965 por meio da Lei 226 e integrava o sistema financeiro de habitação. E por volta de 10 anos depois tornar-se-ia SHAM (Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas). Essas instituições e sistemas foram promovidos pelas políticas de política habitacional do Governo Federal, que tinha como banco executor o Banco Nacional de Habitação-BNH.

crescimento desordenado do ponto de vista urbanístico, as chamadas “invasões”, isto é, ocorreram ocupações irregulares em diversas áreas da cidade, formavam-se as periferias da metrópole. Isto era o reflexo da inserção de Manaus na fase industrial da reprodução do capital internacional, que com os incentivos se estabelecia na Amazônia Ocidental, de forma particular, em sua capital. Logo:

Pode-se apontar a origem de uma urbanização desigual, do ponto de vista das dimensões e localizações das cidades na Amazônia Ocidental, e concentrada em sua capital, nas políticas de desenvolvimento espacial mais geral pela qual passavam os países do Terceiro Mundo em sua função na Divisão Internacional do Trabalho (LIMA, 2014, p. 54).

Urbanização desigual, termo apropriado à conotação do tecido urbano de Manaus, que levou inúmeros imigrantes com desejo de se estabelecer e ter um pedaço de terra na cidade da Zona Franca, depararam-se com as dificuldades e foram se instalando de forma precária em ocupações irregulares nas diversas áreas da periferia da cidade, incluindo as comunidades deste estudo como o Igarapé do Quarenta e Bairro da União, ambas próximas a igarapés. Assim:

No que se refere às migrações, também é bom que se esclareça que, em sua dimensão interna, ou seja, do próprio interior do Amazonas para a capital, no período da implantação da Zona Franca, não ocorreu somente pelo fato das condições precárias no interior, mas pelo fato de que a cidade representava a ilusão de uma busca, uma ideologia de que o meio urbano daria as condições do ser moderno, inserido num mundo melhor, mundo das oportunidades, mesmo que onde esse migrante vivia lhes permitisse produzir e reproduzir as condições básicas e até para além disso (LIMA, 2014, p. 56).

Assim sendo, o processo migratório levou grupos excluídos a ocupações irregulares¹², ou aglomerados subnormais, principalmente em margens de igarapés. Resultado da expansão que ocorria sem planejamento urbanístico por parte do Estado, que não acompanhou o incremento populacional e as demandas disto resultante.

Manaus tornou-se uma metrópole regional com mais de 2,1 milhões de habitantes. Possui desde 2010 sessenta e três bairros; é a cidade mais populosa do estado do Amazonas. Em torno de setenta por cento de sua população vive no meio urbano. Está localizada na microrregião denominada Médio Amazonas, na margem esquerda do rio Negro, seu clima é tropical úmido, possui em sua paisagem vários igarapés que cortam a cidade e retratam o início

¹² As ocupações irregulares de terras públicas e/ou privadas são conhecidas pelo termo pejorativo de “invasões”. A mídia contribui bastante para a popularização do termo ao veiculá-lo como se fosse algo natural. No entanto, camufla a realidade de uma cidade que apresenta níveis de segregação expressivos entre os que podem ter ou pagar por moradia e os que não podem, ampliando, dessa forma, as fileiras daqueles que, ao terem ou pagar por uma moradia e os que não podem, ampliando, dessa forma, as fileiras daqueles que, ao terem alguma oportunidade, partem para as ocupações de terras que judicialmente não lhe pertence (LIMA, 2014, p.54).

de sua história, que é possível retratar através das rugosidades¹³, que ficaram como marcas do tempo, representativas da urbanização e do tecido urbano da cidade de Manaus. Assim, “as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (Santos, 2006, p. 92). Características visíveis no bairro Centro da metrópole Manaus, onde o urbanismo atualmente mudou alguns arranjos para atender as necessidades atuais da sociedade manauara, todavia se constata os processos passados, que tornaram a Manaus de hoje pelas rugosidades ainda existentes.

1.1.6 Diferenciações morfológica dos bairros Japiim e Parque Dez de Novembro em Manaus

De acordo com a atualização do IBGE, Manaus possui uma população estimada em 2020 de 2.219.580, sendo o último censo (2010) 1.802.014 e densidade demográfica (2010) de 158,06 por habitantes quilômetros quadrados; possui 6 Zonas Territoriais Urbanas, ambas divididas em setores urbanos que representam 63 bairros, conforme Lei nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010 – DOM Nº 2.365, de 14.01.2010.

A metrópole Manaus é localizada na microrregião denominada Médio Amazonas com uma paisagem caracterizada pela presença marcante de igarapés de pequeno curso d’água, que cortam a cidade.

Muitas localidades de Manaus são conhecidas cotidianamente como bairros, mas na verdade não os são. Recebem de seus moradores a identificação da toponímia, que se estabeleceu no início da ocupação. Essas localizações são advindas de ocupações irregulares na proximidade ou à margem de igarapé, e normalmente são enclaves territoriais entre bairros reconhecidos oficialmente.

Essas localizações possuem características em comum, que as instituíram como a toponímia, a ponte que as unem e separam, a proximidade com o igarapé, as moradias a partir das ocupações irregulares, o crescimento populacional a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, entre outros fatores que contribuíram para o reflexo da atualidade nesses espaços urbanos produzidos.

O bairro Parque Dez de Novembro, zona centro-sul de Manaus tem uma população de 69.407 habitantes, segundo IBGE (2010), e foi inaugurado na década de 40 em homenagem ao

¹³ Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2006, p 92).

regime militar¹⁴. Contudo, durante alguns anos foi ponto turístico pela paisagem natural composta por chácaras e igarapés. Na década de 70 foi criado o conjunto de casas populares residencial Castelo Branco, na margem esquerda do igarapé do Bindá, com o objetivo de atender as políticas de habitação na criação da Zona Franca de Manaus.

Figura 3 – Área de lazer no bairro Parque Dez de Novembro em 1960, Manaus/AM



Fonte: Arquivo público Municipal de Manaus. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

Através das mudanças urbanas ocorridas na cidade de Manaus, o bairro do Parque Dez de Novembro foi um dos bairros, que mais evoluiu em áreas comerciais, empreendimentos residenciais para um público seletivo, como também em ocupações irregulares. Atualmente o bairro perdeu os espaços para os “banhos de igarapés¹⁵” (figura 3), como também deixou de ser o “bairro distante”, forma que a população se referia às localizações com certa distância do Centro da Cidade de Manaus.

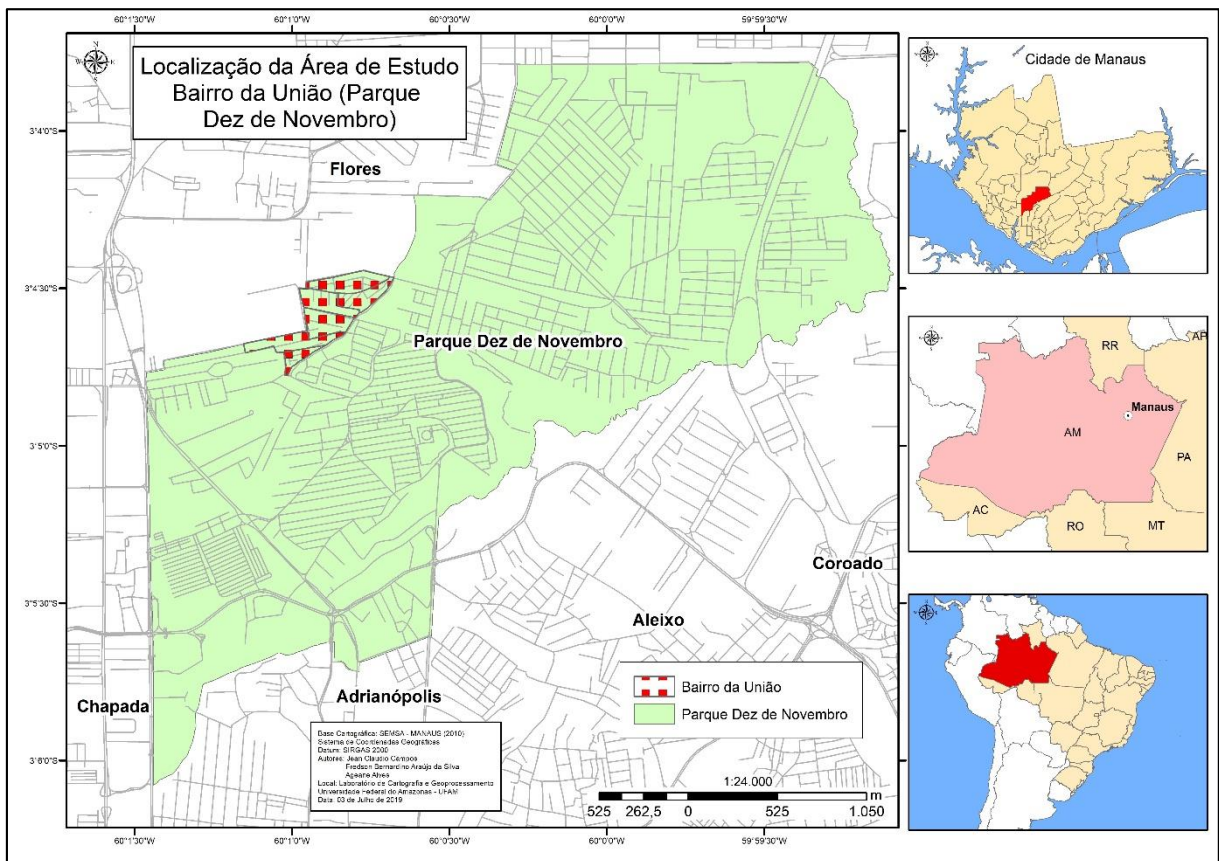
Pelo mapa de localização do bairro do Parque Dez de Novembro (figura 4), em destaque está a comunidade do Bairro da União, área que se formou por ocupações irregulares,

¹⁴ Jornal do Comércio, Manaus 345 anos.

¹⁵ Área do rio dendrítico usada para balneário.

representando um enclave territorial entre o bairro de Flores pelo seu lado direito e pelo lado esquerdo, com seu bairro Parque Dez de Novembro.

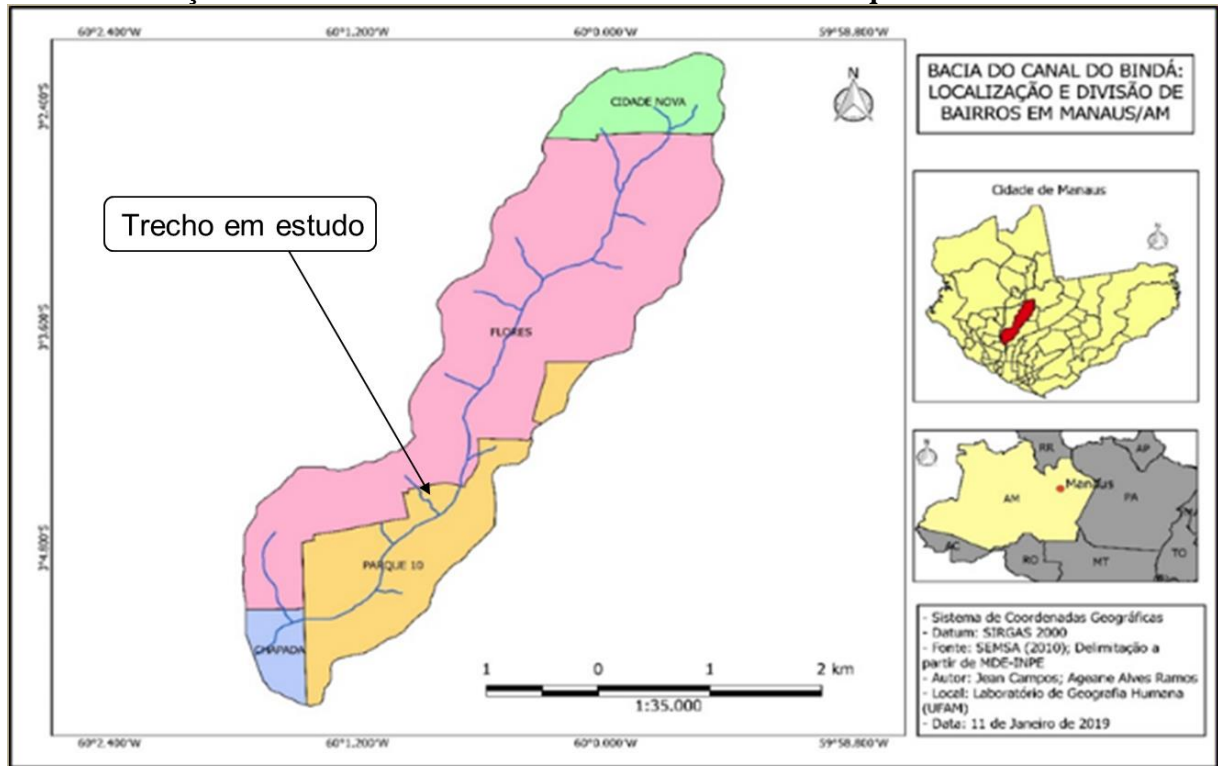
Figura 4 - Mapa de Localização da área de estudo: Bairro do Parque Dez e Bairro da União.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2019).

A comunidade do Bairro da União está localizada na margem esquerda do Igarapé do Bindá (figura 5), surgiu de ocupações irregulares e seus moradores que contam a história dessa comunidade, comemoram anualmente a sua existência em 2 do mês de agosto.

Figura 5 – Mapa da Bacia Igarapé do Bindá
Localização da área de estudo - Bairro da União no bairro Parque Dez de Novembro.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2019).

Na localização (figura 6), a toponímia, os nomes e tamanhos das ruas se diferenciam, que são identificadas na margem esquerda do igarapé por números e na margem direita por nomes. Do lado esquerdo do igarapé, se percebe que houve certo planejamento no ordenamento das quadras, no tamanho dos terrenos, revelando certa racionalidade urbanística na década de 70, com o primeiro conjunto residencial Castelo Branco. Atualmente essa área comporta outros conjuntos e condomínios residenciais, separados dos igarapés pelas pontes, áreas tampões de vegetação, muros, parque e bloqueio de ruas com segurança particular daquela localidade como é possível visualizar na figura 7 (A, B, C e D).

No que concerne à margem direita do igarapé do Bindá, se estabeleceu uma área de ocupação irregular, sem os devidos critérios urbanísticos. Nesta margem, a composição se dá por um aglomerado de residências, com diferentes distribuições e identificações de suas ruas. Na imagem satélite (figura 6), observa-se a passagem do igarapé que corta o bairro Parque Dez, nas estruturas desiguais de ocupações de suas margens que revelam a diferenciação da morfologia em um mesmo bairro.

Figura 6 – Imagem satélite: bairro do Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Fonte: Google Earth, 2018. Org.: Ageane Ramos (2018).

Na figura 7 (A) observa-se as moradias na margem esquerda do Igarapé do Bindá e no lado direito uma pequena rua, muro com cerca elétrica e área tampão de um condomínio que faz fundo ao igarapé. Essa imagem retrata claramente a diferenciação da forma de moradia, e demonstra a auto segregação e segregação induzida como realidades socioespaciais bem próximas na metrópole Manaus. Enquanto o cidadão da comunidade do Bairro da União tem a sua residência de frente ao igarapé e sofre com as chuvas, com o lixo e odor no igarapé, os residentes de condomínios como “La Vilelete e Jauaperi” do Parque Dez de Novembro estão de costas para o rip rap¹⁶, revelando não querer estar próximos, ainda que topograficamente estejam, do segmento mais pobre da população.

¹⁶ Rip rap- O solo cimento ensacado conhecido também como "Rip-Rap" pode ser utilizado para proteger superficialmente o talude, geralmente utilizado para obturação das erosões, em casos especiais poderá construir muros de arrimo de gravidade, portanto não é indicado pela baixa eficiência na contenção, a não ser que seja seguido de chumbadores, telas e concreto – projetado, (JUNIOR NAREZI, 2020).

Figura 7- Fotos do bairro do Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Figura A-Tipos de moradias e área tampão. **Figura B-** Ponte que unem e separam duas realidades socioespaciais num mesmo bairro. **Figuras C e D-** Parque da Juventude Titio Barbosa e rua com controle de acesso pelos moradores, localizados na margem esquerda do Igarapé do Bindá. **Fotos e Org:** Ageane Ramos (2018).

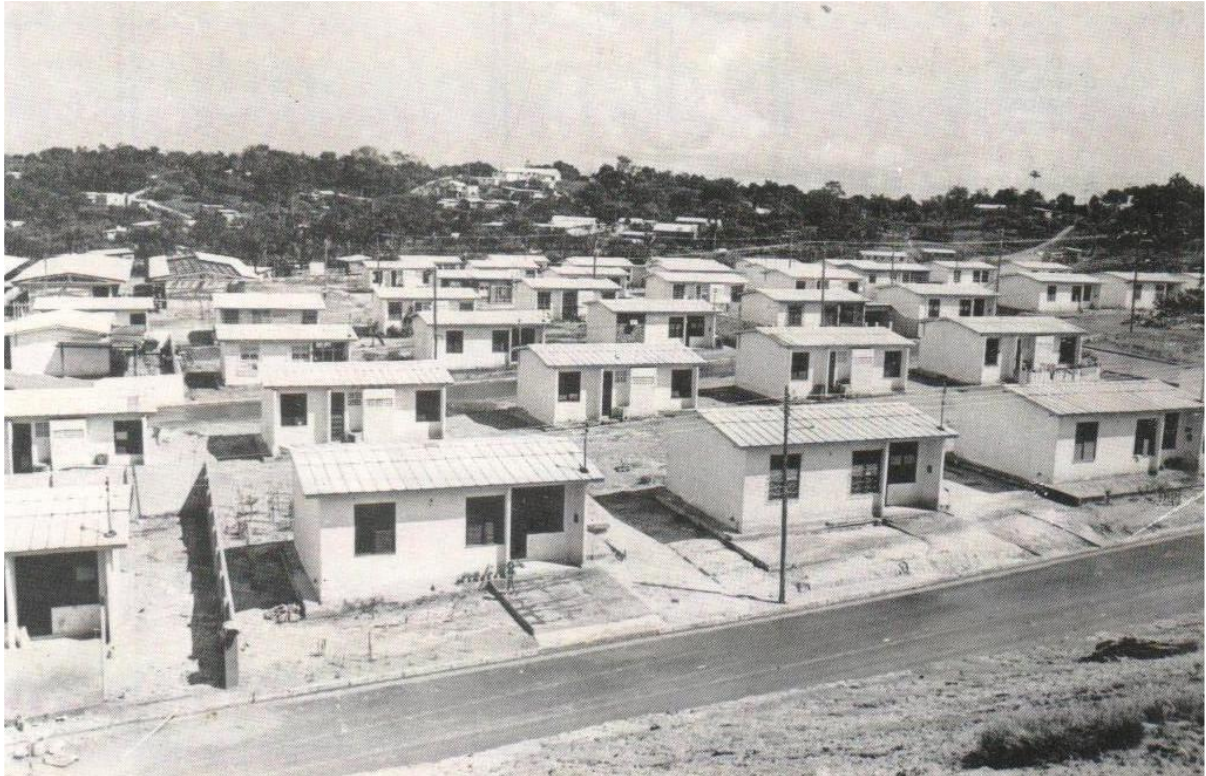
Entretanto, não se pode olvidar o fato de que há pequenos trechos de ocupações irregulares na margem esquerda do Igarapé do Bindá, trata-se de áreas marginais que se estendem a partir da informalidade urbanística.

Na figura 7 B, a ponte une dois lados e separa duas realidades socioespaciais, embora próximas, nas quais existem diferenças na identificação oficial de suas ruas, pelo que o sujeito pertence, pois do lado esquerdo é rua 47 e do lado direito do igarapé é Rua das Palmeiras. Os residentes além da identificação diferente da toponímia, das residências regulares na margem esquerda, não se sentem próximos aos da margem direita, pelas condições urbanísticas que os diferenciam como água e energia, consumidas ali de forma clandestina, o que a intensidade do fenômeno sem medidor de energia e água, são elementos diferenciadores. A diferenciação é objetiva e a segregação é observada nessa imagem e no discurso dos moradores, e isso segrega produzindo uma imagética do outro, contudo, a ponte como objeto geográfico que serve para unir, serve ao mesmo tempo para revelar essa diferenciação, separando segmentos topograficamente próximos, e que compartilham o mesmo bairro do ponto de vista da formalidade da divisão territorial da metrópole.

Em outra área da metrópole há o bairro do Japiim na zona Sul de Manaus (figura 9), que surgiu na década de 70 com o início do conjunto 31 de Março (figura 8) à margem direita do

Igarapé do Quarenta. Trata-se de um dos bairros mais populosos da zona Sul de Manaus, conforme o censo de 2010 do IBGE, com aproximadamente 58.616 habitantes.

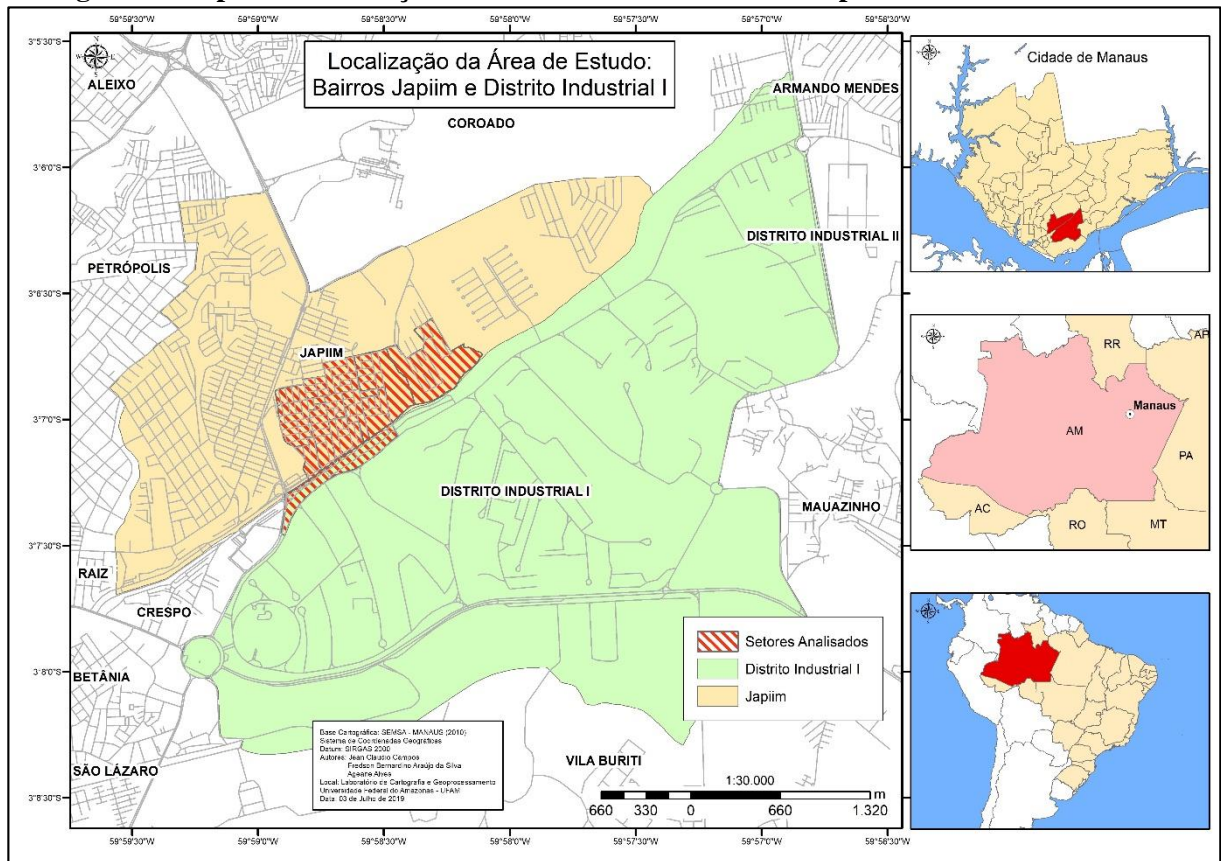
Figura 8 – Casas populares: 2ª etapa, conjunto 31 de Março – bairro Japiim



Fonte: Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas-SHAM. **Org.:** Ageane Ramos (2019).

O bairro do Japiim foi conhecido como uma área para caça de pequenos animais e pássaros, como também propícia para “banho de igarapé”. Algo semelhante ao bairro Parque Dez de Novembro. Todavia, aos poucos foi perdendo a imagem de lugar bucólico por causa dos processos de transformação do espaço, a exemplo da implantação de fábricas no bairro Distrito Industrial que fica aos arredores do bairro.

Figura 9- Mapa de Localização da área de estudo: bairro do Japiim e Distrito Industrial I

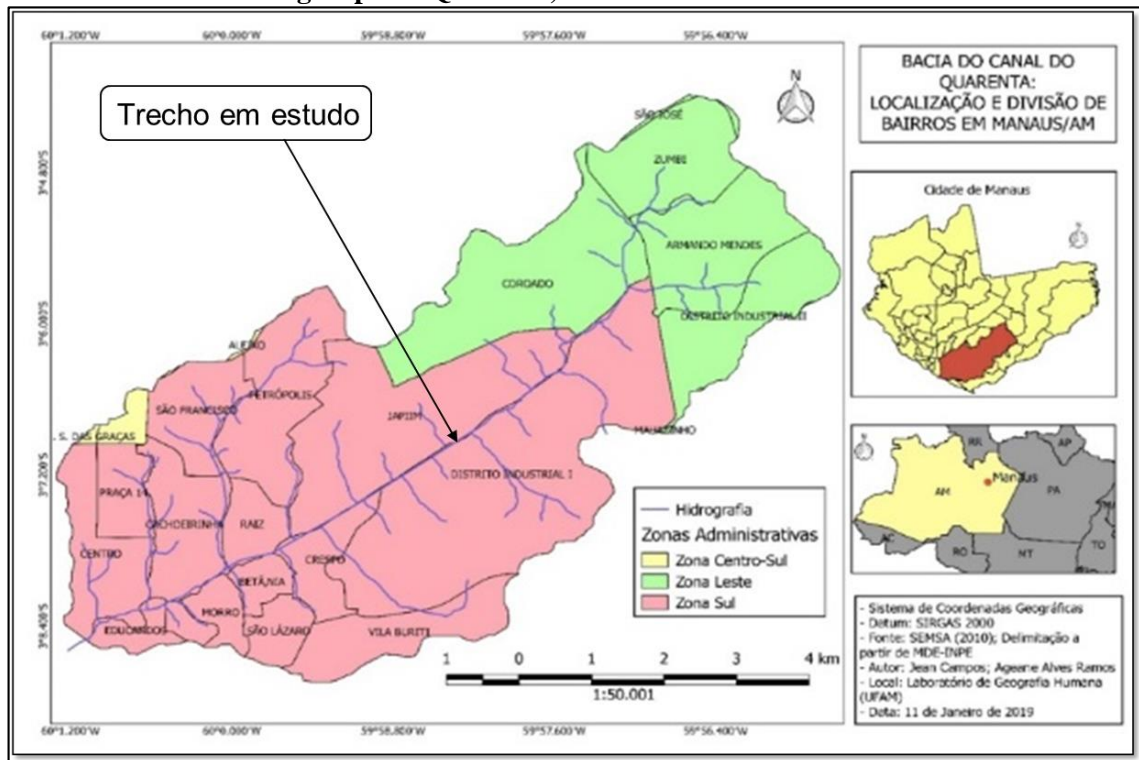


Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2019).

O bairro do Japiim teve certo ordenamento urbanístico, pois os terrenos possuem tamanhos semelhantes, demonstrando uma estrutura planejada. Além dos conjuntos residenciais planejados como o 31 de Março, Atílio Andreazza, existem também áreas oriundas de ocupações irregulares como a Comunidade do Igarapé do Quarenta, localizada na margem direita do Igarapé, que possui o mesmo nome (figura 10).

O Igarapé do Quarenta já foi área de lazer e serviu de balneário aos manauaras. Porém, suas ocupações irregulares nas proximidades e na margem do igarapé, como os resíduos advindos das fábricas do bairro vizinho, foram alguns dos fatores que contribuíram para a extinção dessa área para lazer, pois a tornou imprópria para o uso.

Figura 10 - Bacia do Igarapé do Quarenta. Localização da área de estudo: bairro Japiim-comunidade do Igarapé do Quarenta, bairro Distrito Industrial-Manaus 2000.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). CAMPOS, SILVA, RAMOS. Org.: Ageane Ramos (2019).

Alguns trechos do Igarapé do Quarenta passaram por processos de revitalização por parte do governo, pelo “Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)” e algumas famílias foram removidas das áreas degradadas. Contudo, a montante e lado direito do Igarapé há o trecho em que os ocupantes ainda estão aguardando pela continuidade do programa, estando em situação de indefinição. Essa situação é evidenciada nas identificações das residências pelo programa em 2014 (figura 11 A-B).

Figura 11. Tipos de residências na margem do Igarapé do Quarenta-bairro Japiim



Figura A e B, residências identificadas no programa PROSAMIM em 2014. Fotos e Org.: Ageane Ramos (2019)

Figura 12 – Imagem satélite: bairros do Japiim e Distrito Industrial I



Fonte: Google Earth, 2018. **Org.:** Ageane Ramos (2018).

A imagem satélite acima (figura 12) mostra o bairro do Japiim e uma pequena parte do Distrito Industrial cortados pelo Igarapé do Quarenta. É possível constatar que os trechos mais próximos do igarapé, apresentam maiores densidades.

O processo de segregação no Japiim ocorre dentro do próprio bairro, como também na mesma margem direita do igarapé, sentido do platô para o fundo de vale. As diferenças das moradias, terrenos mais estreitos e precariedade é refletida à medida em que se aproxima da margem do rio. No entanto, recebem a denominação por parte dos residentes das áreas regulares no sentido platô, de “habitantes do Igarapé do Quarenta” pela informalidade dessa área. Mas, os moradores das áreas irregularmente ocupadas se consideram como totalmente pertencentes ao bairro. Evidenciando que este:

[...] corresponde a uma certa parcela da cidade que, por força de relações sociais, constitui para o indivíduo um espaço sentido e vivido [...] É certo que um fragmento urbano, por mais que encerre unidade de composição material e social, se não desperta o menor afeto, a menor empatia [...] não é um bairro, mas tão-somente uma parcela de cidade singularizável por este ou aquele critério (SOUZA, 1989, p. 172).

Portanto, a história que cada indivíduo traz consigo, tem relação com o lugar a que se sentem pertencidos, isso supera a forma administrativa da identificação de seu bairro, como também os diferenciam no cotidiano e nas relações sociais.

O sentimento de pertencimento dos residentes do Igarapé do Quarenta ao bairro Japiim é nítido, pela forma com que contam a história do lugar. Contudo, eles também se sentem discriminados pelos residentes do Conjunto 31 de Março, como também pelos órgãos públicos. Segundo afirmação de um residente:

Somos considerados do Igarapé do Quarenta, até parece outro bairro. E os órgãos não nos dão o direito a regularizar nossa água, energia e nem querem coleta o lixo desse lado. Não recebemos correspondências, e a resposta que sempre temos desses órgãos é que não podem nos atender pela irregularidade de onde moramos. Então, um morador da comunidade Manaus 2000, que já morou desse lado e sabe a nossa dificuldade, deixa a gente usar o comprovante de residência dele (Morador 1, Igarapé do Quarenta/Japiim, 2018).

A afirmação retrata a forma com que os residentes da margem do igarapé se sentem discriminados pelos residentes de seu bairro e aos problemas sociais que enfrentam, por estarem estabelecidos em área de ocupação irregular.

Nessas áreas, a segregação apresenta-se no próprio contínuo das ruas, no sentido do platô para o fundo do vale, onde à medida em que reduz a altitude, aproximando-se do igarapé, observa-se as ruas afunilando (figura 13 A-B-C), a presença de casas mais simples, saindo do padrão de tamanho dos terrenos, ganhando a nitidez da informalidade e na margem do igarapé a precarização das residências (figura 13 C-D).

As características levantadas da comunidade do Igarapé do Quarenta e seu bairro Japiim demonstram as desigualdades socioespaciais, estabelecidas pela segregação e diferenciação de duas realidades em duas morfologias num mesmo bairro.

Figura 13. Bairro do Japiim e comunidade do Igarapé do Quarenta.



Tipos de moradias, ocupações irregulares na margem direita do Igarapé do Quarenta.

Fotos e Org.: Ageane Ramos (2019).

Ainda na figura 13 C, observa-se a ponte que une esses cidadãos ao conjunto Manaus 2000, outra área segregada pela pelo Japiim e por seu próprio bairro Distrito Industrial, trata-se de um resíduo de residências na margem de um parque de indústrias.

O conjunto Manaus 2000 (figura 14) está localizado a margem esquerda do Igarapé do Quarenta, suas residências são oriundas de um projeto de construções de pequenas casas populares em 1996. Essa área possui uma singularidade por ser uma localidade de residências num polo de indústrias do bairro Distrito Industrial I. É uma localização que representa um enclave entre à avenida principal, que é Avenida Buriti e a comunidade do Igarapé do Quarenta do bairro Japiim.

Demonstrando mais uma vez a segregação residencial, o conjunto Manaus 2000, está unido por uma única ponte ao conjunto Atílio Andreazza, bairro do Japiim. Essa ponte que os une também os separa; além da área tampão com mata ciliar que contribui para sua segregação. Nas duas localizações existem as diferenças em suas morfologias, onde o conjunto Atílio Andreazza, que está localizado sentido platô do Igarapé do Quarenta, possui as melhores residências e estrutura urbanística, enquanto as residências da Manaus 2000 são casas bem mais

simples e estão no fundo de vale, separadas apenas pela avenida de mesmo nome, e ainda esses cidadãos estão suscetíveis a enchentes temporárias em alguns trechos, quando as chuvas são mais torrenciais que transbordam o leito do Igarapé.

Figura 14 – Imagem satélite: bairro Japiim, Distrito Industrial I -conjunto Manaus 2000



Fonte: Google Earth/2018. **Org.:** Ageane Ramos (2018).

A localização da Manaus 2000 destaca-se por ter via de acesso para o bairro Distrito Industrial, principalmente nos dias úteis, com altíssima demanda para os trabalhadores das indústrias do Polo Industrial de Manaus-PIM, como ainda a sua única avenida, que está se tornando mais uma área de pontos comerciais.

Esses habitantes são oriundos de um processo de ocupação irregular e outros da chamada Manaus 2000. De qualquer forma, os sujeitos do Igarapé do Quarenta e da Manaus 2000 são tidos como diferentes dos residentes do Japiim. Isso é o reflexo do processo de segregação e diferenciação estabelecido pelas desigualdades socioespaciais nas localizações.

Apesar de muitas ocupações próximas ou às margens de igarapés terem ocorrido de forma não planejada urbanisticamente, não se pode afirmar, como sustenta o senso comum, que se trata apenas da espontaneidade em querer ter um lugar para morar e aos poucos aglomeraram-se indiretamente a sua vontade, pois faz parte das condições reproduzidas de uma realidade menos favorecida; aqueles que conseguiram estabelecer-se do lado que possui um planejamento urbanístico, fazem parte de uma camada com condições e possibilidades mais abrangentes para escolher de certa forma o outro lado da ponte, que é oficialmente reconhecido pelo plano diretor

do município como o bairro oficial Parque Dez de Novembro, ou ainda o bairro do Japiim, ambos possuindo em sua característica o igarapé que separa e une duas localizações através da ponte, que os diferencia pela forma de ocupação do tecido urbano dentro da Metrópole, que vem sendo destacada como a maior da região norte do Brasil, concentrando em torno de 52% da população do estado do Amazonas.

A cidade de Manaus reproduz a realidade das situações urbanísticas expostas pelas pontes que unem os lados do igarapé, revela socioespacialmente dois lados, duas realidades urbanísticas separadas e diferenciadas, em que essas populações sofrem diferenciações de toponímia, morfologia demonstrada em seu desenho urbano, das características de suas residências e terrenos ocupados, da forma que cidadãos se identificam no pertencer daquele local.

Essa constatação por meio das formas espaciais e do pertencimento das pessoas em relação ao “seu lado” do igarapé e que as pontes que unem deixam também clara a posição de cada grupo separando-os neste sentido. Essas pontes ligam as margens, mas não ligam a expressão socioespacial ou o pertencimento entre os dois lados dos igarapés. Tendo isso em vista, as pontes que unem, também podem separar, pois conceitos como segregação e diferenciação analisados no contexto do espaço urbano são mais sutis e presentes do que a visão nos pode revelar. Assim:

O espaço urbano que se produz num lugar qualquer da Amazônia não é único, ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento recente para a região como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras, assinalada pela contradição: de um lado, a riqueza e bem-estar e, do outro, pobreza e miséria (OLIVEIRA, 2000, p. 22).

Destaca-se, então, que esse processo cada vez mais ocorre nos bairros da metrópole Manaus, produzindo características marcantes que são expressas socioespacialmente nas classes sociais, e constata a diferenciação dentro do mesmo bairro, do seu perfil de população com suas características urbanísticas. Portanto, há necessidade das políticas públicas nesses espaços como um todo, não apenas no que foi previamente planejado, pois tal fato contribui para segregar seguimentos sociais por suas condições econômicas, sendo o espaço urbano e sua infraestrutura o reflexo dessa realidade. Tudo isto revela que a cidade, neste caso a metrópole, a partir de dois recortes espaciais selecionados para esta pesquisa, constitui um reflexo, uma expressão da sociedade que a produz, bem como dos agentes modeladores do espaço urbano. Os recortes apresentam diferenças entre si, o que pode também ser a realidade de outras áreas da metrópole.

CAPÍTULO 2: A RELAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO COM OS IGARAPÉS

2.1 Toponímia e toponímia nos bairros Japiim, Parque Dez de Novembro e Distrito Industrial I

Em bairro da metrópole Manaus como o Parque Dez de Novembro e Japiim é comum se encontrar entre os cidadãos o sentimento de pertencimento em relação ao lugar. Isso é mais evidente quando evocam a memória de haver participado das primeiras ocupações irregulares, dos despejos oriundos das reintegrações de posse deste local por repetidas vezes e, finalmente, a desapropriação da área¹⁷. Essa realidade fortaleceu a relação com espaço ocupado, o que pode ser constatado nos topônimos adotados como “Bairro da União” ou “Igarapé do 40” de espaços em Manaus, que representavam a resistência e luta por um lugar que lhes pertencesse na capital, pois, almejavam ser os donos de seu pedaço de terra, ou proprietários de uma casa no conjunto de residências populares no Residencial Manaus 2000, que embora advindos de uma área de ocupação irregular no Igarapé do Quarenta, esses habitantes estavam num outro contexto, pois havia a disputa eleitoral para a prefeitura de Manaus, e, entregar as pequenas residências de dois cômodos aos comunitários, representaria significativamente um ganho para o candidato da situação, pois constituiria melhoria na qualidade de vida daquela população, que morava em palafitas à margem do igarapé, e passaria, a partir de 1996, a possuir uma residência legalizada, localização bastante próxima, mas com novo bairro, do Distrito Industrial.

Santos afirma, que “Os topônimos nascem a partir da fala dos sujeitos e a incorporação dos mesmos no cotidiano do grupo advém quase sempre de referências presentes na paisagem do lugar” (2016, p. 173). O autor destaca alguns fatores que influenciam os indivíduos a adotarem certo topônimo no seu meio, o qual foi verificado através de pesquisa de campo com

¹⁷ Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.

Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal.

Art. 2º Considera-se de interesse social:

I - o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II - a instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça a plano de zoneamento agrícola, VETADO;

III - o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;

IV - a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;

V - a construção de casa populares;

VI - as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas;

VII - a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

os residentes das áreas de estudo. A pesquisa de campo permitiu aferir os níveis de pertencimento, que evocavam a sua relação com seus locais de moradia, bem como entender os significados representados nos respectivos topônimos.

Desta maneira, percebeu-se no morador 1 do Bairro da União, em sua afirmação: “chegamos no Bairro da União na década de 80. A população era tão unida, que deu o nome ao local de Bairro da União” (2019), expõe o sentimento de ter participado da identificação do lugar e de apreço ao topônimo Bairro da União, união dos indivíduos na resistência, na luta por um pedaço da terra urbana e o direito básico à cidade, traduzido na moradia, na busca do sonho de ter um lugar para viver e construir a sua história.

No que concerne ao ex-morador da área de ocupação irregular do Igarapé do Quarenta e residente do Manaus 2000, afirma em seu relato:

Vi a luta de minha mãe e de outras e outros moradores quando fomos morar no Igarapé do Quarenta, mas quando foi para retirar aquele povo da margem do igarapé e entregar as futuras casas, era claro o fundo de interesse para a campanha do candidato Alfredo Nascimento. Lembro de um Jingle que corria pelas redes sociais “Alfredo, Alfredo, prefeito da Manaus 2000”, ele prometia preparar Manaus para o próximo milênio, com isso, a população começou a chamar aquela parte de residências de casas do Distrito Industrial de “Manaus 2000” (Morador 2, Manaus 2000, 2019).

A moradora 3, do Manaus 2000, afirmou: “o prefeito Eduardo Braga veio inaugurar o nosso residencial, trouxe outros políticos, inclusive o Alfredo Nascimento, que ele estava apoiando para substituí-lo” (2019) e a moradora 4 completa: “até parecia um comício da campanha do Alfredo” (2019). Nos relatos define-se o que levou a definição do topônimo “Manaus 2000” pelos cidadãos, todavia, o contexto político que se passava na cidade Manauara, o fato de retirar a população de áreas às margens do Igarapé do Quarenta para casas populares no Distrito Industrial I, servia como argumento aos políticos envolvidos na campanha do ano de 1996, tendo em vista mostrar a importância e o trabalho que a prefeitura deixava e prometia continuar revitalizando áreas e gerava a ideia de uma Manaus futurística para próximo milênio, evocando para isso o tão aguardado ano 2000. Portanto, o nome da localização adotada pelos seus moradores atualmente ainda é Manaus 2000, no entanto, mesmo aqueles que já nasceram no conjunto, ou que eram crianças quando para lá mudaram, ou ainda, quem passou a morar depois, já até desconhecem esta origem a partir de uma campanha eleitoral.

São inúmeros motivos que levam uma população a adotar certo nome para um lugar. No caso do Manaus 2000 houve a influência, principalmente dos meios de comunicação num momento de campanha política, como já mencionado para prefeitura de Manaus. Por outro lado, os moradores da margem direita do igarapé, que não fizeram parte do processo envolvendo as

casas populares do conjunto Manaus 2000, adotam o nome de Igarapé do Quarenta, mesmo nome do referido curso d'água, demonstrando a influência da paisagem que tem como destaque este rio urbano.

No que tange ao Bairro da União, nome oriundo de uma causa que envolveu a resistência e solidariedade de um grupo social excluído e especialmente a união pela busca do objetivo de seu espaço, a história de resistência se enraíza nas gerações subsequentes, que a reproduz enquanto oralidade, de geração em geração dos moradores. Essa diversidade de razões que contribuiu para a adoção de topônimos como Bairro da União, Igarapé do Quarenta ou Manaus 2000, está representada para Dick “como um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (1990b, p. 16). Portanto, é necessária ampla análise não só do significado da palavra “topônimo”, mas sim dos fatores socioespaciais que influenciaram e leva a uma relação mais ou menos profunda do termo cultivada entre seus cidadãos. Nesse sentido:

Partindo do princípio de que o topônimo não é um signo linguístico especial, mas, ao contrário, um designativo vocabular comum, acrescido, porém, da função específica de identificação dos lugares, verifica-se que a ocorrência de falantes distintos no território acabaria por marcar, também distintamente, a toponímia local (DICK, 1990a, p. 75).

Dick destaca ao topônimo a designação comum do vocábulo, acrescido da importância da função específica de identificação dos lugares, que para as áreas estudadas tem-se a origem e força e união em uma causa, como também se constata a Manaus se preparando para o próximo milênio, evocando a chegada ao ano 2000 e a identificação com a paisagem natural, no que se refere ao Igarapé do Quarenta, topônimo dado ao rio pequeno, cujas margens são ocupadas por segmentos mais pobres da população. A autora sustenta ainda, que o “(...) próprio vocábulo (do gr. *topos*, ‘lugar’ e *onoma*, ‘nome’), qual seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros, etc.) e humana, antrópica ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.)” (Dick, 1990b, p. 119).

A autora também contribui com a definição dos topônimos transplantados, advindos de processos migratórios, onde mostra a relação do povo que trouxe consigo uma história para o novo espaço construído, e que,

Este é o designativo geográfico que existe como tal em determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou, ou influenciado por um mero mimetismo. Nessa noção está implícito o sentido de ‘deslocamento’ ou ‘mudança’ (DICK, 1990a, p. 83).

Na definição, a autora destaca o topônimo dado ao novo lugar pelo imigrante, que busca se adaptar ao novo sítio, cujos valores e traços representativos de sua história possuem forte influência a adoção de sua identificação. Fato que ocorre por exemplo, com o município catarinense de Pomerode¹⁸, um topônimo relacionado ao lugar de origem (Pomerânia) dos primeiros habitantes, imigrantes alemães que se estabeleceram ali, que revela o apego enraizado nas origens da terra natal de seus antepassados e a preocupação de manter nas gerações a história de seu lugar.

As características destacadas sobre a cidade de Pomerode, que retratam os fatores que levaram a adoção do topônimo ao lugar, demonstram que o processo de ocupação traz muito além do se estabelecer como um ocupante em determinado local, pois o indivíduo traz consigo a sua história, os seus valores que dão significado aos objetivos, como ter um lugar para chamar de seu. Assim, levam a grupos a resistirem na identificação, que se sentem pertencidos e passam de gerações a gerações o significado desse valor. Essa característica é visível nos moradores do Bairro da União, que não se identificam com o bairro oficial Parque Dez de Novembro. Isso mostra que a identidade de um povo, tem muito mais a ver com seu pertencimento do que com a forma que o Estado identifica seus bairros.

Desse modo, a discussão vai além da função do nome, pois o valor ao pedaço de terra veio com uma carga de expectativas para melhoria de qualidade de vida, da oportunidade obtida para a construção não só de uma casa, mas da realização do sonho tão perseguido, demonstrando um enraizamento ao lugar e orgulho pelos que resistiram e alcançaram; muito evidente nos diálogos com os mais idosos e também com os mais jovens, que relataram a história dos seus familiares da geração anterior. Ter um lugar para viver, é algo tão importante para os cidadãos do Bairro da União, como para os cidadãos do conjunto Manaus 2000 ou das margens do Igarapé do Quarenta, no Japiim.

Longe de ser um clichê, ter a casa própria é o sonho de muita gente. Todavia, o orgulho com a história do lugar não foi tão evidente nas falas dos moradores do Manaus 2000, quando comparado ao Bairro da União. Os motivos que os levaram a adotar o topônimo de Bairro da União que para Cegala significa “entidade ou associação em defesa de interesses e objetivos comuns...aliança, pacto, acordo...ligação; associação...” (2005, p. 852), enfatiza não somente os adjetivos que o compõe, mas o substantivo que deu seu nome. A escolha pelo topônimo, destaca a vontade dos envolvidos no início da formação de seu bairro, e a essência do princípio de sua história. Desde o início, Manaus 2000 acrescenta outra realidade de seu topônimo quando

¹⁸ Pomerode é um município localizado Médio Vale do Rio Itajaí-Açú, no estado de Santa Catarina/BRA.

percebe-se a fala de seus residentes, quando se referem a daquele momento, como coloca na entrevista:

Era comum os profissionais da prefeitura ao visitarem para formalizar a saída do Igarapé para Manaus 2000, esclarecerem que estávamos sendo beneficiados pelo trabalho da prefeitura. E como nenhum outro prefeito ainda tinha se preocupado com nossa situação de morarmos em palafitas a margem do Igarapé do Quarenta, foi a possibilidade de melhorar de vida. Mas também preocupava pelas contas de luz e água que íamos ter que pagar, pois no Igarapé não tínhamos essa despesa” (Moradora 5, Manaus 2000, 2019).

A moradora enfatiza a importância de se poder ganhar uma casa da prefeitura, e ao mesmo tempo demonstra que esses moradores se preocupavam com a formalidade de ter que arcar com as taxas obrigatórias pagas, que viriam no pacote de novidades para vida deles. A referida complementa:

Estávamos num ano de campanha para prefeitura, e era muito divulgado tanto nas ruas, pela televisão um sonho de um futuro melhor, e a nova prefeitura estaria preparando a Manaus para o novo milênio 2000, como sonhávamos como tudo aquilo! (Moradora 5, Manaus 2000, 2019).

Em cada área da pesquisa, os topônimos aderidos por seus residentes, retratam formas diferentes dessa apropriação, embora em ambos os casos, Manaus 2000 e Bairro da União, tiveram, se não sutilmente interesses políticos. E no caso do Manaus 2000 retrata um momento eleitoral muito forte dos candidatos à prefeitura, sobretudo, o candidato da situação nas ruas fazendo campanha política.

Na campanha política para a prefeitura de Manaus no ano de 1996 usaremos a fábula do grego Esopo que se “Divididos, cairemos. Unidos venceremos”¹⁹, Ficou clara a estratégia de uma coligação política entre o então governador Amazonino Mendes, que renunciou à prefeitura em 1994, seu vice Eduardo Braga que cumpriu o restante do mandato ora expirando, contudo, ambos apoiavam o candidato Alfredo Nascimento para a prefeitura. A retirada daquela população de áreas marginais do Igarapé do Quarenta para casas populares, foi uma bandeira de campanha e contribuía para essa aceitação do candidato situacionista. Constata-se tal realidade não só nos diálogos com os moradores como também no *jingle*²⁰ da campanha do referido candidato, onde se colocava:

¹⁹ Esopo (620-560 A.C.) foi fabulista grego, nascido na Trácia (região da Ásia Menor), do século VI a.C.

²⁰ Jingle é um termo da língua inglesa, segundo CEGALA é um “anúncio musical; composição musical curta composta e executada para fins de publicidade” (2005, p. 520).

No trabalho de Eduardo, na missão de Amazonino, a Manaus sonho sonhado, desde os tempos de menino, pra que tudo siga em frente, com alguém que vai sem medo, fazer tudo pela gente o seu nome é Alfredo. Alfredo Nascimento de um novo dia, votar num seguimento está na profecia. Alfredo Nascimento de um novo dia, votar num seguimento está na profecia (INSTITUTO DURANGO DUARTE-IDD, 1996).

O jingle com euforia quase messiânica foi uma das propagandas de campanha das eleições municipais do ano de 1996 com o lema “Por um novo dia”, transmitida na televisão aberta aos manauaras. Tinha como promessa dar continuidade aos trabalhos do grupo político então no poder desde 1982.

Na figura 15 (A, B, C, D, E e F), retiradas da propaganda para campanha política à prefeitura de Manaus no ano de 1996, pretendia convencer os eleitores, com o retrato da “melhor coligação” política, preocupada com o futuro da cidade, reunindo-as ao jingle, fixando na memória das pessoas, além no nome do candidato, o projeto de dar continuidade aos trabalhos do grupo político, então no poder numa Manaus para o próximo milênio (ano 2000), que se apresentava como um discurso de futuro e empolgação. Na figura 15 C, se pode ver as casas populares com o topônimo de “Manaus 2000”, construídas na gestão que findava em 1996. Segundo afirmação dos habitantes, o nome do residencial de casas populares foi dado pelo candidato situacionista (Alfredo Nascimento), que fora eleito naquele ano. A figura 15 D mostra a Avenida Jacira Reis, com características de avenidas arborizadas, larga, com calçada e trânsito fluído, demonstrando na campanha a preocupação com a mobilidade urbana. A figura 15 E trata da praia da Ponta Negra, entregue com a revitalização pelo prefeito Amazonino Mendes do governo anterior. Na figura 15 F, que traz o sorriso de uma criança, buscou-se sensibilizar a sociedade através da pureza e de um sonho desde criança pelo candidato à prefeitura de Manaus.

Figura 15 - Imagens da campanha política para Prefeitura de Manaus/AM, 1996.



Figura A, Alfredo Nascimento e Eduardo Braga e na **figura B** Amazonino Mendes. **Fonte** IDD (1996)



Figura C conjunto de casas populares, conhecida pelo topônimo de “Manaus 2000”.

Figura D da Av. Jacira Reis no bairro D. Pedro.



Figura E - Ponta Negra revitalizada.

Figura F – Criança.

Fonte: Instituto Durango Duarte, 1996. **Org.** Ageane Ramos (2020).

O topônimo Manaus 2000 não foi dado pelos mesmos motivos que aquele conferido ao Bairro da União, cuja origem possui a profundidade de uma causa, que evocava a luta pela terra e a resistência à retirada da mesma. Contudo, eles se identificam assim diariamente ao solicitar, por exemplo, um transporte por aplicativo para suas residências, como ficou claro na fala de uma das moradoras ao afirmar: “Eu sou da Manaus 2000, Distrito 1, e quando chamo um Uber coloco: Manaus 2000, próximo à SEDUC²¹ no bairro Distrito1”. Assim, o não ter apego a

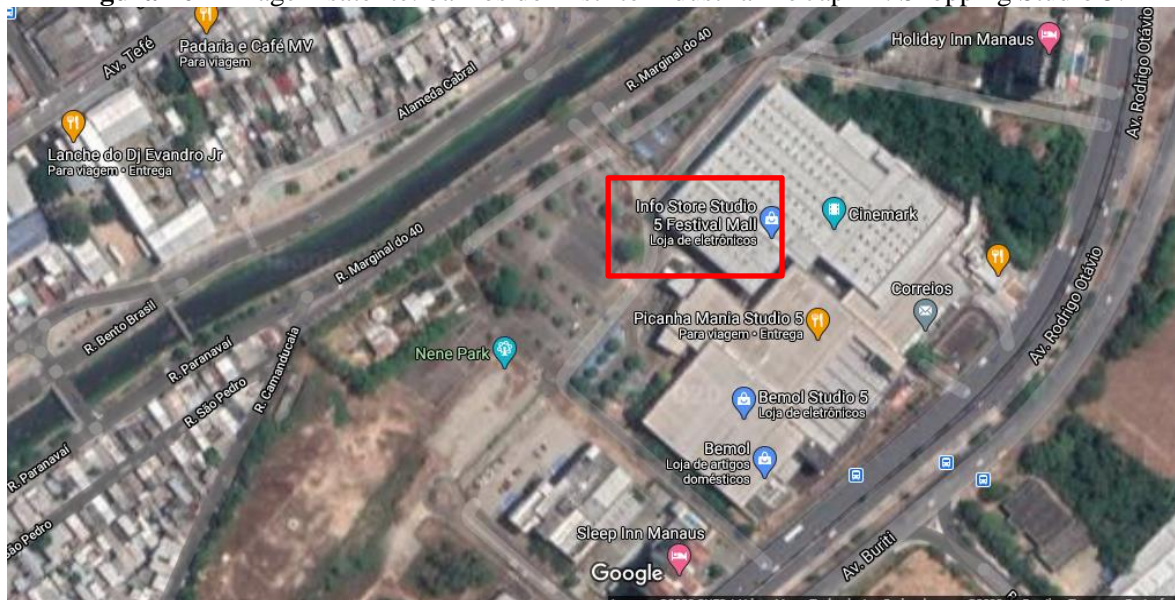
²¹ SEDUC – Secretaria de Estado e Educação - AM.

história do passado daquele lugar, reflete o fato de eles o terem recebido como melhoria de suas vidas em relação a condição anterior, como afirma:

Havia promessas do governo de nos retirar de dentro do igarapé e arrumar aquela área que hoje são as ruas Paranaíba e Marginal 2000 atrás do Studio 5²²”. E finalmente mudamos para Manaus 2000. Lembro no início de todas as casas iguais, hoje muitas já estão mudadas, mas era uma felicidade de todos, saímos de dentro do igarapé e tínhamos recebido uma casa no conjunto, era uma grande mudança em nossas vidas (Moradora 3, Manaus 2000, 2019).

A área marginal do Igarapé do quarenta, um dos muitos da metrópole Manaus de onde foram retirados os ocupantes, conforme relata a moradora, hoje é a rua Paranaíba e Marginal 40 (figura 16)²³, e o sentimento de felicidade, identificado nos cidadãos com a casa nova, tornou-os agradecidos pelo fato de sentirem que aquele lugar oficialmente era seu. Assim, a aceitação do topônimo sugerido pelo mandatário municipal de residencial Manaus 2000, foi aceita imediatamente pelos residentes e tornou-se referência no seu cotidiano.

Figura 16 – Imagem satélite: bairros do Distrito Industrial I e Japiim. Shopping Studio 5.



Fonte: Google Earth/ 2020. **Org.:** Ageane Ramos (2020)

Os motivos e a função dos topônimos adotados em ambas áreas da pesquisa, identificam a criação de uma identidade com o local, como destaca a cidadã do Bairro da união:

²² Casa de festas que existia desde a década de 90 e teve sua ampliação para Shopping Center em 2002. Endereço Av. Rodrigo Otávio, 3555, com saída pela lateral rua Marginal - Distrito Industrial I. Pertence a Rede Amazônica de Televisão do estado do Amazonas.

²³ A partir desse processo urbano de revitalização nas áreas marginais do Igarapé do Quarenta dessa área, o Shopping Studio 5 criou uma entrada e saída de pedestres e veículos para a rua Marginal 40.

Era impressionante como erámos unidos. A população se reunia na igreja católica e aqui em nossa casa, doávamos comida para ajudar as pessoas. Trabalhávamos com a igreja católica, numa força... era muita gente. Todo mundo ajudava, se alguém adoecia, chamávamos um médico do Hospital Eduardo Ribeiro que nos ajudava consultando de graça. Todos se ajudavam, fazendo a barraca do outro. Quando chegamos aqui, o meu esposo (a) já trabalhava numa boa empresa e podíamos ajudar, as vezes dávamos nossa comida quase toda. Conclusão que conseguimos o apoio do Prefeito José Fernandes no processo de desapropriação de nosso bairro (Moradora 1, Bairro da União, 2020).

A moradora relata a resistência, união e determinação na luta social dessa população pelos seus objetivos. E respalda a importância dos que contribuíram com apoio à causa, como a igreja católica - suporte do padre Renato Barth (jesuíta da CTP) e o padre Albano - através do apoio ao movimento, e ainda conforme outros relatos, participaram como grupo e apoio Marilza Melo (economista) e outros profissionais como enfermeira, psicóloga, pedagoga, professora, médicos do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro: Rogélio Casado, Luiza Garmelo e Eliane Frota (engajados na luta antimanicomial), que realizavam as consultas, e muitas vezes, com medicamentos para aquela comunidade que não tinha condições de buscar ajuda de outra forma. O engajamento na luta social pelo grupo de apoio, pelos representantes comunitários e moradores foi fundamental nas articulações pela doação daquele espaço aos comunitários. Todos os envolvidos conseguiram junto a prefeitura, à época sob o comando de José Fernandes²⁴, a oficialização da desapropriação do espaço em 02 de Agosto de 1979²⁵, data escolhida como topônimo de uma das ruas principais do bairro. O morador Sabá Reis auferiu dividendos políticos dessa luta e, posteriormente conseguiu uma vaga na Câmara Municipal de Manaus, elegendo-se vereador em 1982.

O destaque do topônimo da rua Dois de Agosto²⁶ (figura 17), segundo o morador 2 e demais moradores do Bairro da União, foi uma forma de homenagear o dia da desapropriação do terreno, fato que teve a presença do então prefeito na comunidade, informando a eles que a partir daquela data, teriam a liberdade de usar aquele espaço. Essa data seria um fato histórico para a vida daquela população, pois representava o alcance do objetivo almejado, embora isso tenha ocorrido de forma muito sofrida. Essa comunicação foi dada na rua que veio se tornar oficialmente rua Dois de Agosto.

²⁴ José Fernandes - Prefeito de Manaus de 1979 a 1982 e deputado federal por três legislaturas. Participou do processo de desapropriação do terreno para criação do Bairro da União.

²⁵ Não foi possível resgatar no Centro Social do Bairro da União documentos sobre essa data, porém o presidente atual e anterior da associação de bairro, como também os moradores contribuíram com esse dado em entrevista.

²⁶ Rua 2 de agosto, atualmente já não pertence totalmente ao principal bairro Parque Dez de Novembro e sim bairro de Flores, pelo novo zoneamento ocorrido na cidade de Manaus.

Figura 17 – Imagem satélite: bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Fonte: Google Earth/2018. Org.: Ageane Ramos.

Tão significativo quanto o topônimo da rua 2 de Agosto, também é o da rua Barreirinha, atual Avenida Desembargador Gaspar de Guimarães, como se pode ver no diálogo sobre esta rua:

A entrada para comunidade era por esta rua (Barreirinha), vindo por cima, onde tinha uma distribuidora, que hoje é um posto de gasolina e a outra entrada, era pela parte baixa, vindo do Parque Dez. O acesso era somente por ponte de madeira. Então a polícia quando vinha, só tinha um meio para acesso. A comunidade chegou ao ponto de fazerem piquetes, cercas, espécies de barreiras para a viatura não entrar. Foi muita união pelo sonho (Morador 1, Bairro da União, 2020).

Novamente se percebe na fala da moradora o resgate da história do surgimento do processo de ocupação da área traduzida no topônimo, que mesmo tendo sido mudado oficialmente pela prefeitura, continua vivo na memória dos habitantes, como complementado no outro relato:

A invasão era da margem dessa rua (Barreirinha) para lá. E dessa parte para cá, ondem moramos, tinham umas famílias que eram apossadas, e moravam aqui há a muito tempo. Inclusive quando começou as invasões, alguns se desesperaram e venderam com medo de ser invadido, nisso nós compramos aqui. Hoje essa rua tem o nome de Avenida Desembargador Gaspar Guimarães, mas o seu nome sempre foi Barreirinha, por causa das barricadas que os moradores faziam para impedir a entrada da polícia no local. Por volta de 5 anos para cá a prefeitura resolveu mudar o nome, mas sempre a chamamos de Barreirinha (Moradora 2, Bairro da União, 2020).

Conforme os moradores do Bairro da União, o padre Renato Barth e demais representantes do grupo de apoio a luta social, evidenciam a presença histórica na formação tanto quanto dos demais sujeitos envolvidos. Aqui destaca-se, que foi fundamental a disposição da instituição não só de ajudar, como de orientá-los juridicamente, como também a determinação e coragem dos moradores, que se envolveram, se expuseram na luta pelo direito de estabelecerem suas vidas naquele lugar, pelo direito de construírem uma nova história na cidade, como também ao direito a cidade, do qual neste sentido, nas palavras de Lefebvre “A cidade que tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizaram essa obra nas condições históricas”. (2001, p. 52). Segundo a explicação de um cidadão:

Quem liderou as iniciativas, para a distribuição dos lotes, foi o padre Renato, ele liderava a distribuição dos lotes. Ele ganhou por 2 vezes a reintegração de posse. E a comunidade insistiu. As lideranças junto com o padre Renato foram na prefeitura. E o prefeito José Fernandes veio em loco, ver a situação, e, depois ele tomou a decisão e desapropriou. Mas isso já tinha uma caminhada de certo tempo, vinham a reintegração de posse, quebravam os casebres e o pessoal retornavam construindo (Morador 2, Bairro da União).

Na história de vida dos moradores é retratada pela força que tiveram no processo de ocupação do Bairro da União, e com detalhe enfatizam a participação com suas vozes em prol da causa que os movia. Revela-se que o topônimo da rua Barreirinha, fez parte da resistência e espaço de lutas em suas vidas. Espaço que representou a relação efetiva da comunidade. Que dá forma que podiam, lutavam pelo espaço na cidade, chegando a ser periculosa a exposição, quando dificultavam os trabalhos da polícia com barricadas, buscando evitar a derrubada de seus casebres. Mas se estes eram derrubados, erguiam novamente, e permaneciam na resistência com mais força.

Figura 18 – Imagem satélite: bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Fonte: Google Earth/2020. Org.: Ageane Ramos.

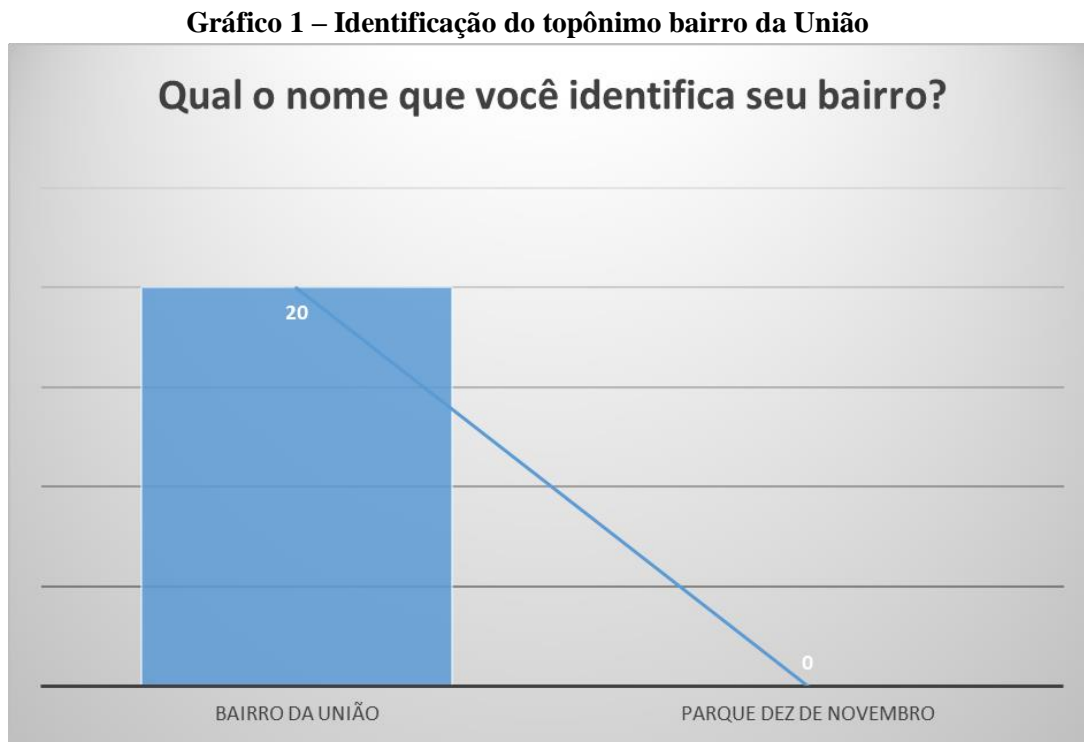
Na análise transpareceu a função do topônimo “Barreirinha” e o enraizamento no histórico do processo de formação socioespacial. Porém, a rua teve seu topônimo alterado pela Prefeitura de Manaus para Avenida Desembargador Gaspar Guimarães (figura 18), e não foram predominantes os fatores que geraram a escolha de seu topônimo. Essa mudança destoa da história do Bairro da União e contribui para olvidar a história aos mais jovens, pois:

A mudança sem critérios, apenas para atender a interesses políticos, contribui para o desconhecimento da população local em relação à própria história... Nós temos o mau hábito de trocar o nome das ruas. Em outras cidades acontece essa mudança também, mas em Manaus acontece com uma frequência terrível passando por cima da história da cidade. Sem que haja, por parte da sociedade, nenhuma reação (GARCIA, 2012).

Garcia reflete sobre a relevância de se preservar a história de um lugar, da importância do papel dos cidadãos nas tomadas de decisões, como as leis aprovadas pela Câmara Municipal para mudança dos nomes de ruas, pois, a definição de lei sem uma análise geográfica e histórica, no que se refere à mudança dos logradouros em Manaus, contribui para o desenraizamento da história da população local. A exemplo do que favoreceu para deixar de existir o topônimo da rua Barreirinha, para ser substituído pelo topônimo de Avenida Desembargador Gaspar Guimarães, conforme averiguado com os residentes e evidenciado no Diário Oficial do Município de Manaus – DOM, edição nº 2365, Lei 1.401 de 14 de janeiro de 2010, que trata

sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus, com estabelecimento de novos limites do bairro Parque Dez de Novembro.

Foram entrevistados 20 moradores sobre a pergunta: “Qual o nome que você identifica seu bairro?”. Sendo unânime que o topônimo histórico do lugar, evidencia o pertencimento ao Bairro da União conforme gráfico 1:



Fonte: Entrevistas com moradores do Bairro da União. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

Dos vinte cidadãos, todos se identificaram como moradores do Bairro da União e demonstraram forte relação de pertencimento com seu lugar, como também se constata no relato:

Maioria que mora aqui, tem apego e não quer mudar, como também se identificam como cidadãos do Bairro da União, como todos de minha família e conhecidos desde infância, eu cheguei com meus pais ainda criança, e sempre via os envolvimento pela comunidade com vários moradores (Moradora 3, Bairro da União, 2020).

A moradora acrescentou apego da população ao lugar, como a sua história de vida. Esses fatores destacam a importância de se preservar e respeitar os aspectos que formam a história de um lugar, bem como:

Os homens constroem e dão significados aos lugares. Significados que para alguns parecem invisíveis, mas para outros carregados de histórias e de emoções, o lugar é um mundo de significados organizados, adquiridos pela experiência humana, o lugar se mostra a partir do que eu experiencio e que é experienciado pelo outro. (NOGUEIRA, 2015, p. 2).

A autora destaca a carga de significados que o lugar representa para os homens, indo de acordo com o pensamento de Tuan ao afirmar, que "O termo topofilia associa sentimento com o lugar" (1980, p.129). Significados que elucidam os sentimentos aos fatos, que os moveram a construir sua história de vida e identidade com o lugar, como nome que consideram ser o significado da resistência de luta que fundou o lugar, tão significativo para os residentes do Bairro da União, idealizando sua história, que iniciava na década de 80 com muita união, constituindo, portanto, um topônimo portador de significados profundos na relação dos sujeitos com esse lugar.

Apesar de toda essa relação com o topônimo União, os cidadãos têm consciência do nome oficial dado pela prefeitura da metrópole. Relataram que nunca se cogitou, por parte do poder público municipal, o reconhecimento desta localização como um bairro oficial, destacando que o Bairro da União, é uma espécie de sub bairro do Parque Dez de Novembro, e acrescentam sobre suas correspondências de energia e água que constarem CEP²⁷, que os identificam pertencentes ao Bairro Parque Dez de Novembro.

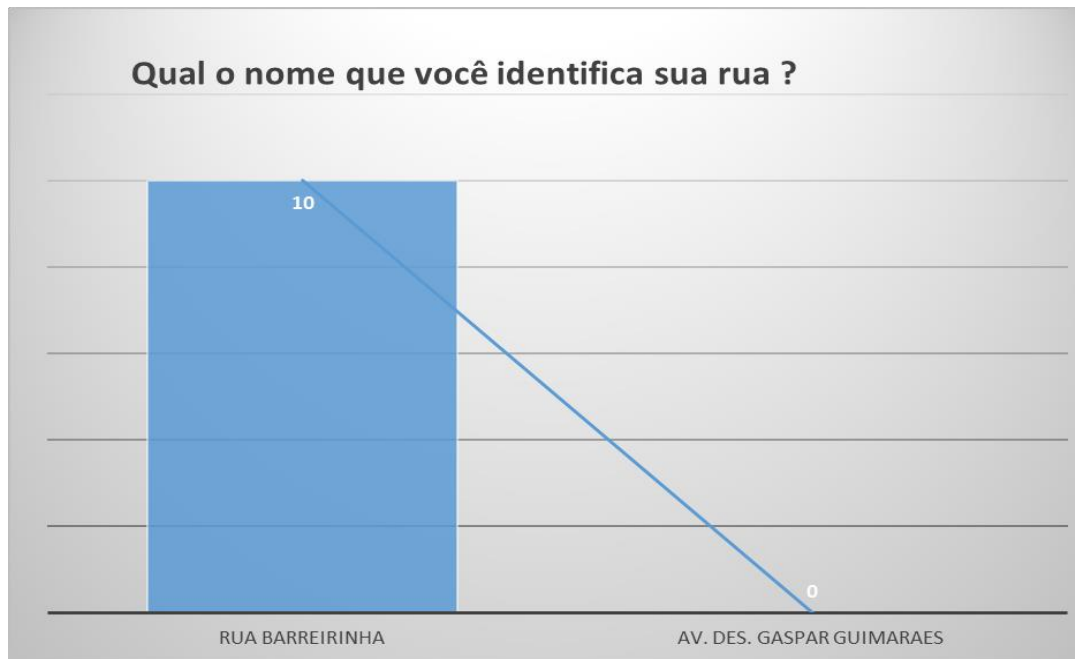
Na segunda pergunta feita para 10 moradores da rua Barreirinha sobre "Qual o nome que você identifica a sua rua? ", o resultado foi absoluto no que se refere ao topônimo histórico da rua, conforme gráfico 2, mas a maioria afirmou já existir outra informação nos mapas, ao solicitarem um transporte, e demonstraram não entender o motivo pelo qual a prefeitura mudou o nome rua Barreirinha para Avenida Desembargador Gaspar Guimarães²⁸. E como o morador 3 destaca, o fato de terem mudado oficialmente o topônimo da rua, eles continuam a reconhecer como rua Barreirinha do Bairro da união, como observado na fala da moradora:

Faço questão de dizer que moro no Bairro da União, embora sabemos que não existe o bairro da União, ele se tornou ramificação do Parque Dez. A "identidade da rua", o logradouro foi modificado sem a consulta, nós descobrimos que mudou o logradouro da rua, quando começou a chegar as correspondências. Então, uma pergunta interessante, quem é o Desembargador Gaspar Guimarães, aqui ninguém sabe. Portanto eternamente essa rua é Barreirinha, e se você me pergunta onde moro, lhe digo, moro na rua Barreirinha, então moro no Bairro da União e na rua Barreirinha, lamentavelmente duas coisas que não existem mais. Mas a sensação, de o meu lugar é ali, e é isso...mentalmente isso é a realidade (Moradora 3, Bairro da União, 2020).

²⁷Conforme "Significados.com.br", CEP é a sigla de Código de Endereçamento Postal, criado e utilizado pelos Correios para facilitar o encaminhamento e a entrega das correspondências aos destinatários. O CEP é uma informação indispensável na correspondência, pois identifica todos os detalhes do endereço.

²⁸ Gaspar Eduardo da Costa Guimarães (Portugal, c. 1850) foi um jornalista, político e literato luso-brasileiro. Nasceu em Portugal, onde se envolveu na política. Participando do movimento republicano, foi obrigado a exilar-se. Fixou-se em Porto Alegre, onde trabalhou como livreiro, jornalista e contabilista, anexo II).

Gráfico 2 – Identificação do topônimo da rua Barreirinha



Fonte: Entrevistas com moradores da rua Barreirinha. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

Análises através do olhar geográfico que trata a relação estabelecida do sujeito com o lugar, bem como sua história no lugar, suas experiências e fatos ocorridos. Pois, isso é resguardar a história dessa população e de seus lugares. Questões essenciais para contribuir e respaldar os critérios adotados, para alterar o topônimo de um lugar como a rua Barreirinha, local marcado por resistência e luta pelo lugar, portanto, levar em conta as relações estabelecidas no cotidiano do sujeito com seu lugar, seu espaço e seu direito à cidade.

Como segue em demais relatos dos cidadãos, como do morador 5, “não tivemos nenhuma informação com relação a mudança dos nomes das ruas para o Bairro da União no Parque Dez de Novembro” (Bairro da União, 2020).:

Não entendo, qual intuito de mudar o nome das ruas, quem teve essa ideia?
 Nos pegamos conversando com vizinhos sobre esse assunto, e sempre alguém pergunta o porquê mudaram. Não tivemos qualquer justificativa, e na associação, não chegou qualquer informação sobre esse nome dado a nossa rua, o que ele contribui ficou obscuro a informação aos moradores. Por que não perguntaram da gente?
 (Moradora 4, Bairro da União, 2020).

A falta de informação aos moradores do Bairro da União evidenciada nas falas citadas, destaca a carência dos critérios adotados nas mudanças os topônimos. Isto reflete o fato que mesmo com associação de moradores e presença atuante dos comunitários, não houve consulta acerca das mudanças de nomes que iriam ocorrer, como complementa outra moradora:

Barreirinha, foi o nome foi dado pelos moradores. Veem das barricadas que impediam a polícia de entrar na invasão, portanto tem um sentido esse nome. Já Desembargador Gaspar Guimaraes não tem significado para nós. Assim como a rua 2 de Agosto que é em homenagem a inauguração do bairro na década de 1980.

Se demos o nome ao lugar a tanto tempo, e mudam, vai mudar a documentação, da parte estrutural desse espaço. Mas, a parte de conviver permanecer, o nosso sentimento permanece pelos nomes iniciais, digo, o nome dado ao lugar que participaram da criação, faz mais sentido, é a nossa identidade local (Moradora 3, Bairro da União, 2020).

O tempo vivido, as experiências e relações construídas no cotidiano de um lugar, dão sentido e significado a vida dos moradores e a história do lugar. Fatores que precisam ser levados em conta na preservação dos topônimos, pois, envolvem vidas que construíram uma identidade histórica de pertencimento com o lugar, como define Tuan, ao afirmar que “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (1983, p.83). Lugar como categoria geográfica, que representa as suas relações e experiências do seu vivido, pois:

Mundo vivido é, portanto, o lugar vivido, lugar de vida, lugar de existência, da experiência, um pedaço do mundo que diz quem somos como somos como vivemos como nos inter-relacionamos com a terra e seus homens, um pedaço do mundo carregado de significados existenciais e simbólicos (NOGUEIRA, 2015, p.3).

O mundo vivido dá significados existenciais, que representam a subjetividade do homem, e concretiza-se pelo resultado das ações, pelas experiências e relações sociais no seu cotidiano. Sendo esse lugar um cotidiano, onde acontecem as mais diversas manifestações. Nesse sentido, como sustenta Santos:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p. 218).

Assim, o lugar seria o reflexo das experiências vivida e adquirida das ações do indivíduo, como as suas relações e manifestações com seu meio que o identifica. O lugar, nesse sentido, seria a expressão das subjetividades e das expressões objetivas dessa subjetividade. Santos ainda afirma, que “Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (Santos, 2005, p. 161).

O sentimento de pertencimento do indivíduo com o lugar é tão importante como a compreensão dos fatores, que o influenciam e o levam a se identificar, ou seja, a compreensão e valorização de sua história cultural, que contribui para formação de sua identidade com o

lugar. A esse sentimento de apego, do sentir-se pertencido ao lugar, Tuan contribui com a análise sobre a topofilia, segundo o qual:

A palavra ‘topofilia’ é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tática: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difícil de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o locus de reminiscência e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

Tuan destaca a intensidade das sensações percebidas e sentidas do ser humano com o meio ambiente material, como o perceber-se e sentir-se pertencido ao lugar, nesse sentido, “O termo topofilia associa sentimento com o lugar” (1980, p.129). Assim, o topônimo “Bairro da União”, com destaque para a “rua Barreirinha”, vai além de identificações de localizações geográficas, para os indivíduos que vivem nesses lugares. Considerar suas relações construídas e suas experiências é crucial para compreender a importância de identidade no mundo vivido. Nesses locais há uma história construída, que revela a resistência e luta pelo espaço na cidade, destacado por Callai, “como indivíduo social capaz de construir sua história, a sua sociedade, o seu espaço” (2001, p. 34). Desse modo, é necessário dar a devida importância a historicidade e geograficidade do lugar, como ao sentimento de pertença e identidade do indivíduo com seu meio.

2.2 As relações topológicas na metrópole ilegal: pontes e as ocupações às margens dos igarapés de Manaus

O fenômeno da topofilia relacionado a toponímia do lugar, observados nos indivíduos que vivem próximo ou em áreas marginais de igarapés, demonstram o sentimento de pertencimento ao seu mundo vivido, como destaca a relação topológica com o outro, através das pontes que ao mesmo tempo que unem as margens, também os separa como indivíduos e classe social. Pois, esse objeto geográfico que tem como principal função unir e estabelecer a comunicação entre dois lados, também representa o distanciamento da realidade socioespacial de quem vive do outro lado, cada um a seu modo, com sua visão de mundo e sua expressão espacial, a exemplo das margens de igarapés nos bairros do Japiim, Parque Dez de Novembro e Distrito Industrial I, aqui representados, respectivamente pelos topônimos adotado por esses moradores de “Igarapé do Quarenta”, “Bairro da União” e “Manaus 2000”.

Morar no que oficialmente é delimitado como bairro Parque Dez de Novembro, e se considerar do Bairro da União, já demonstra uma forma diferenciada de identificar o topônimo do lugar. Mas curioso é a segunda e a última ocupação deste local, no sentido do fundo de vale, à margem direita do igarapé do Bindá. Esse trecho recebe o topônimo local de “Sovaco da Cobra”; alguns metros antes e do lado esquerdo do mesmo igarapé, localiza-se o “*Green Ville*”. Essas adoções toponímicas não são como os ocupantes, consideram seu bairro, são formas de diferenciar a ocupação e o lado que estão localizados no interior do próprio Bairro da União, retratando a territorialização e forma de organização desses grupos, que vivem em condições precárias. Assim, “o território está, igualmente presente em toda a espacialidade social, ao menos enquanto o homem também estiver presente” (SOUZA, 1995, p. 96), embora também contribuía para os diferenciar e segregar esses sujeitos pela nova identificação desse território interno que criaram.

E essa forma de identificação demonstra que entre os próprios cidadãos, existe a segregação e diferenciação socioespacial, pois, se referem comumente ao “que mora lá embaixo no Sovaco da Cobra” ou “lá embaixo no *Green Ville*”, e ainda ao “que mora lá em cima na rua Barreirinha”, ou “lá pra traz, na Palestina”, ao que “mora no outro lado da ponte do bairro Parque Dez”, e toda a unidade territorial oficialmente é delimitada como bairro Parque Dez de Novembro e mais recente pelo último zoneamento, algumas ruas do Bairro da União, sentido norte pertencem ao bairro de Flores. Todavia, ambos bairros em seu meio são constituídos também de ocupações irregulares, cujos níveis de precariedade socioespacial é mais visível, como as denominadas de “Sovaco da Cobra e *Green Ville*”, que continuam sem regularização de suas moradias na margem do pequeno rio. Assim como os moradores que vivem à margem do Igarapé do Quarenta no bairro do Japiim, já que ambas as ocupações permanecem de “forma ilegal na cidade”, e as demais tornaram-se legal pelo Estado, que desapropriou para um grupo, ou construiu e entregou casas populares para outro. Isso demonstra que embora o sujeito se identifique com seu lugar e se sinta pertencido ao mesmo, ele não perceberá o outro como igual, o que está “lá em cima” longe do fundo de vale e o “do outro lado” da ponte, que pertence a um outro grupo social, portanto, diferente. Nesse sentido, como e onde estão localizadas suas moradias, também se constrói a diferenciação socioespacial, segregando-os no mesmo espaço topográfico e delimitando politicamente na unidade territorial urbana conhecida como bairro. E a ponte, elemento que sempre constituiu objeto de união física de dois lados, também distancia os indivíduos e classes, justamente pela percepção do diferente que se estabelece do outro lado, neste caso, da outra margem.

2.2.1 Sobre das pontes

Para melhor compreensão dos motivos que levaram a observação das “pontes que separam”, resgatou-se um pouco da sua historicidade espacial e sua relação topológica com a forma com a qual os indivíduos se vêem e vêm os demais. Esta reflexão constitui apenas uma análise topológica, ou seja, dá forma com que os grupos de ambas as margens de um rio urbano sempre se viram, pois se os rios dividem, as pontes sempre uniram. Entretanto, se as pontes são construídas, é justamente como superação dos obstáculos e do reconhecimento das diferenças entre dois lados ou duas margens, fato que não pode ser negado. Esse processo percebido em áreas periféricas de Manaus, levou a hipótese de que esse objeto geográfico também distancia indivíduos, topologicamente num mesmo espaço topográfico, na medida em que as percepções sempre se formam a partir de sua própria margem, diferenciando, portanto, daquela formada de outra margem, estabelecendo uma forma topofílica de identidade com o lugar, que irá se diferenciar do outro. Isto posto, pela topofilia se pode compreender como os indivíduos e grupos sociais se percebem e veem o outro, como também a maneira que se localizam no seu lado da margem.

As pontes surgiram muito antes do homem planejar e se preocupar precisamente com esse objeto geográfico. Ela surge naturalmente com a queda de árvores, seus galhos, bem como rochas, que facilitavam o acesso à outra margem. O homem foi aprimorando o que tinham da natureza como a madeira, a rocha, o cipó, cordas de fibras vegetais trançadas, entre outros materiais que tinha acesso. É possível se encontrar sinais das primeiras pontes por volta de 4000 anos a.C. Dessa maneira:

Há indícios da construção das pontes em arco desde 4000 a.C. na Mesopotâmia e Egito e, mais tarde, na Pérsia e na Grécia (cerca de 500 a.C.). A estrutura mais antiga construída pelo homem e que chegou aos nossos dias foi a ponte de pedra, feita em arco, no Rio Meles, na região de Esmirna, na Turquia, construída século IX a.C. (ITTI/UFPR, 2020).

Estruturas que marcaram a relação do ir e vir, bem como a superação de obstáculos de transposição de duas margens de um rio, representam a história geopolítica e superação de obstáculos do lugar, como por exemplo, a ponte *di Pietra* (figura 19), em Verona, Itália, que cruza o Rio Ádige (100 a.C.), que foi destruída durante a segunda guerra, sendo reconstruída na década de 50 no século passado. Esta ponte sobre arcos demonstra a capacidade de engenharia desenvolvida pelos romanos para construção de aquedutos e pontes, como objetos de superação e consolidação geopolítica, cuja tecnologia aprimorada é usada até os dias atuais.

Na idade média surgem as ordens religiosas para construção de pontes na Europa e em 1747 surge a primeira academia universitária de engenharia civil no mundo, a *École des Ponts et Chaussées*²⁹ (Paris/França).

Figura 19 - Ponte di Pietra, Verona – Itália



Fonte: ITTI/UFPR. **Org.:** Ageane Ramos (2020)

Com a Revolução Industrial no século XIX e o crescente processo de urbanização surge a locomotiva, e com ela a necessidade de vias ferradas, que suportassem grandes cargas, resultando no aparecimento das primeiras pontes de ferro. Posteriormente, com a descoberta do aço, a partir do ferro fundido surgem novas pontes com a utilização deste material, que permitia maior força de tensão, possibilitando atender às novas necessidades de escoamento da produção e transporte de pessoas, que aumentava do qual essa adesão que não se deu automaticamente, pois o aço era considerado uma matéria prima cara, dependendo ainda de várias pesquisas para melhorar as fundações, tipos de ligas, análise aerodinâmicas, entre outros fatores. No entanto, esse processo de modernização do aço desenvolvido pelo inglês Henry Bessemer, contribuiu para os Estados Unidos da América construírem a primeira ponte feita de aço, a *Brooklyn Bridge* (figura 20), um dos símbolos mais reconhecidos da cidade de Nova York, que uniria o bairro do Brooklyn à ilha de Manhattan, como Schlindwein destaca:

²⁹ L'École des Ponts ParisTech est une grande école française. Depuis 1747, elle forme des ingénieurs de haut niveau, de futurs dirigeants et des chercheurs aptes à relever les défis de la société et de la transformer. Au-delà du génie civil et de l'aménagement du territoire, qui ont fait historiquement son prestige, l'École développe formations et recherche d'excellence liées aux enjeux de la transition énergétique.

Foi então que em 1856, o inglês Henry Bessemer, patenteia um novo processo com uma fornalha mais resistente às altas temperaturas, conseguindo assim, produzir aço. Começa a ser construída em 1869 e inaugurada em 1883, a Brooklyn Bridge, nos Estados Unidos (SCHLINDWEIN, 2020).

Figura 20 - A ponte Brooklyn Bridge - cidade de Nova York/EUA



Fonte: Julienne Schaer in NYC *The Official Guide*³⁰, Org.: Ageane Ramos (2020).

Durante a Segunda Guerra Mundial surgiram novas técnicas de construção de pontes, como o tipo de ponte treliça portátil e pré-fabricada, a conhecida “ponte de Bailey”, do inventor britânico Donald Bailey. Essa ponte foi bastante utilizada para reconstruir o que havia sido destruído com a guerra, e é uma das técnicas bastante utilizadas para construção de pontes em zona urbana e rural em todo o mundo, como afirma Alan Pearson da construtora *Mabey Bridg*³¹ (2020).

No Brasil, a primeira ponte de grande porte construída sobre um rio, foi a ponte Maurício de Nassau³² na cidade do Recife (figura 21), construída em madeira pelo governo holandês e inaugurada em 28 de fevereiro de 1644. A ponte recebe o nome do idealizador e

³⁰ Guia oficial de Nova York.

³¹ A Mabey Bridge, é uma empresa internacional do ramo de pontes modulares de aço. São especialistas em pontes modulares de aço pré-projetadas para permitir a construção acelerada de pontes em zonas urbanas e rurais e estão em vários países.

³² Maurício de Nassau (1604-1679) foi um conde, militar e administrador holandês. Governou as províncias holandesas no Brasil, instalou a capital do Brasil holandês na cidade do Recife, na capitania de Pernambuco.

responsável pela construção, o conde Maurício de Nassau, representando um dos cartões postais da capital do estado de Pernambuco.

Figura 21 - Ponte Maurício de Nassau - Recife/PE



Fonte: Histórias do Bairro do Recife. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

No que se refere à metrópole Manaus, as pontes também possuem significados relevantes, que revelam tanto as possibilidades de expansão de sua área urbana, quanto os processos de diferenciação e segregação socioespacial que apresenta-se aqui.

A cidade de Manaus que fica a nordeste do estado do Amazonas, está localizada sobre a Formação Alter do Chão, à margem esquerda do Rio Negro, próxima à confluência dos rios Negro e Amazonas, onde se forma o maior encontro das águas na Amazônia. Seu núcleo urbano foi historicamente produzido sobre uma expressiva rede hídrica, composta de diversos igarapés, dos quais alguns foram aterrados e/ou canalizados durante reformas urbanísticas, tornando-se invisíveis aos olhos de quem passa, por estarem em galerias de água e concretados. Assad chama atenção para o fato de que “Cidades nascem abraçadas a seus rios, mas lhes viram as costas no crescimento” (2013, p.2). A autora reflete sobre a importância dos rios tanto na história como no desenvolvimento urbano das cidades brasileiras, contribuindo para a formação dos processos de ocupação e desenho urbanístico.

Os rios como objetos geográficos sempre fizeram parte do crescimento urbano e expressão espacial das cidades, estando presentes na vida e no cotidiano das pessoas. No

entanto, a falta de planejamento adequado na produção do espaço urbano e em sua relação com os cursos d'água, favorece a sua poluição na maioria das cidades, especialmente nas metrópoles como Manaus, que despeja a maior parte de seus efluentes sem passar por estações de tratamento de esgoto. Esses pontos destacados têm o intuito de mostrar algumas das consequências sobre os igarapés manauaras, poluídos e que se tornaram invisíveis em áreas urbanisticamente revitalizadas.

Antes da construção das pontes, os igarapés para Manaus eram divisores de águas e os rios constituíam as estradas do homem ribeirinho amazônico. Todos dependiam dos pequenos barcos como canoa e catraia³³, os quais transportavam animais e alimentos. Percebe-se que as primeiras pontes tiveram papel significativo no urbanismo da cidade, que facilitariam a locomoção e o tempo de percurso nos trajetos de sua população, bem como a logística de produtos comercializados entre os bairros.

A cidade de Manaus, de acordo com trabalho resgatado por Raphael Lopes Anjo (1845) *apud* Duarte (2009, p. 86), possui registro das três primeiras pontes na planta das vilas de Manaós e Ega (atual Cidade de Tefé/AM) na Cidade da Barra do Rio Negro, conforme localizações definidas:

...uma sobre o igarapé do Espírito Santo, ligando o bairro homônimo ao República; outra sobre o igarapé de São Vicente, entre o bairro de mesmo nome e o Espírito Santo, e a última, sobre o igarapé dos Remédios, entre os bairros Remédios e República (DUARTE, 2009, p. 86).

A planta levantada por Anjo de 1845 (figura 22) destaca os principais igarapés, que cortavam a cidade, e ao meio o maior adensamento urbano nas cores mais escuras, construções maiores, revelando as novas feições urbanas, que se formavam na cidade da Barra do Rio Negro.

A Planta de 1879 de Manaós (figura 23) apresenta as curvas de nível, destacando seus igarapés, representando a sua expansão, como também a Ponte da Imperatriz (figura 24) sobre o igarapé de mesmo nome, Ponte do Espírito Santo (figura 25) e Ponte de ferro dos Remédios (figura 26).

³³ Pequeno barco, foi muito utilizado para o transporte de pessoas e os “catraieiros eram donos de canoas cobertas com lonas (catraia) que faziam o transporte de pessoas que iam e retornavam do Centro e da área mais antiga de Manaus. Até os anos de 1950, eles eram predominantes nessa modalidade de transporte pois as pontes que ligam os bairros de Cachoeirinha e Educandos ainda não tinham sido construídas” (LIMA, 2014, p. 24)

Figura 22 – Planta das vilas de Manáos e Ega - 1845



Fonte: Acervo da Biblioteca do Exército (RJ). Org.: Ageane Ramos (2020).

Figura 23 - Planta da cidade de Manáos – 1879 / AM



Fonte: Acervo da Biblioteca do Exército (RJ). Org.: Ageane Ramos (2020).

Figura 24 - Ponte da Imperatriz - Manaus/Amazonas.



Fonte: Manaus – Referências da História, 2005. Etelvina Garcia *apud* Garcia.
Org.: Ageane Ramos (2020).

Figura 25 - Ponte do Espírito Santo - Manaus/AM



Fonte: Roteiro Histórico de Manaus, 1998. Mário Ypiranga Monteiro *apud* Garcia.
Org.: Ageane Ramos (2020).

Figura 26 - Ponte de ferro dos Remédios (1896), Manaus/AM



Fonte: Acervo: Sesc-AM *apud* Durango Garcia. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

As pontes Imperatriz com Espírito Santo e a ponte dos Remédios não existem mais, em virtude das novas configurações urbanísticas que essas áreas receberam, como aterros e drenagem de seus corpos hídricos, consolidando a modificação da paisagem natural que ainda existia nessas localizações.

Atualmente em seus locais, o que existe são rios invisíveis, ou igarapés concretados, dando origem às avenidas Eduardo Ribeiro e Floriano Peixoto, respectivamente. Mas, como Manaus possui uma expressiva rede hidrográfica, vários igarapés permanecem ainda visíveis com a união de suas margens por pontes. Estas representam muitos momentos históricos, como o contexto em que se desenvolveu uma malha sobre trilhos na cidade, no final do século XIX, quando ocorre a chegada dos primeiros meios de transportes sobre trilhos, os bondes. E as mudanças e inclusão da cidade aos novos tempos da *Belle Époque* eram apresentadas a sociedade, conforme mensagem do governador Eduardo Ribeiro na época, em que se pode ler:

Apuz-me communicar-vos que está inaugurado o serviço de viação pública do perímetro urbano da capital para os subúrbios [...]. O serviço provisório inaugurado a 24 de Fevereiro, limita-se presentemente aos trechos compreendidos, na Estrada Epaminondas, entre a Praça Uruguayana e 5 de Setembro e entre esta e o Igarapé do Baptista naquella Estrada e o Cemitério São João do Alto no Mocó. [...] As tabelas de passagens, fretes e do horário para o tráfego provisório estão approvadas pelo governo [...] O concessionário dentro do praso de oito meses substituirá todo o actual material rodante por outro d'accordo com o progresso da sciencia e das artes [...]. [Mensagem: lida perante o Congresso dos Senhores Representantes em 1.º de Março de 1896, por Eduardo Ribeiro] *Apud* (OLIVEIRA. 2003, p. 3).

Manaus que se tornava um dos centros da economia no norte do Brasil, movida pelo período áureo da borracha (extração do látex), que permitia que o Estado e elite local buscassem embelezá-la com ares europeus, movidos pelos discursos resultantes da ideologia da *Belle Époque Brasileira*. Portanto, a cidade precisava ser inserida nos novos tempos, mostrando a visão de progresso que o farto capital da borracha proporcionava, ao mesmo tempo negando em sua expressão socioespacial, tudo aquilo que não revelasse esta inserção na modernidade, por meio de intervenções urbanísticas, que visavam o embelezamento, embora esse projeto de modernidade privilegiasse os segmentos detentores do capital oriundo da borracha. Assim:

Produziu-se o espaço em função das novas necessidades de expansão das relações capitalistas e por isso um urbanismo pretensamente moderno apareceu como o elemento privilegiado, revelador do papel imane do Estado, assinalado pelo signo da violência contra a natureza e especialmente contra a cultura (OLIVEIRA, 2000, p. 48).

O padrão europeu que se expandia pela ideologia da *Belle Époque*, contribuiu para o Estado importar e implantar novos padrões eurocêtricos, desprivilegiando os valores culturais além de segregar os mais pobres para os arrabaldes³⁴.

O Estado como agente modelador do espaço utilizou o período áureo da borracha, para o desenvolvimento urbano da cidade, no entanto, tinha como principal preocupação a inserção da cidade nos novos tempos que já estavam inseridos seus exportadores. Portanto:

A adoção de um urbanismo que foi esquadrihando a cidade surgiu como uma maneira de intervenção no espaço, fragmentando-o, ocupando-o aos pedaços para fazer frente às necessidades impostas pelas demandas para a inserção de Manaus e da Amazônia na escala mundo. O papel do Estado na produção do espaço urbano ocorreu como interventor e instrumento de reprodução social diferenciada, por meio da construção de pontes, rede de esgoto, energia elétrica, trilhos de bondes, porto e edifícios públicos suntuosos (OLIVEIRA, 2003).

Como coloca Oliveira, o urbanismo esquadrihado foi uma maneira de intervir, modificar e desenvolver aos poucos a cidade, o Estado pretendia mostrar uma Amazônia planejada e embelezada, embora também, desenvolveu uma segregação socioespacial para os mais pobres, que os distanciava do Centro³⁵ da cidade, que instalava o novo e o moderno, modificando aos poucos o espaço urbano. E a cidade que possuía seus igarapés como divisores de localizações nas paisagens, agora tinha suas áreas unidas pelos aterros e/ou pelas pontes, estabelecendo uma nova forma de mobilidade urbana através de pontes. Esses objetos

³⁴ Que se encontra localizado na periferia de uma cidade; fora dos limites de uma cidade; subúrbio. Local extremamente afastado do centro (cidade, bairro etc); arredor. (DICIO online, 2020).

³⁵ Centro - atualmente é um bairro, localizado na área mais antiga e central da cidade de Manaus.

geográficos que contribuíram na expansão da cidade, podem ser evidenciados através das rugosidades, ou seja, a história materializada no espaço produzido em Manaus, que são cartões postais da cidade construídas no período áureo da borracha.

Entre as pontes mais antigas da cidade destacam-se três, a seguir. Observe-se que todas passaram por diversas reformas, tendo seu material sofrido algumas alterações como a troca de madeira por tijolos, ferros e aço, conforme se segue:

- Ponte Romana I, construída sobre o Igarapé de Manaus e Romana II, sobre o igarapé Bittencourt, sendo uma o prolongamento da outra. Atualmente onde é a avenida Sete de Setembro, teve suas obras autorizadas em 1873 e conclusão em 1881, como pontes de madeira. No governo de Eduardo Ribeiro foram substituídas por alvenaria, inauguradas em 1896 como exemplos das pontes romanas originais; essas pontes mantêm a originalidade até os dias atuais. Ambas serviram para transpor os obstáculos oferecidos pelos igarapés e serviram para unir a área mais antiga e central da cidade ao bairro Cachoeirinha.

- Ponte Benjamin Constant (1895) - conhecida pelo topônimo, Ponte da Cachoeirinha, por causa do nome do bairro - localizada na Av. Sete de Setembro³⁶ sobre o Igarapé do Mestre Chico³⁷. E, em 1988 foi tombada como monumento histórico do município do Estado (Decreto Nº 11.199, de 14.06.1988) no governo de Amazonino Mendes. Esta ponte representou a união topográfica entre a área cortada pelo igarapé Mestre Chico, permitindo a expansão da cidade para o leste, como prolongamento do bairro da cachoeirinha.

A terceira ponte destaca um novo momento para Manaus e outras cidades do estado do Amazonas, a partir do processo de metropolização, visto que após sua inauguração, alterou a relação e rotina entre as cidades envolvidas com a dinâmica dos setores econômicos, além das possibilidades e expectativas de melhoria de qualidade de vida aos sujeitos, entre outros fatores, como a seguir destacado.

Em 30 de maio de 2007, pela Lei complementar Nº 52 foi instituída a região Metropolitana de Manaus (RMM)³⁸, e no final de 2007 inicia com a construção da ponte Jornalista Phelippe Daou (figura 27), que uniria a margem esquerda do Rio Negro, onde fica Manaus, a sua margem direita na cidade de Iranduba. Inaugurada em 24 de outubro de 2011, com 3.595 metros de comprimento, a ponte sobre o Rio Negro representou a integração da Região Metropolitana de Manaus (RMM) aos municípios do Iranduba, Manacapuru e Novo

³⁶ Avenida que ligam os bairros Centro ao Cachoeirinha em Manaus/AM.

³⁷ Igarapé Mestre Chico – localizado entre os bairros do Centro e Morro da Liberdade na cidade de Manaus/AM.

³⁸ RMM composta inicialmente pelos Municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Presidente Figueiredo. E em 27 de dezembro do mesmo ano, o município de Manacapuru é incluído.

Airão. A ponte permitiu a expansão da metrópole Manaus para a margem direita do rio Negro, num visível processo de metropolização do espaço, que se estende aos municípios de Iranduba e Manacapuru. Esta ponte representa a ruptura da descontinuidade espacial, que o rio representava.

A ponte, um dos objetos geográficos e elemento histórico deste estudo tem grande relevância na geograficidade e historicidade do lugar, como na vida das pessoas que dependem dela. Assim sendo, possui destaque no processo do desenvolvimento socioespacial urbano, quando é inserido em áreas separadas seja por igarapés, vales entre outros, pois permite a continuidade e união de lados opostos, a exemplo da ponte Phelippe Daou que permitiu a união da margem esquerda e direita do Rio Negro, possibilitando a urbanização e metropolização do espaço se estenderem ainda mais, facilitando o ir e vir entre as cidades da Região Metropolitana de Manaus - RMM.

Figura 27 - A ponte jornalista Phelippe Daou - Manaus/AM



Fonte: Tereza Cidade/Jornal Em Tempo. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

As pontes, desde que foram criadas, passaram por muitas transformações em seu processo evolutivo. Por vezes, muitas foram destruídas em guerras e reconstruídas durante e após esses acontecimentos, ou ainda por catástrofes naturais e como parte do desenvolvimento urbano. O fato é que qualquer uma dessas situações, altera a rotina de quem precisa dela, podendo diminuir ou até paralisar o desenvolvimento urbano e social, dependente do outro lado. Mas apesar desses aspectos cruciais de sua existência, as pontes separam quando serve para segregar e diferenciar grupos sociais num mesmo espaço geográfico.

2.3 Por que as pontes separam?

A ponte contribui para romper descontinuidade, independente da variável de escala, sejam quilômetros ou metros, assim como os tipos de sua construção, podendo ser em madeira, a exemplo de algumas sobre o Igarapé do Quarenta no bairro do Japiim, ou no igarapé do Bindá no bairro Parque Dez de Novembro. Esse objeto geográfico observado, contribui para a diferenciação socioespacial, que é revelado pela topofilia, pelo topônimo, que relacionado a temporalidade, apresenta nos grupos sociais uma relação de pertencimento e identidade com seu lugar, embora topologicamente segregados daqueles que vivem do outro lado da ponte e fora do fundo de vale.

Pertencer e ser identificado como do lugar, vai depender muito da margem que se estabelece a sua residência, pois embora morem no mesmo bairro, seus cidadãos apresentam em suas falas, a separação do outro de forma topológica, como observado à resposta na seguinte pergunta: “A praça Leonardo Nascimento do Parque Dez de Novembro e próximo ao igarapé do Bindá, é usada por todos? ”. Obteve-se como resposta dos moradores (4 até 11) do Bairro da União: “Mais pelos moradores do Bairro da União e menos para o pessoal do outro lado” (2020).

Nos diálogos, “o pessoal do outro lado”, trata-se dos residentes da margem esquerda do Igarapé do Bindá, considerados por eles como pertencentes ao Parque Dez de Novembro - o conjunto residencial Castelo Branco -, assim, o de lá parece distante na percepção do pertencer, apresentando uma intimidade maior com o lugar, quem é do mesmo meio físico, realidade que se apresenta na sua identidade de lugar.

Esse sentimento é constatado nas entrevistas com morador do conjunto Castelo Branco, que afirmou, “Nós do Parque Dez de Novembro, as vezes usamos a praça, os que mais usam são os moradores de lá do Bairro da União” (Morador 12, Parque Dez de Novembro, 2020). Ambos demonstram em suas falas o distanciamento em relação ao outro, ao mesmo tempo identificam-se com o topônimo do espaço que consideram como seu lugar.

Tuan afirma, que o "Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos" (1983, p. 203). Lugar que o sujeito se identifica e se sente pertencido pela relação e história construída, mas esse sentimento não afasta da percepção de sentir-se diferente e distante da realidade do outro, quando estão evidentes a segregação e diferenciação naquele tecido urbano.

Já no diálogo com outros ocupantes (1, 6 e 7) da área marginal do Igarapé do Quarenta destacou-se na fala, “Aqui é Japiim, mas o pessoal lá de cima, os da Manaus 2000 e nós, sabemos que pertencemos ao Igarapé do Quarenta”. Se pode aferir que os moradores retratam o topônimo do lugar que moram, mas ao enfatizar, o “lá de cima”, do “outro lado”, demonstram o pertencimento à que lugar se sentem e como percebem o outro. Revelando mais uma vez a forma topológica de perceber a realidade distinta do outro, portanto, o outro não está na margem do igarapé e nem nas condições urbanísticas e socioeconômicas em que estes cidadãos da margem se encontram.

A diferenciação socioespacial existente no contexto dos bairros Parque Dez de Novembro, Japiim e Distrito Industrial I, representam aos moradores formas distintas de perceberem suas realidades, em que o topológico e o topográfico apresentam características que segregam suas residências. Uma oriundas de ocupações irregulares, que estão diante da degradação ambiental do igarapé, que não tem endereço oficial e nem direito à coleta regular de lixo. Ao contrário de sua situação das outras residências em conjuntos, em área mais afastada do fundo de vale de forma regular com endereço oficialmente reconhecido.

Nestas áreas há realidades que levam à interpretação de uma ambiguidade, em que o perto pode também ser o distante, representados pelos tipos de moradias construídas precariamente nos fundos de vale³⁹ à margem dos igarapés, distanciados pelos objetos geográficos como as áreas tampões, a praça, a vegetação ciliar e os muros. Muros das casas do conjunto Castelo Branco ou dos condomínios Jauapery, La Villete, Predileto Residencial RD, entre outros, no bairro Parque Dez de Novembro, estando todos de costas para o igarapé. Essas diferenciações destacam a segregação residencial e de classes em que há populações que pertencem a seguimentos econômicos diferentes, a contexto, pertençam à mesma temporalidade e lugar, estão segregados socioespacialmente.

Essa diferenciação socioespacial destaca as desigualdades existentes, e que levam a ilegalidade na produção do espaço, no uso e ocupação da terra urbana.

A legislação brasileira possui a pretensão de igualar seus cidadãos, tornando legal as moradias oriundas de ocupações irregulares, através de desapropriação ou criação de casas populares, como o Bairro da União e Manaus 2000. No entanto,

³⁹ A precarização nos fundos de vale é comum em Manaus, onde a maioria das residências são oriundas de ocupações irregulares.

A verdade é que a ilegalidade urbana tem sido provocada não só pela combinação entre a dinâmica dos mercados de terras e o sistema político, mas também pela ordem jurídica elitista e excludente ainda em vigor nos países em desenvolvimento, e no Brasil, sobretudo no que diz respeito à visão individualista e excludente dos direitos de propriedade imobiliária. Legalizar o ilegal requer a introdução de estratégias jurídico-políticas inovadoras que conciliem o reconhecimento do direito de moradia...com a permanência das comunidades onde têm vivido (FERNANDES, 2006, 142).

Realidades que desapropriou o atual Bairro da União e criou casas populares como o conjunto Castelo Branco e o conjunto Manaus 2000, retirando alguns ocupantes da margem do Igarapé do Quarenta, exemplos que embora distintos, passam pelo processo de tornou legal o que um dia foi ilegal no espaço urbano. Mas ainda há aqueles que foram retirados e retornam à forma ilegal novamente, pois:

Na falta de outras políticas sociais e programas econômicos que lhe dêem suporte, a mera atribuição de títulos individuais da posse, mas com frequência acaba fazendo com que os moradores vendam suas novas propriedades e sejam “expulsos” para as periferias precárias, em muitos casos invadindo novas áreas – onde o mesmo processo de ilegalidade começa novamente (FERNANDES, 2006, p. 143).

Ter onde morar de forma legalizada, inicialmente traz a perspectiva de melhoria de vida ao morador desses lugares; contudo, se não houver políticas sociais e econômicas adequadas à realidade, como também planejamento urbano, eles acabam retornando à condição anterior. Isto porque, a maioria depende de trabalhos informais ou não tem emprego, e com a nova situação passam a ter obrigações com taxas e impostos que antes não tinham, em que buscam resolver a esta nova situação vendendo seu imóvel, e retornando a uma nova situação de moradia informal. Assim:

Fica claro que a situação de ilegalidade não é necessariamente um atributo de classe social, nem se restringe aos pobres, porém certamente os atinge de forma um pouco mais perversa, pois, numa sociedade regida pela lógica da mercadoria e caracterizada pela extrema desigualdade e assimetria de poder nas relações sociais, a legalidade transforma-se de direito em mercadoria, de valor de uso em valor de troca, de normal geral em privilégio, tornando-se necessariamente eletrizante e excludente (COSTA, BRANDÃO, 2006, p. 146).

Costa chama atenção para ilegalidade que não se restringe às classes mais pobres, pois o burlar uma fiscalização no trânsito, passar na frente do outro que estava numa fila de carros, usar de energia e água de forma clandestina, não devolver uma carteira com dinheiro imediatamente, entre outras situações, reflete comportamentos que não são definidos por condição socioeconômica, embora se deva admitir que a condição de pobreza pode contribuir

para diminuir o poder de compra com as novas obrigações da formalidade, bem como anular a condição de escolher onde morar:

Assim, uma distinção importante refere-se à legalidade proveniente da necessidade, da impossibilidade de cumprir com as imposições da cidade-mercadoria, que deve ser entendida como uma situação de natureza diferente daquela ilegalidade fruto da intenção explícita de burlar a lei, com fins de apropriação de vantagens individuais ou de grupos (COSTA, BRANDÃO, 2006, p. 146).

As formas da ilegalidade na cidade apresentadas por Costa, apontam as diferenças que levam grupos sociais a agirem para alcançarem objetivos, no que se refere ao uso e ocupação da terra urbana. Definindo os sujeitos que podem ter apenas o básico ou nem mesmo isso, e que são levados à ilegalidade na busca pelo direito à cidade. No entanto, como afirma Souza, “há de fato entre nós uma singularidade da dominação social na relação entre as classes privilegiadas e as classes populares” (2018, p. 68). Singularidade representada no cotidiano de grupos homogêneos que ocupam e recebem infraestrutura urbana de forma desigual, razões que corroboram na identificação das diferenças socioespaciais existentes num mesmo lugar.

CAPITULO 3: PROCESSO DE SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MANAUS

3.1 A infraestrutura urbana básica como termômetro dos processos de segregação e diferenciação na Metrópole Manaus

A segregação socioespacial tem papel de destaque no cotidiano dos indivíduos que se adequam às condições impostas pela sua inclusão na sociedade diferenciada, na busca do sobreviver, e assim, se percebem pertencidos a ela. Não sem razão Jessé de Souza afirma, que “É assim que o mundo social se mantém desigual apesar da pretensão formal de igualdade jurídica entre as pessoas. É assim que o pertencimento de classe efetivamente atua no cotidiano” (Souza, 2018, p. 65). O autor destaca a desigualdade estrutural existente nos grupos sociais, que interioriza no perceber-se diferente da realidade do outro e os convence das circunstâncias existentes que são desiguais e restritas, definindo que:

As classes subalternas já se percebem como inferiores por não terem acesso aos mesmos símbolos de status e de bom gosto. Desse modo, nem precisa escrever na lei que essas pessoas são gente de menor valor, pois elas próprias estão convencidas disso, na prática cotidiana, pela impossibilidade de ter acesso a mercadorias que são mais um símbolo de distinção social do que algo para uso concreto (SOUZA, 2018, p. 68).

O autor atribuí que os símbolos de status e bom gosto, causam a percepção de mundos opostos, embora mais imagético para quem os tem, por evidenciar bem a diferenciação de classes sociais. Embora em uma mesma vizinhança num mesmo espaço topográfico estejam topologicamente distanciados da realidade do outro. Essas desproporções entre os grupos com maior e menor poder aquisitivo numa mesma topografia, contribuí drasticamente para o aumento da segregação residencial que envolve a carência das necessidades básicas materiais e imateriais à classe mais pobre, e se contrário fosse, contribuiria para a qualidade de vida e diminuição das diferenças socioespaciais existentes, porque:

Em termos muito gerais, essa diferenciação entre as áreas residenciais de uma cidade - diferenciação, em última análise, em matéria de condições de qualidade de vida, incluindo aí tanto aspectos materiais como as imateriais como prestígio e poder – reflete uma diferenciação entre grupos sociais. Em outras palavras: diferenças econômicas, de poder, de status etc., entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinado ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver (SOUZA, 2019, p. 67).

Souza afirma alguns fatores que contribuem para os processos de diferenciação e segregação socioespacial em uma sociedade desigual. Características que tanto incluem os

grupos com melhores condições socioeconômicas e excluem os menos favorecidos das necessidades básicas imateriais como saúde, educação, cultura, entre outros, e bens materiais como moradia, saneamento, entre outros, que fazem parte da infraestrutura básica e formam um termômetro das desigualdades sociais em um mesmo tecido urbano. A legislação estabelece a equidade no direito à cidade, como definida pelos artigos 182 e 183 Constituição Federal/1988⁴⁰ regulamentada pela Lei Federal nº 10.257 de 10/07/2001 do Estatuto da Cidade, que aplica no “Parágrafo único”:

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001).

Como dispõe o parágrafo único da legislação federal de política urbana - Estatuto da Cidade -, legaliza a preocupação dos direitos dos cidadãos e ao uso da propriedade urbana em equilíbrio com o seu meio ambiente, assim como item III dessa Lei coloca na responsabilidade dos municípios através dos Planos Diretores Municipais. Critério que estaria “assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas...” (BRASIL, 2001), para tanto, deveria ser mais prática e igualitária a toda sociedade esse marco regulatório, ainda que possua de forma definida os objetivos para a promoção da reforma urbana, e instrumentos que deveriam ser colocados para reduzir as diferenças socioespaciais, as especulações imobiliárias, como também colocar os princípios de sua execução. De forma que:

...a exigência de nunca descurar a análise da sociedade em favor de uma superênfase sobre os instrumentos e os marcos legais; ...a democratização do planejamento e da gestão, longe de ser apenas um detalhe, ou um simples ingrediente a mais, é o que dá sentido e vida a todo o resto (SOUZA, 2019 p. 132).

Souza sugere conexão entre a legislação, democratização do planejamento e da gestão, tríade necessário à redução das desigualdades socioeconômica-espacial intraurbana, que alinhados representam um maior passo para mudanças estruturais em prol da sociedade. Por outro lado, o que se apresenta ainda são as dificuldades da manutenção desses instrumentos

⁴⁰ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

legais de forma equitativa, não obstante, existam para proteger o cidadão e seu meio ambiente, oportunizam e beneficiam em proporção bem maior os agentes sociais concretos. Apresentando discrepância nesse fato histórico e legal, pelo qual:

...nos últimos anos tem crescido entre diversos setores no Brasil o sentimento de descrença nessa lei-marco – que na melhor das hipóteses não “teria pegado”, ou que na pior das hipóteses teria contribuído para agravar ainda mais o processo histórico de segregação socioespacial das cidades brasileiras (FERNANDES, 2013, p. 213).

O autor expõe a pouca credibilidade de uma lei que contribuiu para o crescimento urbano nacional e teoricamente amparou o aumento da segregação. Fato visível na segregação residencial existente na cidade de Manaus, principalmente no que se refere aos cursos hídricos, com a existência dos aglomerados subnormais no Igarapé do Bindá, uma Área de proteção ambiental - APA⁴¹ do Parque Linear do Bindá (Decreto nº 1.499 de 27/03/2012) e em Área de Preservação Permanente – APP⁴² (Código Florestal, Lei nº 12.651/12) nas extensões da margem do Igarapé do Quarenta, de mesmo nome de sua bacia hidrográfica. Embora essas ocupações tenham ocorrido antes das leis atuais, tem por definição do município o decreto nº 3.318, de 12 de maio de 2016 que estabelece:

§ 1º Nas hipóteses de áreas urbanas consolidadas, será admitida a flexibilização das disposições constantes no art. 4º do Código Florestal, dada a perda da função ambiental da APP, desde que observado o limite mínimo previsto no disposto no inciso III da Lei nº 6.766/79, de quinze metros (15m), na faixa marginal do curso d’água, contado desde o leito regular, verificada a ausência de interesse ecológico e situação de risco ambiental (MANAUS, 2016).

De acordo com o decreto municipal, ainda é notório que esse limite mínimo de 15m na faixa marginal do curso d’água ainda não se generalizou na prática, permanecendo as exceções como regra, infelizmente básica nos dias atuais, evidenciada pela realidade que se apresenta nesses locais, onde a maioria pobre ocupa as áreas de vertentes ao fundo de vale ou os próprios cursos hídricos. Ora a montante ou do outro lado da ponte são existentes condições menos precárias e até mais favoráveis em suas casas ou apartamentos, externando no espaço geográfico realidades diferentes.

⁴¹ Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

⁴² Código Florestal, Lei nº 12.651/12: Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: (...) II – Área de Preservação Permanente – APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, conforme pensamento de Jessé de Souza ao afirmar que existe a “‘ralé’ de marginalizados, abaixo da classe trabalhadora, sob outra forma, dá continuidade à sociedade escravocrata do passado” (Souza, 2018, p. 69). A afirmação cabe, principalmente à precariedade da condição de vida a que grupos excluídos são submetidos, com a ausência das necessidades básicas nas localizações que ocupam na metrópole. E dentro dessas condições tão necessárias ao sujeito para a manutenção do seu dia a dia nos ambientes vividos, é evidente a diferenciação no que concerne ao direito urbanístico, evidenciados partir de dados estatísticos retirados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que estão representados nas figuras 27 até 36.

Enfatiza-se que as informações do IBGE são e foram de extrema significância para as análises e compreensão das razões, que apontam os fenômenos da diferenciação e segregação socioespacial nas áreas pesquisadas. Com o detalhe de que nas coletas dos dados, o critério para o Censo demográfico é a divisão do bairro em setores, mas após esse momento todos os dados são tratados de maneira exata pela ciência estatística e alinhados à análise geográfica.

Essas informações estatísticas foram reunidas nas representações cartográficas e auxiliaram na identificação dos problemas sociais existentes nas áreas estudadas. Assim, embasam e contribuem para demonstrar ainda mais as diferenciações socioespaciais existentes nesses espaços vividos pelos moradores dos bairros Japiim, Distrito Industrial I e Parque Dez de Novembro. Mas não significa que os fenômenos nessas localizações representados, não sejam passíveis de críticas, e que não possam ser discutidos. Por isso, a grande importância da continuidade através das pesquisas de campo e análises geocientíficas a respeito desses dados, a fim de se complementarem nas discussões e reflexões de novas possibilidades de melhorias ou manutenções, das condições existentes nesses locais para qualidade de vida de seus cidadãos.

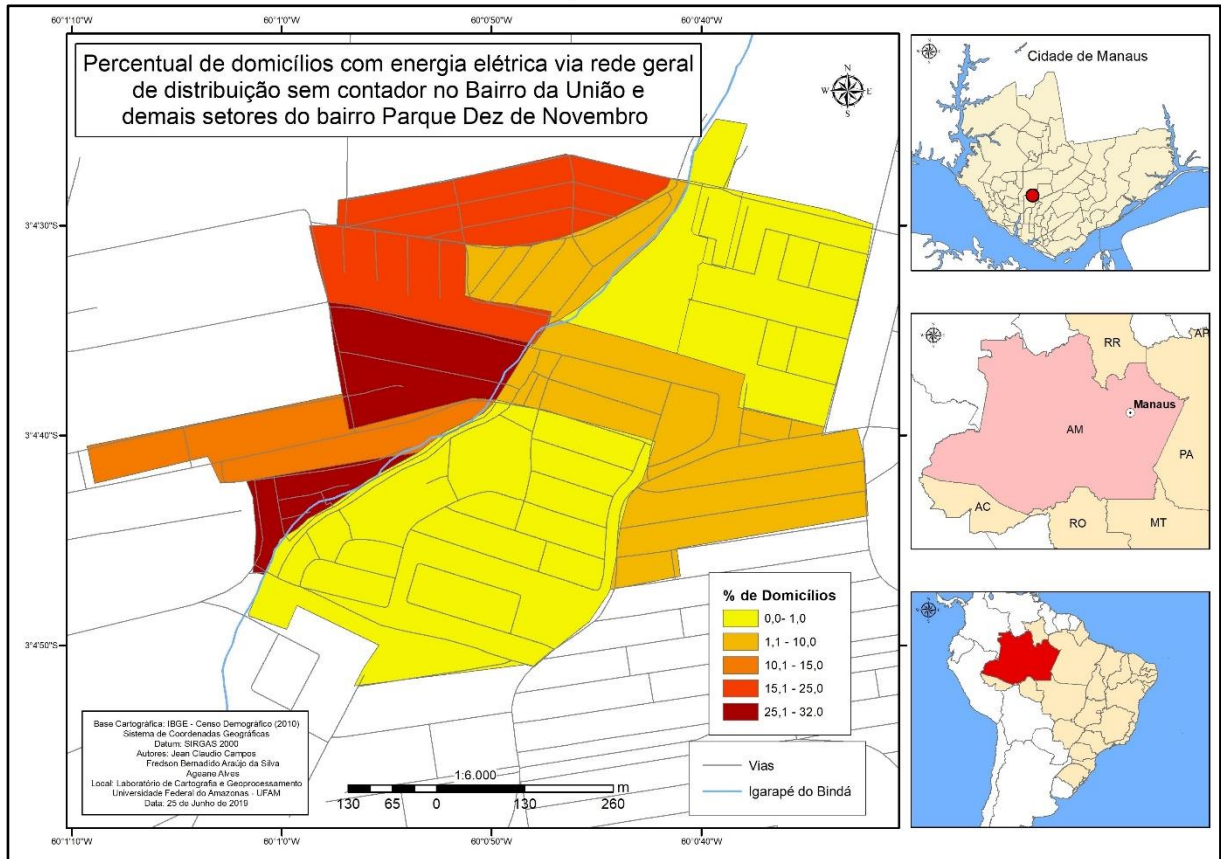
Ao reunir as informações do Censo Demográfico de 2010 com os levantamentos da pesquisa de campo, foi possível esclarecer alguns fatores, que contribuem para a identificação das diferenciações socioespaciais em um mesmo tecido urbano. Sendo perceptível através da análise topográfica, a presença maior de precariedades nas moradias próximas e nas margens dos pequenos rios. A situação é inversa na maioria das vertentes para os platôs. Desse modo, as características demonstradas com os estudos cartográficos e análise das pesquisas de campo, relevam a presença da segregação socioespacial nas formas de residências e acesso aos serviços básicos nesses locais.

Imediatamente representadas nas figuras 27 a 31, estão as informações extraídas do Censo Demográfico 2010 sobre o bairro do Parque Dez de Novembro, que é cortado pelo igarapé do Bindá, como anteriormente já descrito, que em sua margem direita recebe o

topônimo pelos seus moradores do Bairro da União. E nessa localização também possui denominações internas, à medida em que surgiam novas ocupações irregulares, onde seus habitantes criaram topônimos ao novo território ocupado, como a “Palestina, o Sovaco da Cobra e o *Green Ville*”. Nesse sentido, foram mantidas nessa pesquisa os topônimos internos aos setores censitários, apenas para relacionar as realidades vivenciadas pelos moradores desses locais.

Na figura 28 - domicílios com energia elétrica via rede geral de distribuição sem contador, destaca-se os setores censitários do Bairro da União aos maiores índices, que estão entre os intervalos de 10,1% até 15%, 15,01% até 25% e 25,1% até 32%, que apresentam a forma irregular e a presença das ligações clandestinas nos setores identificados como “Sovaco da Cobra” na área marginal do igarapé, a “Palestina” aclave ao norte e o intervalo de 1,1% até 10% ao “*Green Ville*” da vertente a áreas marginais. E com o mesmo percentual 1,1% até 10% e mais o intervalo 0% até 1% nos setores da margem esquerda do igarapé do Bindá. No entanto, esta última localização requer destaque, pois foram incluídas num mesmo setor censitário, moradias precárias sem medidores da comunidade *Green Ville* às moradias não precárias, como aquelas do conjunto Castelo Branco e condomínios residenciais como Arvoredo, Jauaperi, La Villette, Giardino de Millano e Marron, que representam os menores percentuais de moradias que consomem energia sem contador, constituindo, portanto, uma área que evidencia maior regularização junto à concessionária de energia elétrica, mostrando, dessa forma, diferenças internas em um mesmo setor censitário e bairro em que revela a ocorrência das formas desiguais de acesso a um serviço básico como energia.

Figura 28 – Domicílios com energia elétrica via rede geral de distribuição sem contador. Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

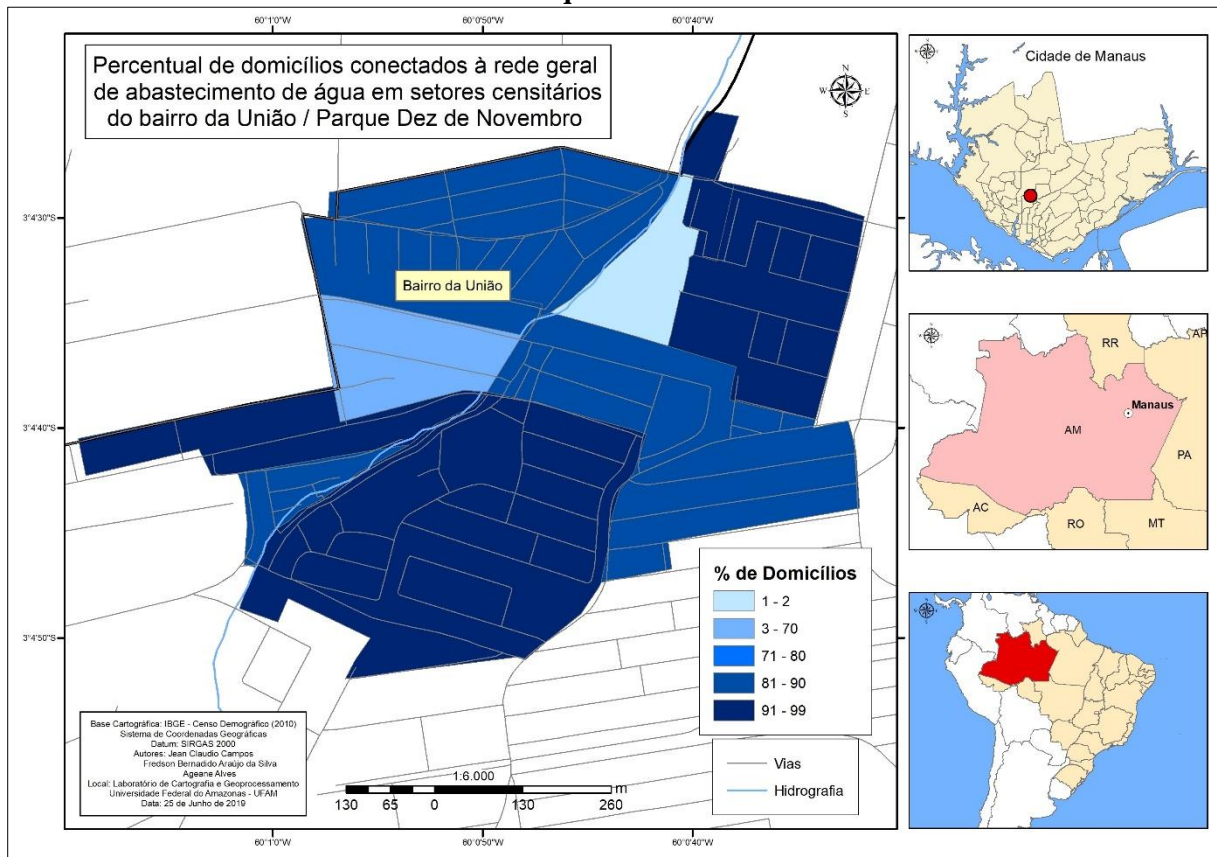
A figura acima, portanto, revela a face desigual onde o maior percentual significa o fator negativo da não regularização do serviço de energia elétrica, pela ausência de medidas de consumo mediadas por contadores regulares.

Na figura 29 - domicílios conectados à rede geral de abastecimento de água, nas áreas censitárias do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União demonstram, que os menores percentuais estão em setores da margem esquerda do igarapé do Bindá, com intervalos de 1% até 2% e em setores na margem direita de 3% até 70%; porém essa aparente existência de um vácuo não significa que aqueles sujeitos não tenham acesso a água potável, pois existem alguns poços artesianos nestes setores. Contudo, os condomínios na margem esquerda que venham dispor de poço artesiano, precisam atender um público seletivo, que pagam o condomínio, e para estar regulares, é fundamental que atendam a legislação do Estado, Decreto nº 28.678 de 16/06/2009, Lei nº 3.167 de 28/08/2007, para captar água subterrânea, assim como são outorgados e fiscalizados pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM. Mas no que concerne às perfurações dos poços artesianos de setores do Bairro da União, sua ocorrência é por residências, para atender à realidade da época no início da formação do bairro,

quando era comum a insuficiência da rede hidráulica e/ou vazão que impedia a água chegar nesses locais regularmente.

A situação de perfuração de poços fez com que alguns residentes contratassem um prestador; no entanto, isso significava reduzir ao máximo o pouco que dispunham para amenizar a situação de precariedade em que viviam. Ainda foram incluídos nestes mesmos setores censitários moradias da margem do rio como as comunidades “Green Ville” e “Sovaco da Cobra”, que possuem ligações irregulares. Tais questões foram observadas em campo e em diálogos com os moradores do Bairro da União. Como último detalhe desta figura, se destacam os índices de 81% até 90% e 91% até 99% dos setores censitários, que representam a grande maioria dos domicílios conectados à rede geral de abastecimento de água em ambas as margens do Igarapé do Bindá no bairro Parque Dez de Novembro. Assim, o consumo da água potável por meio da rede geral de abastecimento pela concessionária ou poço artesiano, demonstram internamente as diferenças contidas para o seu acesso.

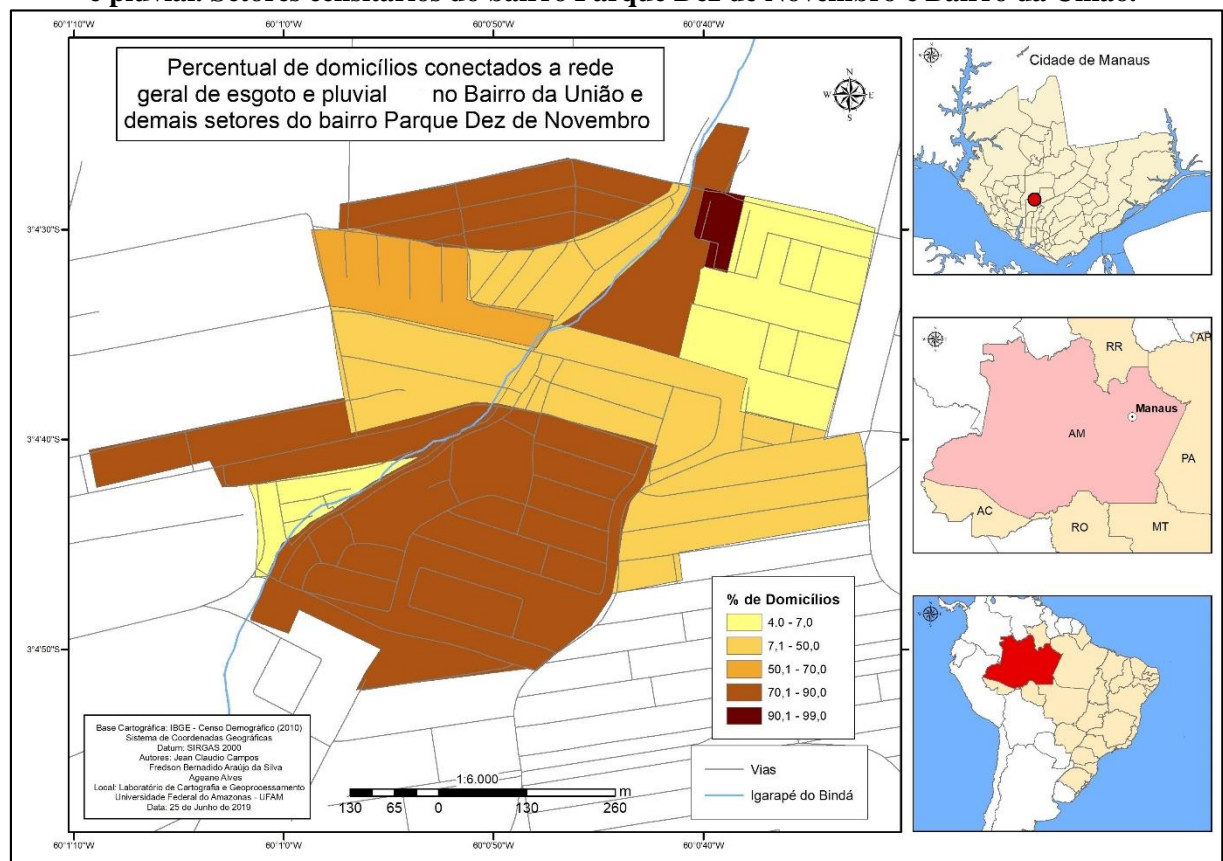
Figura 29 – Domicílios conectados à rede geral de abastecimento de água. Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

Na figura 30 - domicílios conectados à rede geral de esgotamento sanitário via rede geral de esgoto e pluvial, o maior percentual de 90,1% até 99% representa setores com moradias em condomínios privados, no menor intervalo de 4% até 7% estão em setores na margem esquerda. Nos intervalos de 70,1% até 90% e 7,1% até 50% representam a maior parte dos setores presentes em ambas as margens do igarapé. E no último intervalo de 50,1% até 70% estão os setores da margem direita do Igarapé do Bindá. E grande parte dos setores possuem conexões com a rede geral de esgotamento sanitário e pluvial, demonstrando nos menores percentuais, onde se encontram comunidades nas áreas do fundo de vale no Bairro da União e ainda setores do bairro Parque de Novembro.

Figura 30 – Domicílios conectados à rede geral de esgotamento sanitário via rede geral de esgoto e pluvial. Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

Além do propósito de demonstrar os setores censitários, que estão conectados à rede geral de esgoto e pluvial, a figura 30 chama atenção pelos tantos domicílios não conectados, demonstrando significativa quantidade de fossas para o tratamento primário do esgoto doméstico, como ainda, a destinação dos efluentes para a rede geral.

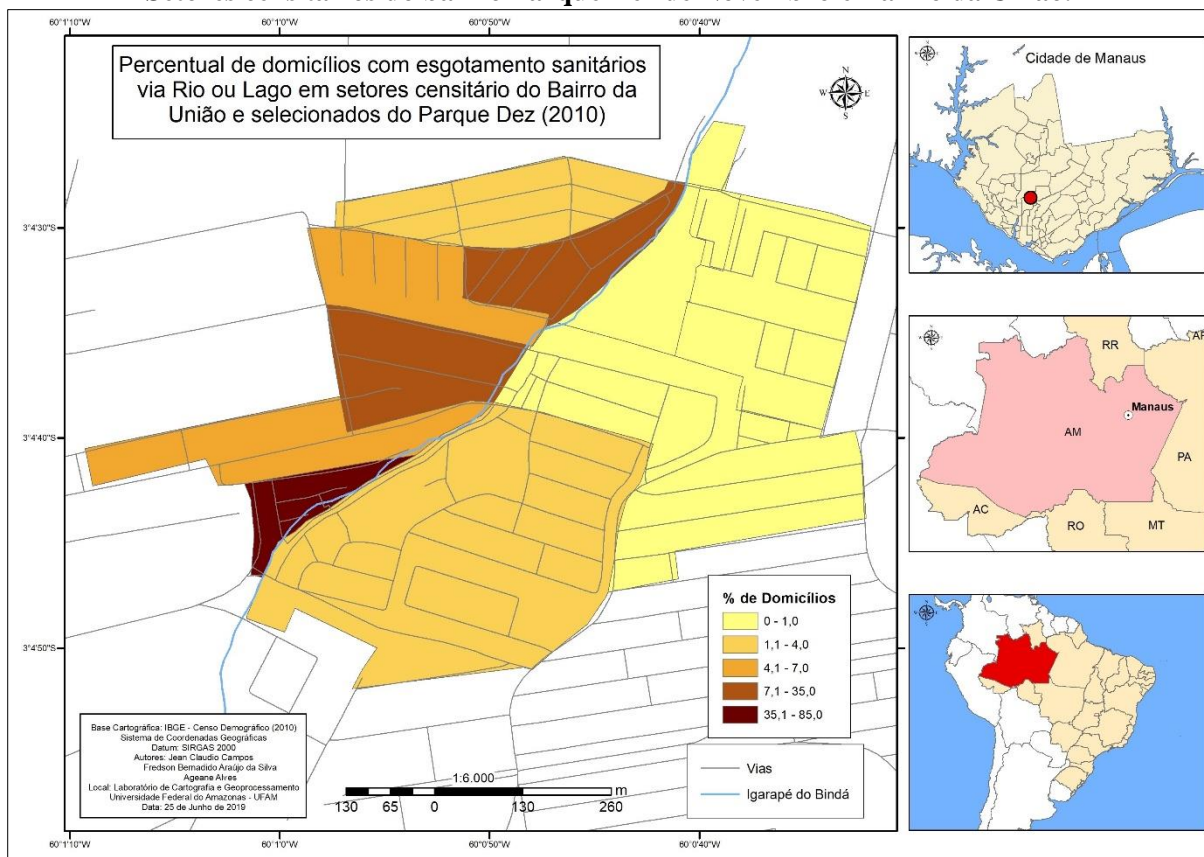
Com a intensão de esclarecer sobre destinação dos efluentes, a figura 31 representa os domicílios com esgotamento sanitários via rio, cujo setor com maior percentual ficou entre 35,1% até 85% que eliminam seus esgotos diretamente no igarapé do Bindá, com forte presença de precariedade e este mesmo setor que possui o menor índice conectado à rede de esgoto, conforme representação na figura anterior. Na sequência, ainda com os maiores índices entre 7,1% até 35%, 4,1% até 7% também estão os setores que têm a presença da mesma condição urbanística na sua topografia, visível da vertente ao fundo de vale do Bairro da União. E com os menores percentuais entre 0% até 1% e 1,1% até 4% encontram-se todos os setores censitários da margem esquerda do Igarapé do Bindá, que afirmam não destinar seus efluentes diretamente via rio.

Os percentuais representados na figura 31 demonstram a eliminação dos efluentes das residências via rio, revelando, que embora as informações censitárias apontem um maior número de setores conectados à rede de esgoto na figura anterior (30), ainda se destacam os setores do Bairro da União, como a localização que mais despeja efluentes no Igarapé do Bindá. No entanto, como já enfatizado, as moradias da margem esquerda contemplam diversos condomínios e conjuntos residenciais, sendo possível que estes mais recentes e modernos, possuam Estação de Tratamento de Esgoto - ETE própria e mantida pelos condôminos. Entretanto, em levantamento via página disponível online (anexo I) e pesquisa de campo à concessionária de águas da metrópole sobre os bairros abrangidos por sistema de esgotamento e existência de ETE (anexo II), confirmam a inexistência desses serviços, isto é, não existe rede coletora de sistema de esgotamento ativa para ETE e nem ETE na áreas delimitadas do bairro do Parque Dez de Novembro, porém, na cidade de Manaus há algumas ETE's ativas e inativas e redes coletoras, conforme demonstrado no anexo III.

Além disso, dentro dos critérios formais pesquisados pelo Censo Demográfico, os menores intervalos entre 0% até 4% na margem esquerda e em contrapartida os maiores intervalos entre 4,1% a 85% estão na margem direita, representam proporcionalmente a diferenciação pela forma de despejos de seus efluentes, que leva a primeira dedução de que os moradores da margem esquerda destinam mais corretamente seus esgotos. No entanto, ao se identificar em pesquisa de campo a ausência de estações de tratamentos de esgoto, revela-se a informalidade da aparente destinação correta dos resíduos, que de fato não acontece nessas localizações. A representação cartográfica com base nas informações do IBGE, permitiu demonstrar um pouco da metrópole internamente, a partir das variáveis escolhidas, ou melhor, o conteúdo disposto sob o solo pavimentado, das redes de esgotamentos sanitários em diversos setores (figura 30), porém que destina todo o efluente que recebe para o rio e sem tratamento

(figura 31). Destaca-se que até 2020 não existiam estações de tratamento nessas localidades. Dessa maneira, tanto um lado como o outro usam o igarapé como receptáculo, pois se não há ETE ativa nessas áreas, a destinação dos efluentes é tratada igualmente, sendo que dessa forma ambas as localizações poluem o igarapé do Bindá, o que conseqüentemente contribui para a degradação ambiental neste local.

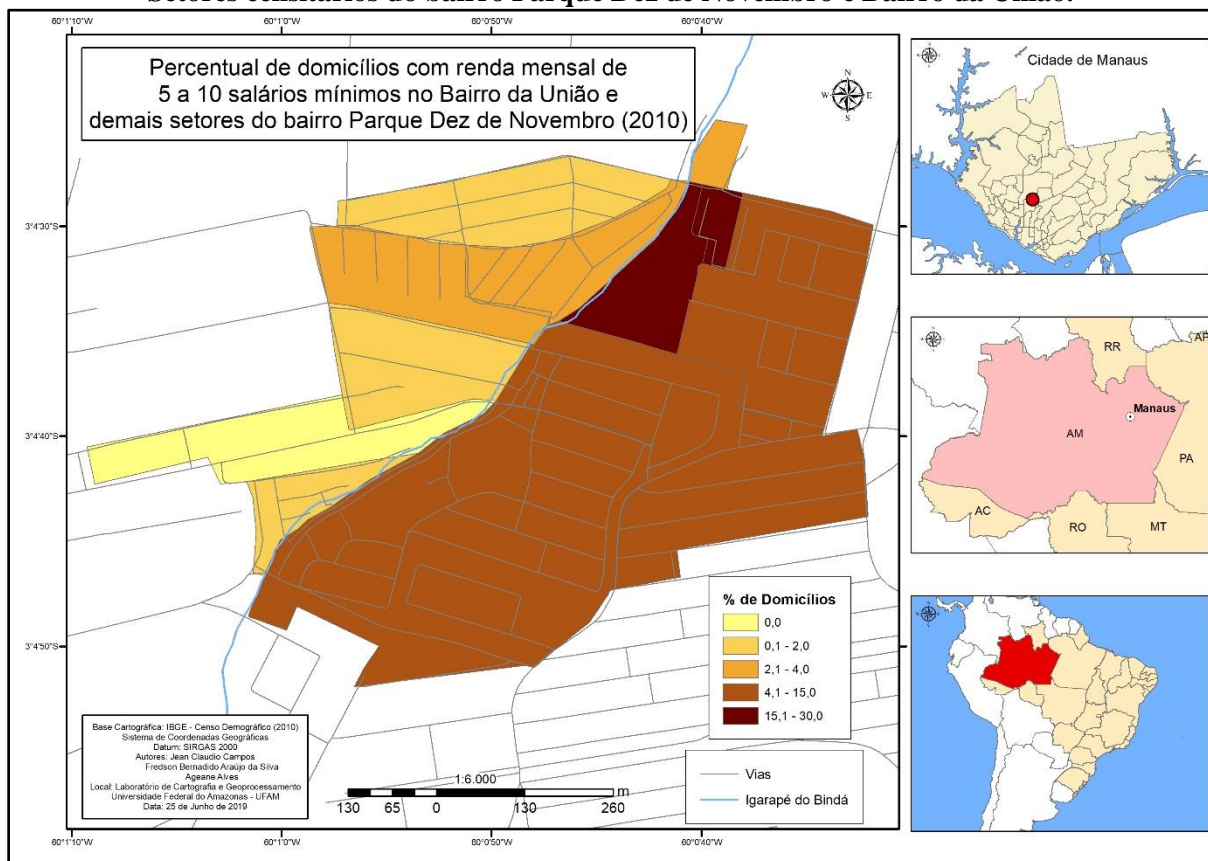
Figura 31 – Domicílios com esgotamento sanitários via rio ou lago
Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

No que se refere à renda na figura 32, domicílios com renda mensal de 5 a 10 salários mínimos, observa-se na margem esquerda do Igarapé do Bindá, setores com os maiores percentuais de renda, entre os intervalos de 15% até 30% e de 4% até 15%. E opostos, na margem direita, correspondente ao bairro da união, estão com índices menores de 2,1% até 4%, 0,1% até 2% e 0%. A renda retrata a existência da diferenciação econômica e social entre os setores, apresentando mais uma vez, realidades diversas no mesmo bairro que possui um rio como divisor de águas, pontes que unem topograficamente dois lados e servem para separar topologicamente o outro pela própria condição de vida que os segrega.

**Figura 32 – Domicílios com renda mensal de 5 a 10 salários mínimos
Setores censitários do bairro Parque Dez de Novembro e Bairro da União.**



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

Conforme pode ser constatado nas figuras acima, as contradições no bairro Parque Dez de Novembro, na área dividida pelo Igarapé do Bindá, e que também faz a divisa entre o conjunto Castelo Branco e demais condomínios de classe média, na margem esquerda, e o Bairro da União, na margem direita, cuja história se vincula às resistências em deixar uma gleba irregularmente ocupada, não estão somente na paisagem, na superfície constatável num primeiro momento por meio da visão e da percepção, mas também revela a sua face nos dados apresentados e espacializados nos mapas mostrados em suas distintas variáveis. Dessa forma, as pontes ali existentes como objetos geográficos que unem duas margens, também se constituem em objetos diferenciadores de lados distintos, cuja predominância de pensamento reside no “entre nós e eles” de cada lado da margem.

Realidade similar, mas guardando algumas distinções do revelado para o Parque Dez de Novembro, o outro recorte espacial selecionado para esta pesquisa, também apresenta as pontes que unem e separam grupos distintos entre duas margens do Igarapé do Quarenta.

Representados nas imagens 33 até 37, os setores censitários do bairro Distrito Industrial I e Japiim, como já exposto, a maior parte do bairro Distrito Industrial é formado por empresas

que compõe o polo industrial da cidade de Manaus, tendo poucas áreas para moradia. Assim, foi delimitado neste bairro, os setores que recebem o topônimo de Manaus 2000, localizado na margem esquerda do Igarapé do Quarenta. E, na margem direita deste, está o bairro do Japiim, com os conjuntos residenciais Atílio Andreazza, Conjunto 31 de Março, como também a comunidade identificada pelos próprios moradores com o topônimo “Igarapé do Quarenta”, formada por moradias precárias incluindo palafitas na extensão da margem.

Na figura 33 – domicílios com energia elétrica via rede geral de distribuição sem contador, apresenta toda a margem esquerda do mapa com o índice de 2,1% a 10%, porém ressalta-se que a área delimitada é Manaus 2000, oriunda do projeto de casas populares na década de 1990, e está destacada na figura com pontos em cor preta dentro do mapa.

Manaus 2000 desempenha o papel de enclave territorial e serve para o ir e vir, principalmente dos trabalhadores das empresas do PIM diariamente. Nessa localização há uma única avenida (Av. Manaus 2000), que serve para atender especialmente esse público e diversos moradores residentes nas proximidades. Esta avenida, juntamente com as demais ruas desse conjunto de casas populares, está passando por metamorfoses através do processo de invasão – sucessão, onde se deixa de ter a principal função de residir, para se converter em locais de comércio e serviço, de acordo com Corrêa (2005).

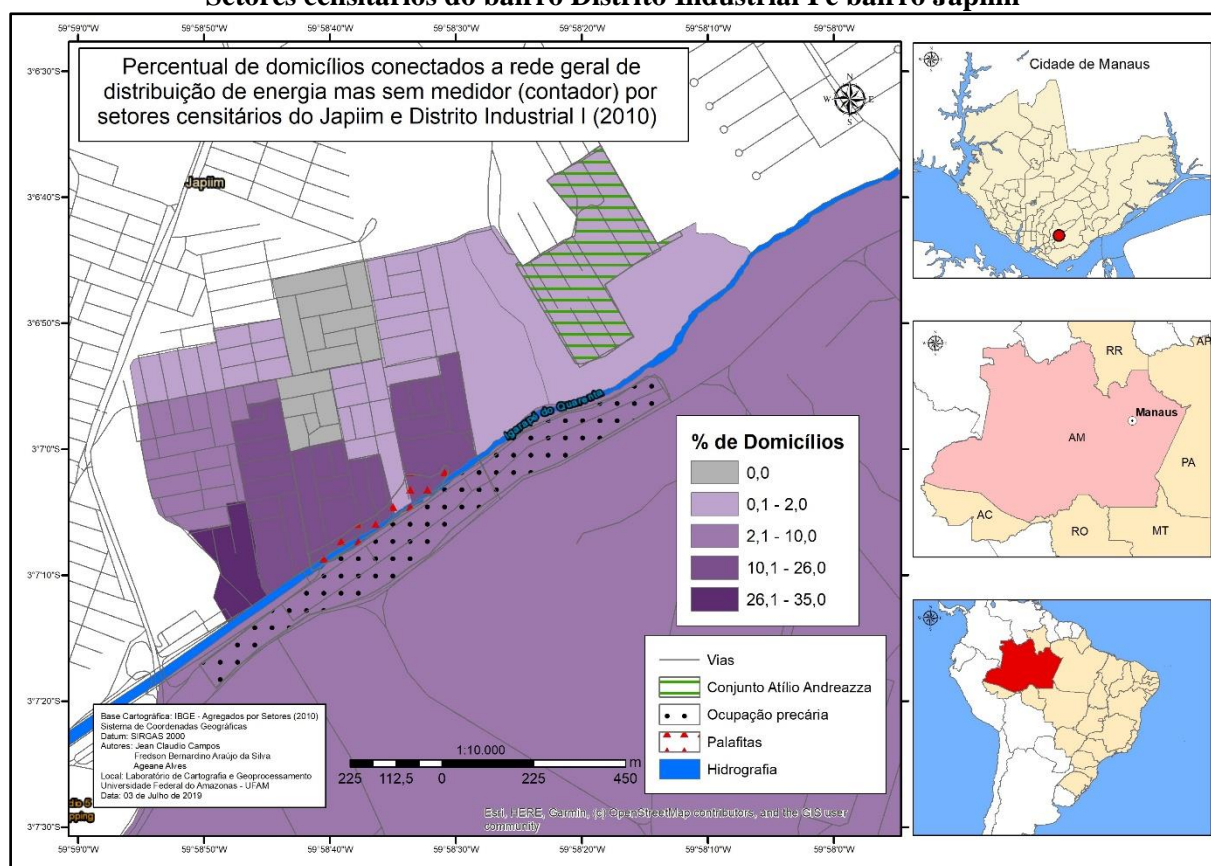
A margem direita do Igarapé do Quarenta apresenta um único setor com o mesmo intervalo referido anteriormente. Mas apresenta o índice de 0% dos setores do conjunto Atílio Andreazza e a seu Oeste, e sentido fundo de vale, que apresentam área com vegetação ciliar. Com esse mesmo percentual de 0% encontram-se setores do conjunto 31 de Março com extensão da vertente ao platô. Imediatamente, no intervalo de 0,01% até 2% chama atenção, pois apresenta um único setor censitário da vertente para margem do igarapé, que foram incluídas moradias precárias próximas e da área marginal que não possuem contador, conforme identificação no local. Com os maiores índices nos intervalos 10,1% até 26% e 26,1% até 35%, estão setores onde se evidenciam afunilamentos das ruas e precariedade das residências, à medida em que se aproxima do fundo de vale, bem como a extensão de moradias tipo palafitas, que não possuem contador, destacados no mapa por triângulos na cor vermelha (figura 33).

A característica, domicílios com energia elétrica via rede geral de distribuição sem contador, retirada do Censo 2010 - IBGE, aponta as diferenças existentes dentro de um único setor, que generaliza as informações pela estatística, porém a pesquisa de campo demonstra nos detalhes que há desigualdades nos acessos por um mesmo setor censitário. Além disso, a figura mostra diferenciação da forma de acesso à energia elétrica pela sua topografia, ao apresentar formas distintas entre os setores. Igualmente destaca-se menor incidência de informalidades da

vertente ao platô, tanto nos bairros Japiim como no Distrito Industrial I. E inversamente situação para ambos os bairros sentido fundo de vale, há presença de moradias precárias e palafitas na comunidade do Igarapé do Quarenta, que utiliza de forma clandestina a energia em suas palafitas.

Cabe à reflexão, de acordo com a figura 33, o fato de que nem sempre as estatísticas e sua espacialização em mapas irão corresponder ao dado real contido no espaço geográfico, que somente poderá ser constatado mediante pesquisas de campo.

Figura 33 – Domicílios com energia elétrica via rede geral de distribuição sem contador. Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim



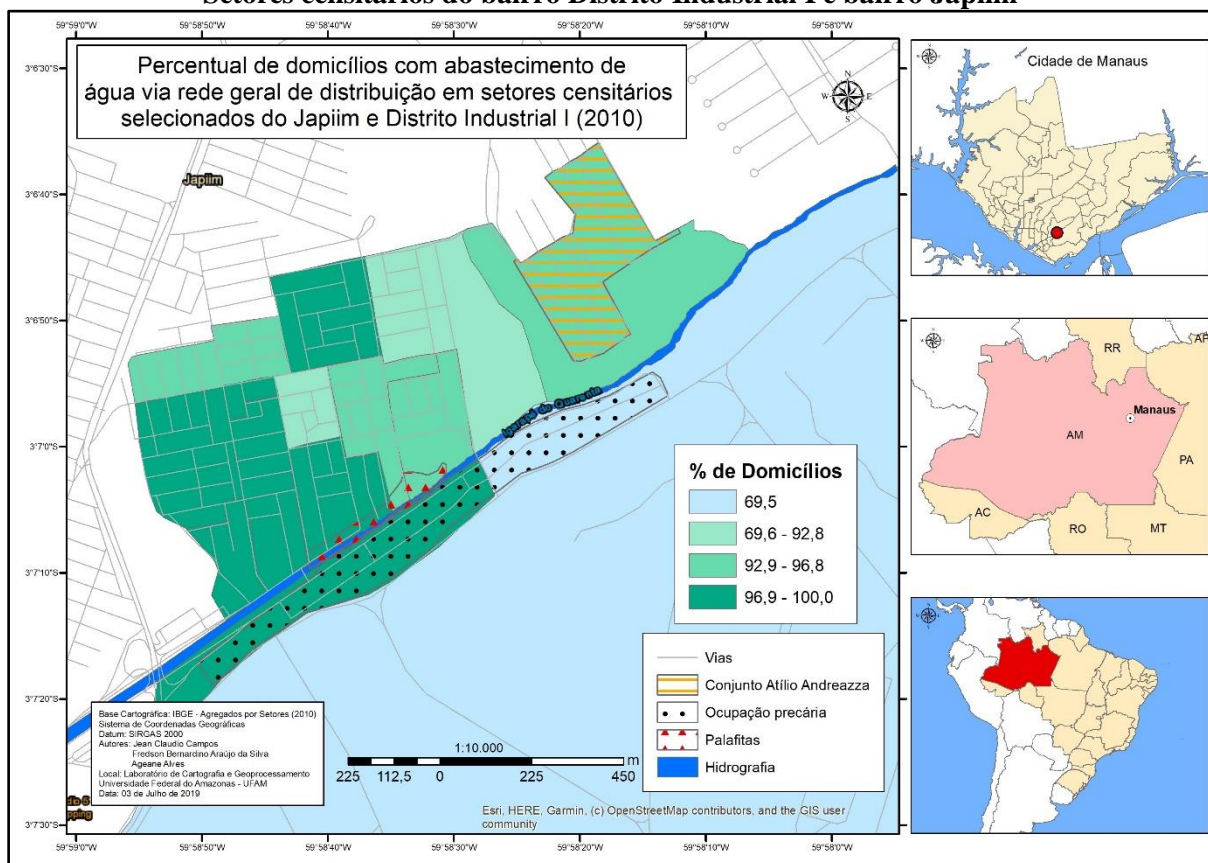
Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

Na figura 34 – domicílios conectados à rede geral de abastecimento de água, representa o bairro Distrito Industrial na margem esquerda do Igarapé do Quarenta e os setores do Manaus 2000, onde predominam os intervalos de 96,9% até 100% e 69,5%. Neste setor com menor percentual foram identificados poços artesanais, para atender 5 vilas com 10 quitinetes e um pequeno restaurante e sorveteria, não sendo possível identificar a manutenção ou teste de potabilidade da água nestes locais. Os setores com percentual de 69,5% no Distrito Industrial, referem-se a várias indústrias que podem dispor de poços artesanais, e estão fora da delimitação

deste estudo, mas por via de regra, empresas precisam garantir a idoneidade dos negócios e para tanto, manter as outorgas, certidões, alvarás em dia, constituindo o básico para se ter instalado no seu pátio um poço artesiano, e assim, estarem de acordo com a legislação exigida pelo IPAAM.

Ainda na figura 34, encontra-se o bairro Japiim, onde se localizam os conjuntos Atílio Andreazza com o intervalo de 92,9% a 96,8% e o conjunto 31 de março com os intervalos de 96,9% a 100%, 92,9% a 96,8% e 69,6% até 92,8%. No entanto, se destaca que dentro dos maiores percentuais da vertente ao fundo de vale, encontram-se inúmeras moradias precárias e palafitas na área marginal, que não estão conectadas à rede geral de distribuição de água, embora se utilizem deste serviço de maneira não regular junto à concessionária de águas.

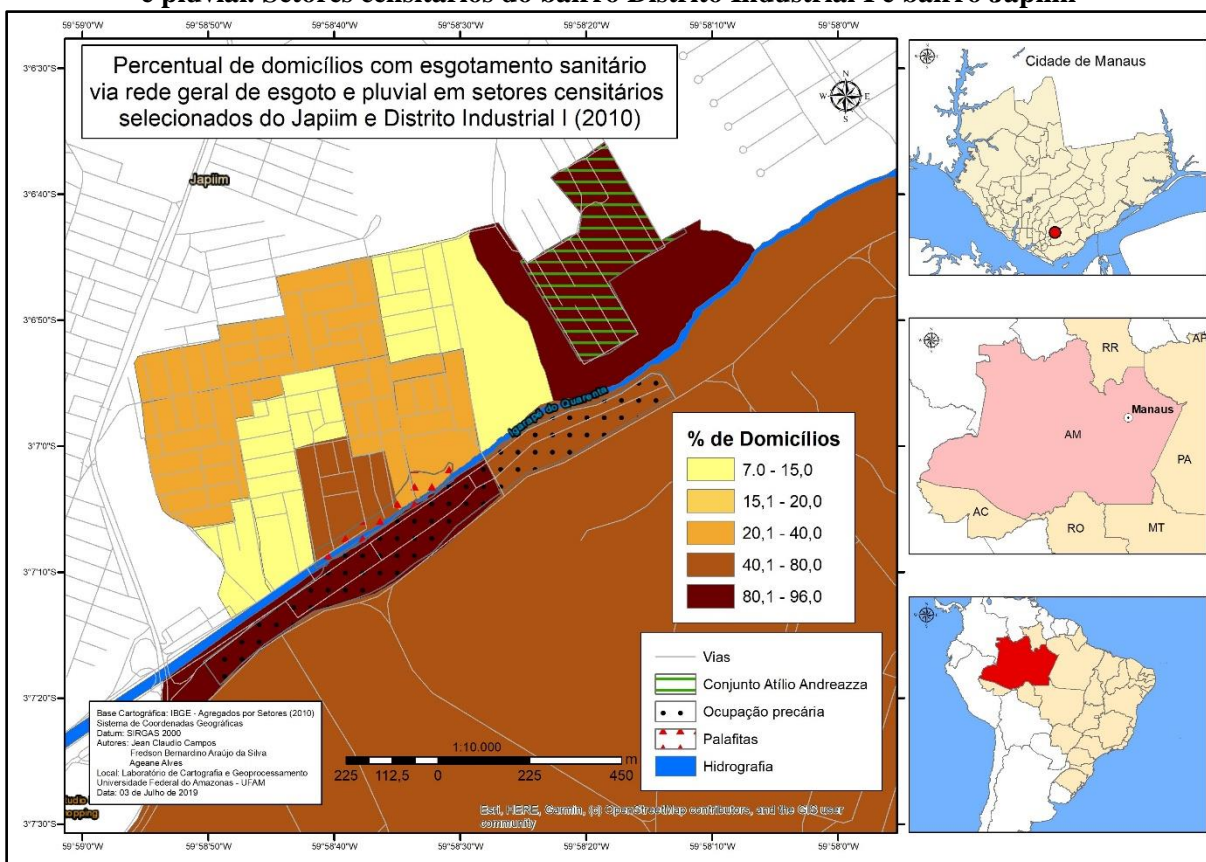
Figura 34 – Domicílios conectados à rede geral de abastecimento de água. Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim



Na figura 35 - domicílios conectados à rede geral de esgotamento sanitário via rede geral de esgoto e pluvial, representam o bairro Distrito Industrial em que há setores como no Manaus 2000, com índices de 80,1% a 96% e 40,1% a 80%, enfatizando que na maior parte dos setores deste bairro, estão instaladas indústrias que possuem estações de tratamento de esgoto – ETE.

Há ainda o fato de que esse conjunto fez parte de um habitacional construído pelo poder público municipal, o que acaba por refletir nos dados apresentados na figura. No que se refere ao bairro Japiim, na margem direita do Igarapé do Quarenta, é demonstrado o conjunto Atílio Andrezza com 80,1% até 96% e no conjunto 31 de Março há setores com intervalos de 7% a 15%, 15,1% a 20%, 20,1% a 40% e 40,1% a 80%, como também uma extensão na margem do igarapé que não possui rede conectada. Como destacado nesta figura, o conjunto Atílio Andrezza e o conjunto Manaus 2000 apresentaram os maiores percentuais de moradias conectadas à rede geral de esgotamento sanitário, esse fato ocorre por constituírem moradias mais recentes em relação ao conjunto 31 de Março, ou seja, aquele onde foram construídas as primeiras moradias do Japiim na década de 1970 e que ainda possuem significativa quantidade de fossas nas próprias residências.

Figura 35 – Domicílios conectados à rede geral de esgotamento sanitário via rede geral de esgoto e pluvial. Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim

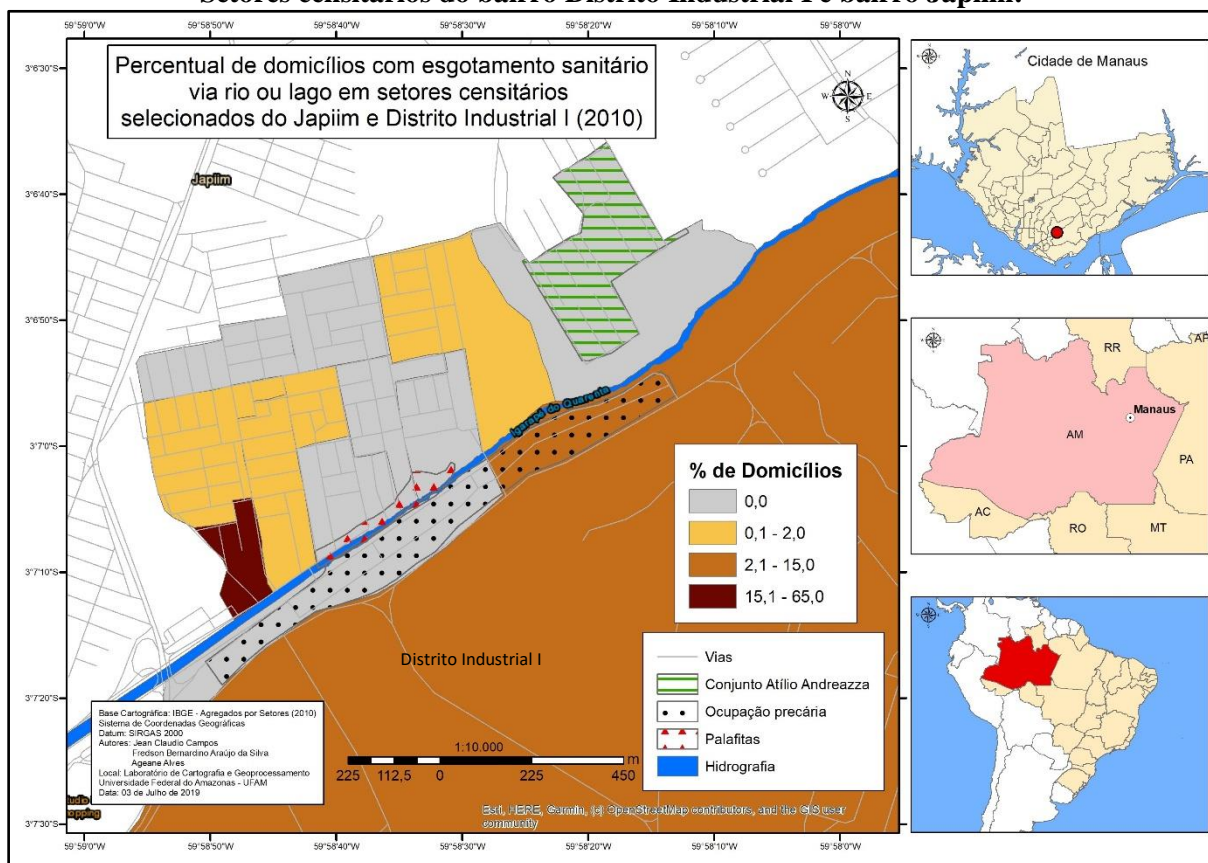


Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

Na figura 36 – Domicílios com esgotamento sanitários via rio, demonstra apenas um setor no bairro do Japiim que dá destinação ao esgotamento via rio, no caso o igarapé, e lado com o índice de 15% a 60% e como já destacado, foi incluído na coleta de dados do IBGE toda

uma extensão de moradias precárias na área marginal, que libera seu esgoto sanitário diretamente no igarapé. Ressalta-se a grande quantidade de setores que apresentam 0% e 0,1% a 2%, e ainda no bairro Distrito Industrial nos setores do Manaus 2000 o intervalo de 0% e 2,1% a 15%. No entanto, exatamente no conjunto Atilio Andreazza, que possui alto percentual de canalização de esgoto e ao mesmo tempo conclui não destinar o esgoto sanitário ao rio ou lago e situação similar ocorre no conjunto Manaus 2000, porém, ambas as áreas não possuem estação de tratamento de esgoto - ETE. Demais setores do Japiim apresentam grandes números de fossas sépticas nos próprios terrenos, mas os domicílios que embora com canalização para seu esgotamento sanitário, destinam tanto quanto as demais residências, seus efluentes ao rio, pelo fato de não haver estação de tratamento ativa ou inativa no bairro do Japiim e no Manaus 2000, conforme evidenciado em pesquisa de campo e análise das informações junto a concessionária de águas e esgoto da cidade de Manaus.

Figura 36 – Domicílios com esgotamento sanitários via rio ou lago Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

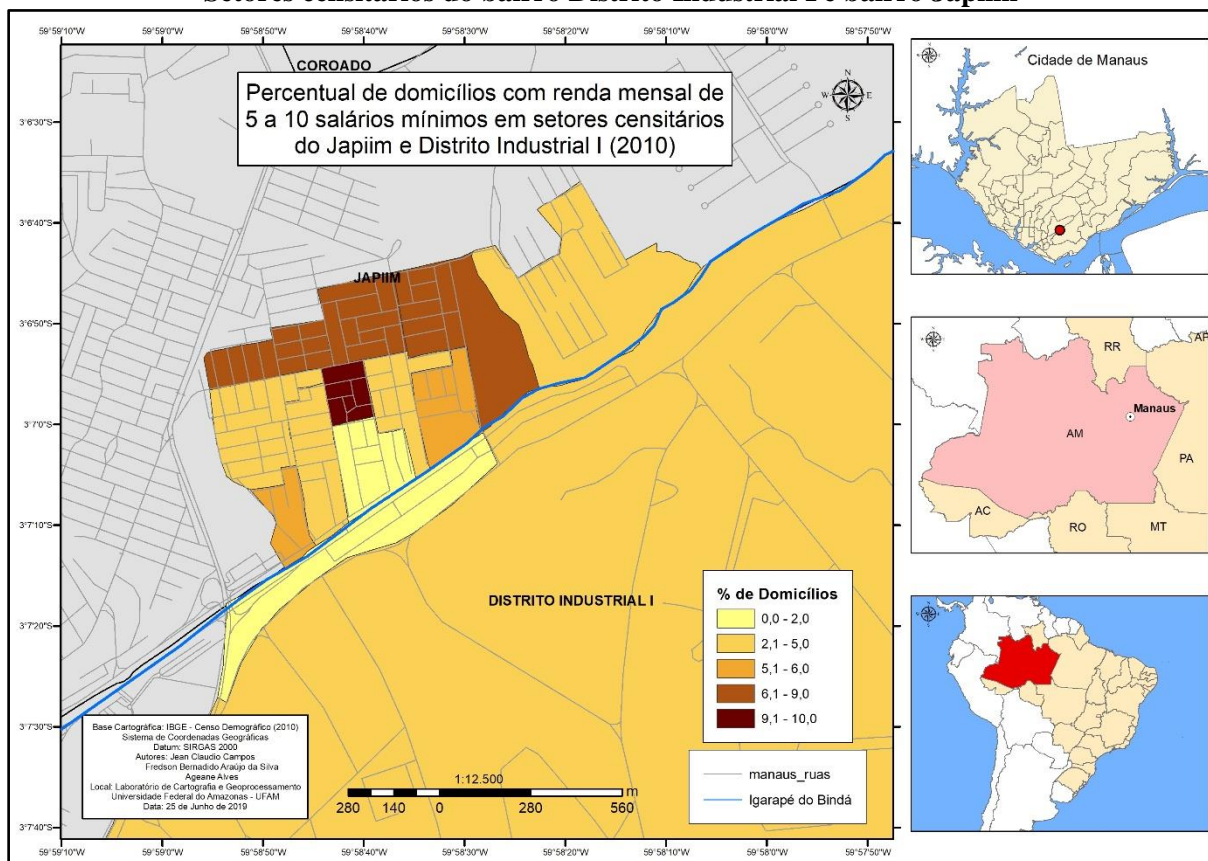
As informações oficiais do IBGE que demonstram grandes números de moradias que não despejam seus efluentes diretamente no igarapé, é questionável, como contribui para demonstrar a forma sutil que diferencia e segrega, pois, enquanto um envia o seu esgoto pela

canalização, produz a imagem de que está fazendo o correto, o morador das áreas próximas às margens do igarapé, ali despeja diretamente seu efluente, sob a visão de que fazem o incorreto, sendo que nos dois casos os resíduos de esgotos sanitários são destinados ao mesmo curso d'água.

Nesse sentido, se constrói a imagem de que somente o outro, sobretudo, o morador das margens, é o causador da poluição por estar mais visível a quem passa. No entanto, o comportamento em relação ao meio ambiente não é diferente, e nem totalmente culpa desses moradores sobre a destinação incorreta dos esgotos sanitários, pois esse processo vai muito além de controle individual, visto que ainda existe a carência de canalizações de esgotos no bairro do Japiim. E situação mais crítica é a não existência de estação de tratamento de esgoto - ETE para bairros com mais de 50 anos de existência.

Na figura 37 - domicílios com renda mensal de 5 a 10 salários mínimos, no bairro Japiim, apresentam apenas um setor na vertente, apresenta o intervalo de 9,1% a 10% e outros setores da vertente ao platô apresentam 6,1% a 9%, como ainda 5,1% a 6%, 2,1% a 5% e 0,0% a 2% e no Manaus 2000 os intervalos de 2,1% a 5% e 0,0% a 2%.

**Figura 37 – Domicílios com renda mensal de 5 a 10 salários mínimos
Setores censitários do bairro Distrito Industrial I e bairro Japiim**



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). Autores: CAMPOS, SILVA, RAMOS. Org.: Ageane Ramos (2020).

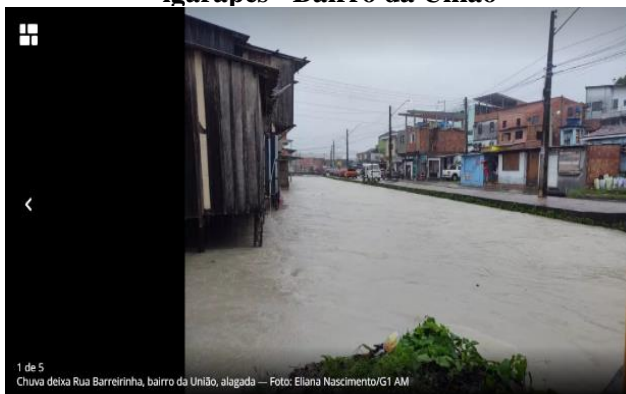
As proporções de menores salários estão mais presentes nos setores próximos as áreas marginais com o intervalo de 0,0% a 2%, representando através dos dados estatísticos do IBGE, as desigualdades que estão a bastante tempo sendo produzidas nas margens dos igarapés, e no caso do Japiim e Parque Dez de Novembro, desde meados da década de 1970 até os dias atuais, como impactos negativos de ocupação e expansão urbana na metrópole Manaus, como afirma Oliveira (2003). Isso, contudo, não deve ser tratado em sua forma absoluta, pois nas proximidades de muitos igarapés há condomínios de classe média e até classe média alta, que tem esses cursos d'água ao fundo, com seus altos muros, como a querer lhe negar tal proximidade. Embora, como já afirmado, a predominância seja dos segmentos mais pobres.

3.2 A diferenciação interna entre os dois recortes espaciais.

A diferenciação interna nos dois microcosmos pesquisados nos bairros em Manaus/AM, notam-se características comuns na origem, quando ocuparam os cursos hídricos da cidade, onde no passado o homem amazônida, que morava na margem ou no próprio rio, vivia sua vida ribeirinha na dependência dos tempos acíclico (cronológico) e cíclico (ecológico), como definido por Lima como, “singularidade regional” (2014, p. 220). No entanto, no que se refere ao urbanismo e à ocupação das margens dos igarapés urbanos, isto traz consequências danosas, tendo em vista que há o predomínio das moradias humildes, a maioria em palafitas, cujo cotidiano dos moradores sofre a interferência do regime das cheias dos rios e com o volume que causa a esses moradores a perda do pouco que têm, conforme ocorrência em 2020 no Bairro da União e no Manaus 2000 (figura 38 e figura 39).

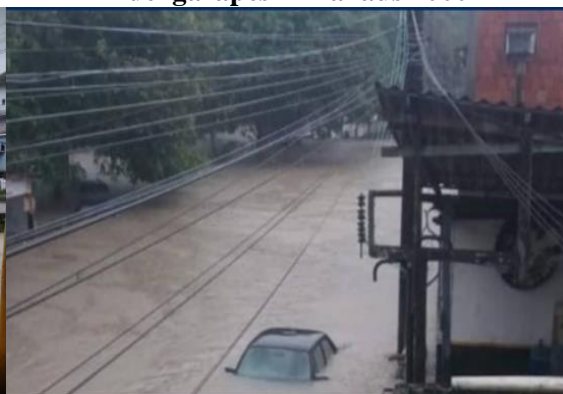
Mas a escolha por essas localizações na metrópole está relacionada à baixa renda ou renda nenhuma, assim como a sua condição social. Este ficar de frente para o rio nas periferias, não é algo contemplador ou romântico e nem serve de fonte de alimento ou recurso hídrico, pelo fato da degradação desses locais. Isto traz a reflexão de que esse cidadão vindo para a metrópole ou mesmo nela nascendo, não tem a mesma relação com os cursos d'água urbanos, como têm os ribeirinhos amazônicos com os rios, pois se estes últimos têm nos rios uma extensão de sua vida, e aqueles o têm como possibilidade de moradia, sofrendo com os resultados da precariedade urbanística e das precipitações, conforme mostram as figuras abaixo, sempre tão abundantes na metrópole amazônica.

Figura 38 – Alagações de casas em leitos de igarapés - Bairro da União



Fonte: G1 AM. 25/04/2020.
Org.: Ageane Ramos.

Figura 39 – Alagações de casas em leitos de igarapés - Manaus 2000



Fonte: Portal do Holanda. 25/04/2020.
Org.: Ageane Ramos.

A análise dos dados estatísticos (Censo 2010) apresentam inúmeras diferenciações entre os setores coletados, e contribuíram para indicar como a topografia é um dado relevante para evidenciar a diferenciação e segregação socioespacial. Nas áreas de ocupações irregulares – chamadas vulgarmente de invasões – estão, na maioria dos casos, nas vertentes próximas às margens ou mesmo nas margens e leitos dos igarapés urbanos, com os maiores índices de precariedade e deficiência urbanística. Porém numa dimensão geomorfológica, da vertente para o platô, estão a maioria das casas dos conjuntos e condomínios com os melhores resultados coletados.

Tal realidade demonstra as formas em que estão estabelecidas as moradias mais pobres na metrópole, podendo-se afirmar que a “segregação residencial, é essencialmente um produto da cidade” (Souza, 2019, p. 83). Segregação e diferenciação como expressões socioespaciais produzidas no seio da sociedade de classes, estruturalmente estratificadas e contidas muitas vezes em um mesmo bairro, que tem em sua paisagem as contradições que não precisam estar topograficamente distantes, embora no que se refere às condições urbanísticas, as distâncias sejam bem mais evidentes em cada margem dos cursos d’água urbanos, ou igarapés mesmo que sejam unidas por meio de uma ponte.

Por sua vez, um objeto geográfico como a ponte não somente revela a junção ou articulação de duas margens, como tradicionalmente é vista, mas também tem a capacidade de revelar as diferenças nas formas em que cada grupo se representa do seu lado e como produz a imagética do lado oposto. E isso ocorre também em consequências dos fatores históricos de cada lado, bem como de fatores como renda e qualidade urbanística. Nesse sentido, muitas vezes uma ponte serve mais para mostrar o “outro lado” do que mesmo unir esses dois lados.

Como síntese deste processo se pode constatar uma topografia próxima e uma topologia distante.

Do ponto de vista dos dados, esses fatos se comprovam ao analisar-se os dados do uso de energia elétrica sem contador, que apresenta maior incidência nos setores com moradias oriundas de ocupações irregulares e precárias. E mesmo que exista o programa social “luz para todos”, que tem como principal objetivo a universalização da distribuição e o acesso à energia elétrica, conforme Lei nº 10.438/2002, Resolução 223 da Aneel e Decreto nº 4.873 de 11/11/2003, que instituíram a tarifa social para atender a demanda da população pobre e em extrema pobreza, essas medidas ainda não foram suficientes para eliminar ou evitar ligações clandestinas da energia elétrica, conforme os maiores índices entre 10,1% até 32% contidos no Bairro da União e os índices entre 10,1% até 36% existentes da vertente ao fundo de vale no bairro do Japiim.

Quanto ao abastecimento de água via rede geral de distribuição, constatou-se altos percentuais de moradias conectadas, mesmo que apresentem percentuais sem conexão, representando ligações clandestinas e poços artesianos. Neste último item, com ressalva devido as manutenções básicas e testes de potabilidade de água regulares em setores como condomínios e indústrias, não tão comuns em setores com residências como no Bairro da União.

Há ainda a questão relacionada aos benefícios sociais, como a taxa social sobre o consumo de água tratada pela Lei Municipal nº 2.001, de 26 de junho de 2015, art. 1.º, que embora exista no município de Manaus, não consegue evitar totalmente as ligações clandestinas nas áreas marginais e/ou nos aglomerados subnormais que estão irregulares nestes bairros.

De fato, a tarifa social de energia e taxa social de água, foram implementadas para universalizar a distribuição e acesso aos mais pobres ou em extrema pobreza, mas as leis sozinhas não serão suficientes, se não estiverem efetivamente relacionadas à realidade social e econômica dos sujeitos. Destacando que não faltam leis, mas falta a efetividade destas alinhadas à redução das diferenças socioespaciais existentes. Nesse sentido, os índices da renda constatada em salários mínimos menores nas moradias precárias dos setores próximos e nas áreas marginais, evidenciam que no Bairro da União estão as menores faixas, em relação a margem esquerda do bairro Parque Dez de Novembro, destacando áreas de condomínios com melhor faixa de salários em relação às demais.

No dado de esgotamento sanitário via rede de esgoto, ambas as localizações expressam significativos de conexões via rede em alguns setores, bem como a existência de fossas sépticas nas próprias moradias nesses bairros. Mas o destaque está nos setores com residências conectadas à rede para coleta de esgotamento sanitário, pois apresentam uma melhor destinação

dos seus resíduos. No entanto, isso só pode ser considerado no início do processo de destinação dos efluentes, pois não existe Estação de Tratamento de Esgoto - ETE nas duas localizações. Uma questão que depara com as informações do Censo, pois essas moradias conectadas só se diferenciam das moradias, que despejam seus esgotos sanitários diretamente no rio pelas conexões. Isso porque não existe tratamento e a destinação é a mesma, com exceção dos condomínios com ETE particulares que tratam seus esgotos antes da destinação no rio.

A deficiência no que se refere ao do saneamento básico não é uma realidade apenas da metrópole Manaus, como também não é realidade apenas dos tecidos urbanos pesquisados. Esta metrópole possui menos de 20% da rede de esgoto sanitário da área urbana, conforme página da transparência da Prefeitura com “Diagnóstico de esgotamento sanitário em Manaus, é apresentado em seminário na Universidade de Lisboa” (Manaus, 22/10/2019) e pelas poucas estações de tratamento de esgoto – ETE, conforme página oficial da concessionária de águas do município.

No entanto, ainda está no papel e nas páginas online da Prefeitura a possibilidade de melhoria do saneamento básico, e conseqüentemente a saúde pública da população de Manaus. Até 2030 como previsto, esse compromisso com a sociedade vai precisar de muitos esforços e políticas de continuidade de ações, algo que de fato não ocorre na esfera do planejamento urbano nas cidades brasileiras e Manaus não foge a essa regra.

As áreas em referência nesta pesquisa, exercem o papel de enclaves territoriais em seus bairros, pois servem de acessos e passagens entre as áreas adjacentes que contemplam, principalmente os setores de comércio, serviços e vice-versa no caso do Bairro da União. E o Manaus 2000, é uma área de considerável passagem ao Polo Industrial de Manaus (PIM) e serviços portuários.

Diante do exposto, sobre a importância desses microcosmos e das análises objetivas dos critérios elencados, retrata que por mais de quatro décadas a densidade demográfica de Manaus que saiu de 312.160 IBGE (Censo 1970) para 1.802.014 IBGE (Censo 2010), sendo que as estimativas atuais (2020) a colocam com 2,2 milhões de habitantes. Sua expansão que iniciou na zona sul, na orla do rio negro, expandiu para zona oeste e fortemente para leste e norte. Tal expansão e sua expressão socioespacial demonstram que a ocupação urbana pelos mais pobres, ocorreu principalmente nas áreas de vertentes, fundos de vale e igarapés que posteriormente se tornaram, constituindo áreas ocupadas com aglomerados subnormais como os setores identificados nos bairros Japiim e Parque Dez de Novembro.

Mesmo com algumas políticas de habitação, que acabaram reconfigurando alguns setores da metrópole, em margens de igarapés, como o PROSAMIM, desde 2006, o problema

de habitações e de ocupações em margens de igarapés persiste com inúmeras famílias expostas às condições precárias e insalubres, dentro de um mesmo tecido urbano onde as diferenciações socioespaciais estão bem definidas pelas características levantadas. Que diferenciam e segregam. Sendo assim:

Menos segregação residencial tende a significar maiores chances de interação entre os grupos sociais diferentes, e maior interação tende a facilitar enormemente a demolição de preconceitos” (SOUZA, 2019, p. 83).

Preconceitos revelados pelo cidadão que se percebe topologicamente distante da realidade do outro, seja pela existência de uma ponte que atesta essa diferença entre dois lados, pela topografia ou pela topofilia que os diferencia, reforçam essa percepção de diferentes valores, de moradias, de possibilidades, entre tantos fatores que os distancia topologicamente, contribuindo para a formação de grupos homogêneos internamente ao seu lugar e heterogêneo quando se fala da relação entre os lugares, pois sabem lidar com os mesmos problemas socioespaciais urbanos cotidianamente no lugar que se sentem pertencidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada revelou através dos processos socioespaciais demonstrados em áreas ocupadas por igarapés, e pelas pontes que unem e separam duas realidades num mesmo bairro, com diferentes morfologias urbanas, os fenômenos da segregação e diferenciação socioespacial que ocorrem em moradias próximas e nas margens de igarapés na metrópole Manaus.

Para compreender o fenômeno da segregação e diferenciação socioespacial, percorreu-se inicialmente sobre o significado e importância dada, ao adotar determinados conceitos em uma pesquisa, compreendendo as metamorfoses que ocorrem com seu significado de acordo com o contexto que se aplica. Esse conceito poderá assumir uma nova interpretação, podendo servir para uma metáfora, e, ou ainda, explicar as interfaces do cotidiano dos indivíduos com o meio em que o aplica.

Segregação neste estudo, não se deteve a principal ideia de segregação residencial amplamente discutida por vários pensadores, mas se utilizou desses estudos para respaldar as diferentes maneiras, que levam os indivíduos a segregação induzida ou imposta como também a autosegregação, destacando as desigualdades socioespaciais a partir dos fatores como o acesso aos bens materiais e imateriais, que atendem as necessidades básicas, ou seguramente contribuem para as necessidades humanas. Sendo identificados nas localizações pesquisadas, grupos que tendem a se tornar homogêneos internamente por suas condições sociais e econômicas, pelas quais se identificam, levando-os a realidades heterogêneas em sua morfologia, que os segrega e diferencia em áreas próximas ao igarapé.

A partir da década de 1970, a cidade de Manaus inicia um novo ciclo social e econômico com a implantação da Zona Franca de Manaus, que tinha entre seus planos do governo federal a questão urbanística, e nesse paradigma “de ocupar para não entregar”, incluiu para Manaus um parque de indústrias incentivadas, que posteriormente veio a tornar-se o bairro Distrito Industrial. Neste contexto, incluiria a geração de incentivos fiscais, que contribuiriam para a implantação do programa de habitação, instituindo a Companhia de Habitação do Amazonas COHAB-AM e anos depois sendo transformada na SHAM. Alinhados os projetos para atrair indústrias e demais negócios, precisavam de mão-de-obra e, conseqüentemente moradias. Dessa forma, com a possibilidade de um desenvolvimento da cidade atraiu muitos migrantes ao novo “espaço luminoso”, que se tornava a capital do Amazonas, levando-a a um acelerado processo de expansão. Os primeiros resultados desse processo de expansão ocorreram a princípio, pelas atuais zonas Sul, onde ocorreu a construção de casas populares como o conjunto

31 de Março e o conjunto residencial Castelo Branco na zona Centro-Sul, com incentivos do governo do então presidente Castelo Branco, nome do qual se extraiu o topônimo do conjunto. E na década seguinte muito fortemente a cidade se expandiu para aquelas, que posteriormente constituiriam as zonas Leste e Norte da cidade.

Os migrantes que chegavam à cidade de Manaus, muitos vindos dos interiores do estado do Amazonas, eram atraídos, principalmente pela novidade da implantação da Zona Franca, e traziam consigo o sonho de melhoria de qualidade de vida, conforme Lima (2014). Esse fator, principalmente contribuiu para expansão da cidade de Manaus, que crescia principalmente aos longos dos canais dendríticos, segundo Oliveira (2003), com moradias precárias e simultaneamente foram construídos conjuntos residenciais pelos programas de habitação nas proximidades dessas localizações próximas dos igarapés, ou ainda, do outro lado do pequeno rio. E ainda após mais de meio século ainda existem diversas moradias dispostas em aglomerados subnormais nessas localidades.

Embora a metrópole Manaus tenha passado por programas de saneamento ambiental dos igarapés de Manaus (PROSAMIM), outro programa incentivado pelo agente modelador concreto, o Estado que promoveu a retirada de populações de áreas de riscos e margens de igarapés, para outras localizações ou para novas residências nessas mesmas localidades após serem revitalizadas, não foram ainda suficientes, pois existem diversas famílias em situação vulnerável nas áreas próximas ou na margem dos igarapés na metrópole Manaus. No entanto, com o crescimento urbano, essas localizações se tornaram enclaves territoriais, por facilitarem o acesso aos serviços, comércios, aos portos, as indústrias, entre outros negócios que movimentam a economia através das redes geográficas, fatores que contribuem para que seus moradores acreditem, que suas localizações são eficientes, independente de suas moradias e dificuldades enfrentadas no cotidiano, e nesse caso especialmente nas falas dos que vivem em áreas mais precárias, pois a proximidade com as áreas específicas de comércio e serviços, facilita não só o cotidiano, além da relação com seus locais de trabalho sejam por via formal ou informal.

As condições retratadas das localizações pesquisadas, as levaram à valorização do seu tecido urbano e contribuíram para os promotores imobiliários investirem em diversas faixas de sua morfologia, principalmente na margem esquerda do igarapé do Bindá no bairro Parque Dez de Novembro, para construções de condomínios destinados a um grupo economicamente mais seletivo, em relação àqueles que moram nas proximidades dos igarapés, ainda de forma irregular, ou os que passaram por desapropriação. Destaca-se que a diferenciação pelo poder de consumo destes espaços como mercadoria, foi incorporada fortemente após algumas décadas da

inauguração do primeiro conjunto residencial Castelo Branco no bairro Parque Dez de Novembro, pois esse bairro deixou de ser um local distante, passando a ser próspero aos negócios, fazendo com que o entorno do igarapé, principalmente em sua margem esquerda, se tornasse de interesse aos agentes imobiliários que empreenderam, juntamente com outros agentes modeladores do espaço, nessas localizações.

Esses agentes modeladores do espaço urbano são representados pelos promotores imobiliários, pelos proprietários dos meios de produção, pelos proprietários fundiários, pelos grupos sociais excluídos e pelo Estado, conforme definido por Corrêa (2002). Mas é o Estado que exerce o principal papel de agente social concreto, como regulador e articulado com os demais agentes sociais, ao mesmo tempo atuando, pelo menos no discurso, para minimizar situações conflituosas e de interesses dos demais agentes sociais. Dessa forma, o Estado atua para estabelecer as regras de controle do uso da terra urbana e com demais agentes que modelam o espaço urbano.

Porém esse processo que molda o espaço urbano não é igualitário, posto que predominam os interesses dos grupos com poder aquisitivo, que investem ou são os proprietários fundiários. Assim sendo, se observa que os sujeitos envolvidos nesse processo não são tratados igualmente no que se refere ao direito à cidade. Existem alinhamentos para o alcance de objetivos dos agentes modeladores e quando há preocupação com a classe mais pobre, que constitui a maioria, só será de alguma forma beneficiada, quando há intervenção do Estado, para atender aos interesses dos demais agentes, a exemplo da criação do BNH na década de 1970, que beneficiou aos interesses dos demais agentes modeladores como os promotores imobiliários, proprietários fundiários e proprietários dos meios de produção, pois envolvia grande proporção dos negócios, inclusive a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS⁴³.

No entanto, por regra geral, o interesse para atender grupos com menor poder de renda por partes dos promotores imobiliários, por exemplo, somente ocorre se houver a forte participação do Estado, pelo fato que se tem um agente tão forte, que pode exercer diversos papéis, torna-se interessante à ação dos demais agentes modeladores do espaço, levando-os, de acordo com os próprios interesses, a certa articulação com segmentos mais pobres. Entretanto,

⁴³ FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, foi criado pela Lei 5.107 de 13 de setembro de 1966 e está prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, teve início a sua vigência em 01 de janeiro de 1967. Esse fundo corresponde aos valores recolhidos sobre o salário do trabalhador com o percentual de 8% (oito por cento), por parte dos empregadores que são obrigados a depositarem na conta vinculada ao FGTS do trabalhador, estando esse valor relacionado a uma indenização no caso de rescisão sem justa causa pelo empregado. Os valores depositados são tratados como recursos financeiros para investimento em habitação, juntamente com as demais taxas recolhidas quando ocorre a saída do trabalhador.

isso não anula a exclusão. Dessa forma, por mais que as leis definam o direito básico à moradia, as formas que isso ocorre proporcionam as diferenciações e a segregação socioespacial, revelando a desigualdade do poder de compra da terra urbana, como também o acesso aos serviços básicos para sua qualidade de vida na cidade.

Ter uma relação com a história de um lugar, e se perceber como parte integrante da produção desse espaço, é uma característica que está intrinsicamente na relação dos moradores do Bairro da União, nos moradores do Igarapé do Quarenta e do Manaus 2000, embora esse pertencimento ocorra de forma muito particular em cada localização.

Esses sujeitos, tanto usam a identificação como se identificam com os topônimos, que adotaram pela ligação com as características físicas do lugar, como no Igarapé do Quarenta, ou pela história política que ocorria na entrega das casas populares do Manaus 2000, ou ainda, pela história de luta vivida e construída ao alcance da desapropriação do Bairro da União por seus moradores, que se sentem pertencidos e enraizados naquele lugar, principalmente por terem participado do processo, que contribuiu para a construção deste espaço. Todavia, esta localização que faz parte oficialmente do bairro Parque Dez de Novembro, não se tornou um bairro oficial em si, e ainda sofreu alterações nos topônimos das suas ruas sem a consulta de seus moradores, especialmente da rua Barreirinha que faz parte de um contexto de lutas e resistência desses sujeitos pelo direito à moradia. Nesse contexto, relacionando a topofilia apresentada por Yi-Fu Tuan, os moradores se percebem e se reconhecem como integrante do lugar que contribuíram para sua formação através das lembranças, da relação de vizinhança, da história passada de pais para filhos, das lembranças sobre a força e união desses grupos nas lutas pela ocupação, enfim, pela identidade e sentimento de pertencimento com o lugar.

Por conseguinte, é pertinente destacar que nos critérios adotados pelo Município de Manaus, em alterar os topônimos, faltou o critério da investigação histórica junto à comunidade, para evitar a perda de informações e esquecimento desse processo geográfico e histórico que se deu nesse espaço.

Através das análises da toponímia e topofilia para se entender o sentimento de pertença, foi possível destacar as relações topológicas, com as quais os sujeitos se veem e, ao mesmo tempo percebem o outro, como o distante e diferente no seu meio vivido, além da forma e disposição de suas moradias, como expressões espaciais, na topografia destes lugares. Estes constituem localizações cortadas por um rio e unidas por pontes, que topologicamente apresentam as diferenças socioespaciais, que estão na base de um processo mais profundo, que é a segregação socioespacial, existente pela forma que se identificam e identificam o outro, em espaços topograficamente próximos, com homogeneidade interna e heterogeneidade entre si

dispostos na morfologia urbana, onde as condições sociais a que estão submetidos no espaço é desigual, sobretudo, no acesso à infraestrutura, moradias, entre outros fatores que os diferenciam na cidade.

Nesse mesmo tecido urbano a paisagem é formada, a partir de condições diferenciadas de apropriação e produção do espaço, isto porque o espaço urbano é palco de contradições e tensões cotidianas, sempre envolvendo os agentes modeladores, responsáveis por processos de desapropriação, o que gera lutas por parte dos sujeitos envolvidos na busca da terra urbana e do direito à cidade. Apesar da intervenção do Estado em muitos processos e rearranjos espaciais, ainda permanecem no espaço urbano da metrópole muitos aglomerados subnormais, ocupados pelos grupos sociais excluídos, demonstrando a permanência do ilegal nesses espaços. Esse ilegal, todavia, não se restringe aos pobres, mas não se pode negar que estes são os mais atingidos, por essa ilegalidade que se coloca dentro do “socialmente aceito”.

Não se pode negar, por outro lado, que esses espaços urbanos também passaram ou passam pelos processos de mudanças constantes, tanto na paisagem quanto no conteúdo. Para conformar esta afirmação, por exemplo quando as casas populares do Manaus 2000 mudam sua forma original, para dar lugar a moradias maiores ou prédios de atividades comerciais e de serviços, quando o bairro Parque Dez de Novembro que verticalizou-se e horizontalizou-se, com seus condomínios na margem esquerda do Igarapé do Bindá, para segmentos sociais que podem pagar pelo espaço urbano com melhores níveis de urbanismo, dentro de seus muros, segurança eletrônica, jardins, áreas de lazer, estação de tratamento de esgoto, entre outros fatores que expressam a condição econômica, que se estabelece na diferenciação e segregação do acesso à terra e aos bens urbanos.

Ambas localizações escolhidas como recortes espaciais desta pesquisa sofreram mudanças no que se refere às feições iniciais das suas ocupações da década de 70, e hoje se estabelece um novo momento, em que se estabeleceu a segregação socioespacial em maior escala, pelo fato de serem ainda muito evidentes as desigualdades socioespaciais.

Esta dissertação buscou abordar o espaço urbano da metrópole Manaus, a partir dos conceitos de segregação e diferenciação socioespacial, tendo nas pontes os objetos geográficos reveladores não somente de união de duas margens, mas também da percepção do diferente contido no outro lado, de outras realidades, ainda que próximas do ponto de vista topográfico, distantes topologicamente. Destaque-se que ambas as áreas de estudo são cortadas por rios urbanos, ou igarapés como são comumente conhecidos regionalmente, e estes são tributários de bacias hidrográficas urbanas e tiveram vários trechos de suas margens ocupados irregularmente, cuja expressão espacial, em sua maioria, é formada pelas chamadas “invasões”, ou favelas.

As áreas de margem de igarapés, porém, são protegidas por leis e não deveriam ser habitadas dentro do limite mínimo de 15 metros, por serem planícies de inundação. Contudo, é relevante se considerar o fato de que as leis de proteção ambiental foram definidas após essas ocupações irregulares nas margens de igarapés. Lugares que contém moradias dentro de uma Área de Proteção Ambiental-APA no Parque Linear do Bindá, tributário da bacia hidrográfica do São Raimundo no caso do Bairro da União, e moradias no curso do Igarapé do Quarenta no Japiim que estão dentro de área de APP da bacia do Igarapé do Quarenta, tributário principal da bacia do Educandos. No entanto, esse processo de ocupação possui tempo de existência bem anterior as legislações para Área de Proteção Ambiental-APA, implementada no ano de 2000 e o Código Florestal de 2012, que define Área de Proteção Permanente-APP. Assim, as leis de proteção ambiental são protetivas do ambiente, mas existem as chamadas exceções, como estabelecido pelo município de Manaus em 2016, sobre a flexibilização das disposições do artigo 4º do Código Florestal, mostrando mais uma vez, a forma como atuam os agentes modeladores do espaço urbano na produção das formas espaciais, que diferenciam e segregam os grupos sociais dentro de uma mesma morfologia urbana.

Mas o termômetro das diferenças socioespaciais foi ainda evidenciado neste estudo pela representação cartográfica de alguns itens escolhidos, e que se referem à infraestrutura urbana básica nesses espaços. Para tal foram utilizados dados de informações retiradas do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do IBGE, onde se dispõem de informações que respaldam as diferenças e segregações, que ocorrem nesses recortes espaciais, pois além dos tipos de moradias diferenciadas, o acesso à energia sem contador, ainda é visível em áreas com menor renda por salários mínimos, e apresenta-se na morfologia em áreas mais próximas à margem dos igarapés e oriundas de ocupações irregulares. Também a rede de esgoto é mais presente em uma das margens do igarapé, com a presença maior de condomínios e conjuntos residenciais. Por outro lado, nas proximidades do fundo de vale e nas margens direitas dos trechos escolhidos de ambos os igarapés selecionados para esta pesquisa, existe a presença de aglomerados subnormais e disposição maior de despejos dos esgotos sanitários diretamente nos cursos d'água.

No entanto, há que se considerar, que o que parece correto para uns, que estão conectados à rede de esgotamento sanitário e incorreto para os que não estão a ela conectados, no fundo constatou-se que seguem o mesmo percurso e destinação de seus resíduos, posto que não existem nessas localizações ETE's, portanto, ambos contribuem para o escoamento de efluentes ao leito dos igarapés. Observou-se ainda, que em algumas áreas os rios urbanos foram impermeabilizados e concretados, mas que servem tão quanto em relação às áreas que não estão

impermeabilizadas, como receptáculos dos esgotos sanitários e demais efluentes. Ressalte-se a existência de fossas sépticas em algumas residências, como também a presença de poços artesianos nessas localizações.

Outro destaque dar-se-á na comparação de áreas mais recentes com condomínios residenciais, a existência de ETE particulares e poços artesianos controlados pelos processos legais, para sua existência junto aos órgãos reguladores do estado como IPAAM, fator que exige uma manutenção financeira dos seus condôminos. Desta maneira, o poder de consumo do espaço como mercadoria da terra para morar em áreas próximas a igarapés, e do acesso a infraestrutura básica são fatores, que demonstram as realidades da reprodução socioespacial diferenciada e segregada na metrópole Manaus, e nos recortes escolhidos existem características da ilegalidade de áreas, que se tornaram legais, da ponte que é um objeto geográfico, que rompe descontinuidade, mas que revelou as diferenças socioespaciais e segregação aos grupos sociais que (re)produzem o espaço urbano.

Esta temática é, sobretudo, complexa para se pretender aqui dar conta de todas as suas nuances. No entanto, foi possível aferir que nos dois recortes espaciais escolhidos para esta pesquisa, há semelhanças e diferenças entre si. As semelhanças residem no fato de que ambas apresentam pontes e que essas pontes unem e separam os segmentos sociais de ambas as margens. Revelou também, que a morfologia urbana muda de uma margem a outra. Quanto às diferenças estas estão no fato de que no Bairro da União há forte enraizamento constatado pela forma com que as pessoas se referem à sua história, bem como aos topônimos ali estabelecidos. No conjunto Manaus 2000 não se encontrou o mesmo enraizamento, pois este foi fruto de uma política de moradia, que refletia um momento eleitoral em Manaus, sendo que não ocorreu a mesma luta pela terra e os topônimos ali existentes não refletem a história de lutas como no bairro da união. Diferenças e semelhanças são tônicas da realidade socioespacial de uma metrópole desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (Coord.). **Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

AMAZONAS. **Lei Ordinária nº 226, de 27 de junho de 1965**. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. Cria a Companhia de Habitação do Amazonas – COHAB AM. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível: < <https://sapl.al.am.leg.br/norma/3926>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

AMAZONAS. **Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas-SUHAB-AM**. Secretarias do Governo. Disponível: <<http://www.suhab.am.gov.br/institucional/a-instituicao/#:~:text=Denominada%20em%20sua%20funda%C3%A7%C3%A3o%20como,com%20habita%C3%A7%C3%A3o%20de%20interesse%20social>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

AMAZONAS. **Lei complementar nº 52/2007 de 30 de maio de 2007**. Institui a Região Metropolitana de Manaus e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível: <https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2007/843/843_texto_integral.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2019.

AMAZONAS. **Lei Promulgada nº 64 de 30 de abril de 2009**. Região Metropolitana de Manaus. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível: < https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/8996/8996_texto_integral.pdf> Acesso em: 08 nov. 2019.

AMAZONAS. **Lei nº 3.167, de 28 de agosto de 2007**. Política Estadual de Recursos Hídricos. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível em < <http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/3-Lei-N%C2%BA-3.167-de-2007.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

AMAZONAS. **Decreto nº 28.678 de 16 de junho de 2009**. Política Estadual de Recursos Hídricos. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível em <<http://www.meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Decreto-28.678-16-de-junho-de-2009.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

ASSAD, Leonor. **Cidades nascem abraçadas a seus rios, mas lhes viram as costas no crescimento**. Cienc. Cult. vol.65, nº 2, São Paulo, abr./jun. 2013.

BARRETO, Gustavo. **Seringueiros da Amazônia e ‘regatões’ árabes: união contra a exploração**. d’O Globo – assina a matéria “P. Mattos” – à Amazônia registra sua viagem “subindo o rio Amazonas, rumo ao Acre”. A edição de 12 de setembro de 1932 do diário carioca registra o Brasil estrangeiro em algumas passagens, fruto da conhecida imigração ocorrida em toda a Amazônia. Disponível: <<http://midiacidade.org/seringueiros-da-amazonia-e-regatoes-arabes-uniao-contra-a-exploracao/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. Tradução de Géographie Urbaine. **Geografia Urbana. Traduzido por Raquel Soeiro Brito**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1995.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRASIL. **Lei no 3.173, de 6 de junho de 1957.** Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos. DOU, Rio de Janeiro, 6 de jun. 1957. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3173.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.** Altera as disposições da Lei nº 3.173 de 06.06.1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos. DOU, Brasília, 28 de fev. 1967, ret. 10.03.1967. Disponível:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.** Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos. DOU, Brasília, 10 de set. 1962. Disponível:<[Jurídicoshttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4132.htm#:~:text=Art.,147%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4132.htm#:~:text=Art.,147%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970.** Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. DOU, Brasília, 16 de jun. 1970. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.106%2C%20DE%2016%20DE%20JUNHO%20DE%201970.&text=Cria%20o%20Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o,fiscais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. DOU, Brasília, em 19 de dez. 1979. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.** Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dez. 1996, no 9.648, de 27 de mai. 1998, no 3.890-A, de 25 de abr. 1961, no 5.655, de 20 de mai. 1971, no 5.899, de 5 de jul. 1973, no 9.991, de 24 de jul. 2000, e dá outras providências. DOU, Brasília, 26 de abr. 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10438.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003.** Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências. DOU, Brasília, 11 de nov. 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm#:~:text=DECRETA%3A,acesso%20a%20esse%20servi%C3%A7o%20p%C3%ABlico>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003.** Estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos arts. 14 e 15 da

Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Agência Nacional de Energia Elétrica. DOU, Brasília, 30 de abr. 2003, seção 1, p. 154, v. 140, n. 82. Disponível em < https://www.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/mme_res2003223.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Emenda constitucional nº 26, Artigo 6º de 14 de fevereiro de 2000. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_16.04.2015/art_6_.asp>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Lei nº 10.257 regulamenta artigos 182 e 183 de 10 de julho de 2001. Brasília: Senado Federal, 1988. DOU, Brasília, 10 de jul. 2001. Disponível:<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10257&ano=2001&ato=39fATQU5kMNpWT905>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Decreto nº 4.340, de 22 de ago. 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abr. 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abr. 2006. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA/SBF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de ago. 1981, 9.393, de 19 de dez. 1996, e 11.428, de 22 de dez. 2006; revoga as Leis nºs 4.771 de 15 de set. 1965 e 7.754 de 14 de abr. 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de ago. 2001. Dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos: DOU, Brasília, 25 de mai. 2012. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966**. Cria o fundo de garantia do tempo de serviço e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos. DOU, Brasília, 13 de set. 1966. Disponível em < <https://legis.senado.leg.br/norma/546965>>. Acesso em: 30 de jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.705 de 21 de setembro de 1971**. Altera dispositivos da lei 5.107, de 13 de set. 1966. Dá outras providências. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Presidência da República. Casa Civil para Assuntos Jurídicos, DOU, Brasília, 21 de set. 1971. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15705.htm>. Acesso em: 30 de jun. 2019.

CALLAI, Helena Copetti. **O lugar na Geografia e as monografias municipais: Cadernos Unijui**. Ijuí: Unijui, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade. São Paulo**: Contexto, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTORIADES, Cornelius. **Introdução: socialismo e sociedade autônoma**. In: Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa (Org.); CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47; 77-116.

CEGALA, Domingos Pascoal. **Dicionário escolar de língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro, 2021 Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>>. Acesso em: 01 de mar. 2021.

INSTITUTO DURANGO DUARTE-IDD. **Campanha Política a Prefeitura, 1996**. Manaus, 1996. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dTHEYmUIJCA>>. Acesso em 01 de fev. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. In **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, RJ, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul. 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano: notas teórico-metodológicas**. In: Trajetórias geográficas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 145-152.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Processos espaciais e a cidade**. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.41, n.3, p. 100-110, jul.1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. Revista Cidades, UNESP, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria; VASCONCELOS, Pedro de Almeida (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

COSCIONI, Fernando José. **O Darwinismo Social na geografia humana do início do século XX: o caso da obra Influences of Geographic Environment, de Ellen Semple**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 2, p. 349-365, 2018. ISSN 2179-0892.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. BRANDÃO, Carlos Antonio leite (Org.). **A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e significado atribuído à ilegalidade**. In: As Cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**. Manaus: Valer, 2007.

DICIONÁRIO OLINE EM PORTUGUÊS. Disponível: < <https://www.dicio.com.br/arrabalde/> >. Consulta em 01 de nov. 2020.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DUARTE, Durango. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Mídia.com, 2009.

E BIOGRAFIA. **Biografia de Esopo** in Ebiografia. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível: <<https://www.ebiografia.com/esopo/>>. Acesso em 09 de fev. 2020.

E BIOGRAFIA. **Biografia de Maurício de Nassau** in Ebiografia. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível: <[https://www.ebiografia.com/mauricio_de_nassau/#:~:text=Maur%C3%ADcio%20de%20Nassau%20\(1604%2D1679,Recife%2C%20na%20capitania%20de%20Pernambuco](https://www.ebiografia.com/mauricio_de_nassau/#:~:text=Maur%C3%ADcio%20de%20Nassau%20(1604%2D1679,Recife%2C%20na%20capitania%20de%20Pernambuco)>. Acesso em 09 de nov. 2019.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição ao Problema da Habitação** (1873). Disponível <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/cap01.htm>>. Acesso: 02 de mai. 2019.

FERNANDES, Edésio. **Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo?** Rev. UFMG. Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan. /jun. 2013.

FERNANDES, Edésio. BRANDÃO, Carlos Antonio Leite (organizador). **Legalizando o ilegal**. In: As cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FURTADO, Fernanda. **Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo os conceitos envolvidos**. In: Gestão social da valorização da terra. Instituto Pólis: São Paulo, 2005. p. 53-72.

G1 Amazonas. **Chuva alaga ruas de Manaus: Diversos pontos da cidade registraram problemas**. G1 AM 23/03/2020. Disponível: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/03/23/chuva-alaga-ruas-de-manaus-fotos.ghtml>>. Acesso: 01/05/2020.

GARCIA, Etelvina; MEDEIROS, Girlene. **Ruas de Manaus persistem à troca de nomes e guardam história da capital: G1 fez levantamento histórico de oito ruas da capital amazonense**. G1 Amazonas. 24 de out. 2012, 09h35. Disponível: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/10/ruas-de-manaus-persistem-troca-de-nomes-e-guardam-historia-da-capital.html>> Acesso em 30 de out. 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Instituto Tecnológico de Transporte e Infraestrutura-ITTI/UFPR. **História das pontes.** Disponível: <[https://itti.org.br/historia-das-pontes/#:~:text=As%20primeiras%20pontes%20surgiram%20de,de%20passagens%20%C3%A0%20outra%20margem.&text=H%C3%A1%20ind%C3%ADcios%20da%20constru%C3%A7%C3%A3o%20das,\(cerca%20de%20500%20a.C.\)](https://itti.org.br/historia-das-pontes/#:~:text=As%20primeiras%20pontes%20surgiram%20de,de%20passagens%20%C3%A0%20outra%20margem.&text=H%C3%A1%20ind%C3%ADcios%20da%20constru%C3%A7%C3%A3o%20das,(cerca%20de%20500%20a.C.)>)>. Acesso em 08/11/2020.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Manaus345anos.** Ed. 41.662. 24 a 27 de out. 2014.

JUNIOR NAREZI, Luiz Antonio. **Solo ensacado - rip-rap.** Disponível: <<https://sites.google.com/site/naresi1968/naresi/41-solo-ensacado---rip-rap>>. Acesso em 13 de nov. 2019.

L'École des Ponts ParisTech. Disponível: <<https://www.ecoledesponts.fr/bienvenue-ecole>>. Acesso em 08 de jan. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - 02/2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo, Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade.** Lisboa: Ulisseia, 1972.

LENCIONI, Sandra. **Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar: Reflexão a partir do caso de São Paulo.** Revista de Geografia Norte Grande. v. 39, p. 7-20, 2008.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, Metropolização e Regionalização.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

LENCIONI, Sandra. **Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana.** In: LENCIONI, Sandra; VIDAL- KOPPMANN, Soda; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier . São Paulo: FAUUSP, 2011.

LIMA, Marcos Castro de. **Amazônia Ocidental: a produção da urbanização dispersa e concentrada.** Revista GEONORTE, Vol.01, N.01, Ano 01, p. 47-70, 2010.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental.** Tese de Pós-Graduação em Geografia Humana - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

LIMA, Marcos Castro de. **A cidade, o urbano e o rio na Amazônia.** In: Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº 3, jan./jun. de 2008. p. 107-117.

MANAUS, **Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus-AM de 16 de janeiro de 2014**. Diário Oficial de Manaus. Edição Especial, Edição 3335.

MANAUS, **Lei nº 1.401 de 14 de janeiro de 2010 do Município de Manaus**. Dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus, com estabelecimento de novos limites, e dá outras providências. Diário Oficial de Manaus. Edição 2.354.

MANAUS, **Decreto nº 1.499, de 27 de março de 2012**. Cria a Área de Proteção Ambiental Parque Linear do Bindá, e dá outras providências. Disponível: <<https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/decreto/2012/150/1499/decreto-n-1499-2012-cria-a-area-de-protecao-ambiental-parque-linear-do-binda-e-da-outras-providencias?q=area+de+preserva%C3%A7%C3%A3o+permanente>>. Acesso em: 02 de fev. 2020.

MANAUS, **Decreto nº 3.318, de 12 de maio de 2016**. Disponível: <<https://leismunicipais.com.br/a1/am/m/manaus/decreto/2016/332/3318/decreto-n-3318-2016-altera-e-acrescenta-paragrafos-ao-art-22-do-decreto-n-3200-de-23-de-outubro-de-2015-2019-11-12-versao-compilada>>. Acesso em 02 de fev. 2020.

MANAUS, **Lei nº 2.001 de 26 de junho de 2015**. Tarifa Social na fatura mensal da concessionária de água e esgoto e em outros meios e dá outras providências. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=286328>>. Acesso em 02/02/2020.

MANAUS, **Diagnóstico de esgotamento sanitário em Manaus é apresentado em seminário na Universidade de Lisboa, 22/10/2019**. Disponível em <<https://www.manau.s.gov.br/noticia/prefeitura-diagnostico-egotamento-sanitario/>>. Acesso em 02/02/2020.

MARAFON, Gláucio José. **O espaço urbano: a abordagem da Escola de Chicago e da Escola Marxista**. Departamento de Geociências - Centro de Ciências Naturais e Exatas UFSM - Santa Maria, RS Ciência e Natura, Santa Maria, 18: 49 - 181, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente**. In: O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo. 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados. São Paulo, n. 17 (48), p. 151-167, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volumes IV a VI. São Paulo: DIFEL, 1987.

MENDES, Cesar Miranda Mendes, MOTA, Adeir Archanjo da. **Considerações sobre as estratégias e ações dos promotores imobiliários na produção do espaço urbano**. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 18 (35): 123-130, dez. 2006

MOULOU, Noël; et al. **Estruturalismo e Marxismo**. Traduzido por Carlos Henrique de Escobar. Paris: La Pensée, 1967. Editions Sociales. Rio de Janeiro: Direitos a Zahar Editores, 1968.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Coletâneas do nosso tempo. Rio Claro, Ano VII, n° 8, 2008, p. 129-153.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Lugar como a representação da existência**. XV EGAL (Encontro de Geógrafos da América Latina). Havana, Cuba, 2015. Disponível: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Teoriaymetodo/Teoricos/07.pdf>> Acesso em 29/07/2020.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, v. 4, n. 1, p. 65-115, 1988.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **A circulação na Manaus da belle époque: modernização e exclusão**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 04, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, Luciano. **Os Excluídos Existem? Notas Sobre a Elaboração de um Novo Conceito**. In: RBCS, ano 12 n° 33, fevereiro de 1997.

PEARSON, Ian. **75 anos da ponte Bailey: de conflito a comunidades**. Mabey Bridge. Guia para a Brooklyn Bridge. Andrew Rosenberg, 2019. Disponível em: <<https://ptbr.nycgo.com/articles/guide-to-the-brooklyn-bridge>>. Acesso em 08/11/2019.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus - 1899-1925**. 2. ed. Manaus: Edua, 2000.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. **“Zona Franca de Manaus e o Desenvolvimento Regional”**. São Paulo em Perspectiva. 6 (1-2): Janeiro – Junho de 1992. P. 127- 133.

PORTAL DO HOLANDA. **Igarapé do 40 transborda, 'engole' carros e invade casas durante chuva**. Disponível: <<https://www.portaldoholanda.com.br/alagacoes-manaus/igarapes-do-40-transborda-engole-carros-e-invade-casas>>. Acesso: 01/05/2020.

PROSAMIM - **Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés de Manaus**. Disponível: <<http://www.prosamim.am.gov.br>>. Acesso em 01/02/2019.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos, **Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão**. 2016, Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 28, p. 171-195, 2016.

SANTOS, Milton, **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX**. In: Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta**. Revista de Administração Municipal - Municípios – IBAM. Rio de Janeiro, Ano

54 - Nº 271 jul./ago./set. De 2009. Disponível: <file:///C:/Users/eu/Documents/MESTRADO/Levantamento%20Bibliogr%C3%A1fico/A%20Desordem%20%C3%A9%20s%C3%B3%20uma%20ordem%20que%20exige...%20Carlos%20Nelson%20Ferreira%20dos%20Santos.pdf>. Acesso 01/02/2020.

SCHLINDWEIN, Cleiton. **Travessia para outro lado – A história das pontes**, *apud* Projeto Estrutural Online. 2020. Disponível: <<https://projetoestruturalonline.com.br/historia-das-pontes/>>. Acesso em 08/11/2020.

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Áreas Protegidas ao Longo do Igarapé do Bindá**. SEMMA/CGTA. PMM. Manaus. 2008

SERPA, Ângelo. **A Margem de Salvador: A produção do espaço periférico metropolitano**. In: LIMA, Paulo Costa et. al. Quem faz Salvador? Salvador: Salvador-Bahia. 2002.p.295-303.

SERPA, Ângelo. **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: Edufba, 2002.

SIGNIFICADOS. **CEP**. Disponível: <<https://www.significados.com.br/cep/>>. Acesso em 12/10/2019.

SILVA, Marilene Corrêa. **As metamorfoses da Amazônia**. Manaus, Ed. da UFAM, 2000.

SOGAME, Maurício. **Urbanização em sua fase Crítica: uma aproximação ao Conceito de segregação Socioespacial**. Geografares, 2, jun. 2001. Vitória. p. 95-103.

SOGAME, Maurício. **Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial**. 2001, p. 97. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2001.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política**. Revista Brasileira de Geografia, 51 (2), p. 140-172. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Maria da Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1996. p.11-41.

TEÓFILO, Tereza (Ageman). **Diagnóstico de esgotamento sanitário em Manaus é apresentado em seminário na Universidade de Lisboa**. 22/10/2019, 16h14. Disponível:

<<https://www.manaus.am.gov.br/noticia/prefeitura-diagnostico-esgotamento-sanitario/>>.
Acesso: 16/02/2020.

TESTONOTICIAS. **Onde fica a Pomerânia (Pommern)?**. 19/01/2017, 15h43. Disponível:
<<http://www.testonoticias.com.br/geral/onde-fica-a-pomer%C3%A2nia-pommern-1.1957619>> . Acesso em 25/07/2020.

TOPOFIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível:
<<https://www.dicio.com.br/topofilia/#:~:text=substantivo%20feminino%20Prefer%C3%AAn%20ou%20conex%C3%A3o,t%C3%B3pos%20lugar%20%2B%20filia>>. Acesso em 08/11/2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. 1980. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

WIKIPEDIA. **Bibliografia de Gaspar Eduardo da Costa Guimarães**. Disponível:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Gaspar_Guimar%C3%A3es#:~:text=Gaspar%20Eduardo%20da%20Costa%20Guimar%C3%A3es,foi%20obrigado%20a%20exilar%2Dse>. Acesso em 30/10/2019.

APÊNDICES

Apêndice I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: Segregação e diferenciação na metrópole: As pontes que unem e separam no contexto das ocupações em margens dos igarapés de Manaus

Responsáveis: Ageane Alves Ramos (Mestranda/PPGEOG)

Prof. Dr. Marcos Castro de Lima (Orientador/PPGEOG)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de campo sob a responsabilidade dos Pesquisadores: Mestranda Ageane Alves Ramos e Professor Dr. Marcos Castro de Lima.

Trata-se de uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder as perguntas deste formulário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Você estará sendo informado pelo telefone dos pesquisadores para qualquer dúvida sobre o projeto:

Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas, antes de você se decidir a participar;

Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade;

Objetivo do estudo: Compreender a produção do espaço urbano em Manaus.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste formulário, respondendo às perguntas formuladas.

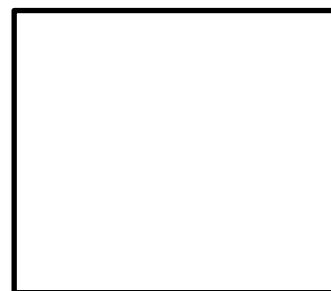
Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste formulário não representará qualquer risco de ordem, social, física ou psicológica para você.

Manaus/Am, ____ de _____ de 2020

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do pesquisado



Impressão dactiloscópica no caso de não saber escrever

- Telefone para contato: (92) 99460-4361 – Ageane Alves Ramos.

UFAM: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067-005, Universidade Federal do Amazonas, Campus Universitário.

Apêndice II

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

- 1) Nome apenas para controle do mestrando – O Participante será identificado por Número.
Nº _____ Nome.....
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Qual a sua naturalidade?.....
- 4) Qual a atividade exerce?.....
- 5) Qual o seu endereço?.....
- 6) Mora a quanto tempo neste bairro?.....
- 7) Observação: Tipo de casa e quantidade de cômodos há na residência
- 8) Quantos moradores moram na residência?.....
- 9) Água e energia são regularizadas?.....
- 10) A coleta de lixo é diária?.....
- 11) Por que você veio morar neste local?.....
.....
- 12) Qual o nome que você identifica seu bairro e sua rua?
.....
.....
- 13) Há Centro Social neste bairro? O que ele normalmente faz pela comunidade?
.....
.....
- 14) Quais os benefícios de morar neste bairro?
.....
.....
- 15) Quais as dificuldades que mais incomodam neste bairro?
.....
.....
- 16) Há UBS no bairro, onde se localiza? É acessível a todos os moradores?
.....
.....
- 17) Há área de lazer no bairro, como praças por exemplo? Quais? Você e sua família usam esses locais?
.....
.....
- 18) A ponte contribuí para unir os dois lados da margem do igarapé _____, ela serve como algum divisor entre os bairros?
.....
.....
- 19) Com a quantidade de condomínios que se estabeleceram, trouxe melhorias aos moradores do bairro?
.....
.....
- 20) Em períodos chuvosos há algum transtorno na localização que você mora ou no bairro?
.....
.....
- 21) O igarapé incomoda no seu cotidiano pelo cheiro ou em período de chuvas?
.....
.....
- 22) O que você gostaria que melhorasse em seu bairro?
.....
.....
- 23) Você gostaria de sair de seu bairro? Em caso positivo, por quê?
.....
.....
.....

ANEXOS

Anexo I. Reportagem do Desembargador de Gaspar Guimarães.

LIVRARIA POPULAR
 357 RUA DOS ANDRADAS 361

Recebeu a Cartilha Nacional de Hilario Ribeiro, o mais aprefeiçoado methodo de ensino para escolas primarias, que conhecemos. Não é um *reclame* mentiroso e sim a verdade sobre o precioso livrinho, de uma utilidade extraordinaria para creanças, que incontestavelmente leva vantagem a todos os methodos publicados até hoje sobre o mesmo assumpto, ensinando simultaneamente leitura e calligraphia.

Custo da Cartilha Nacional—cart. 500.

Espera-se com toda a brevidade o 2º e 3º livros de leitura do mesmo autor, bem como o 4º e 5º que já se acham no prélo.

Todos estes livros são completamente novos e seguem methodo muito diverso ao que o autor seguiu nas Lições no lar.

Deposito geral em casa de
Gaspar Guimarães
 Livraria Popular (159)

Anexo II

Página web disponível da empresa de Águas de Manaus sobre esgotamento sanitário

Home > Esgotamento Sanitário



ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Melhorar o Saneamento

O sistema de esgotamento sanitário da Águas de Manaus possui uma extensão superior a 500 quilômetros de redes coletoras associadas a 60 estações de tratamento de esgoto.

SISTEMA DE ESGOTAMENTO

O sistema de esgotamento sanitário operado atualmente pela Águas de Manaus possui uma extensão superior a 500 quilômetros de redes coletoras associadas a 60 estações de tratamento de esgoto e 51 elevatórias, subdividindo-se em dois sistemas:

Um que abrange o centro da cidade e partes dos bairros Educandos, Morro da Liberdade, Santa Luzia e adjacências, que é chamado de sistema integrado, e outro formado por vários sistemas isolados dispostos ao longo de toda a cidade, como é o caso de vários conjuntos habitacionais, residenciais que possuem o serviço operado pela concessionária.

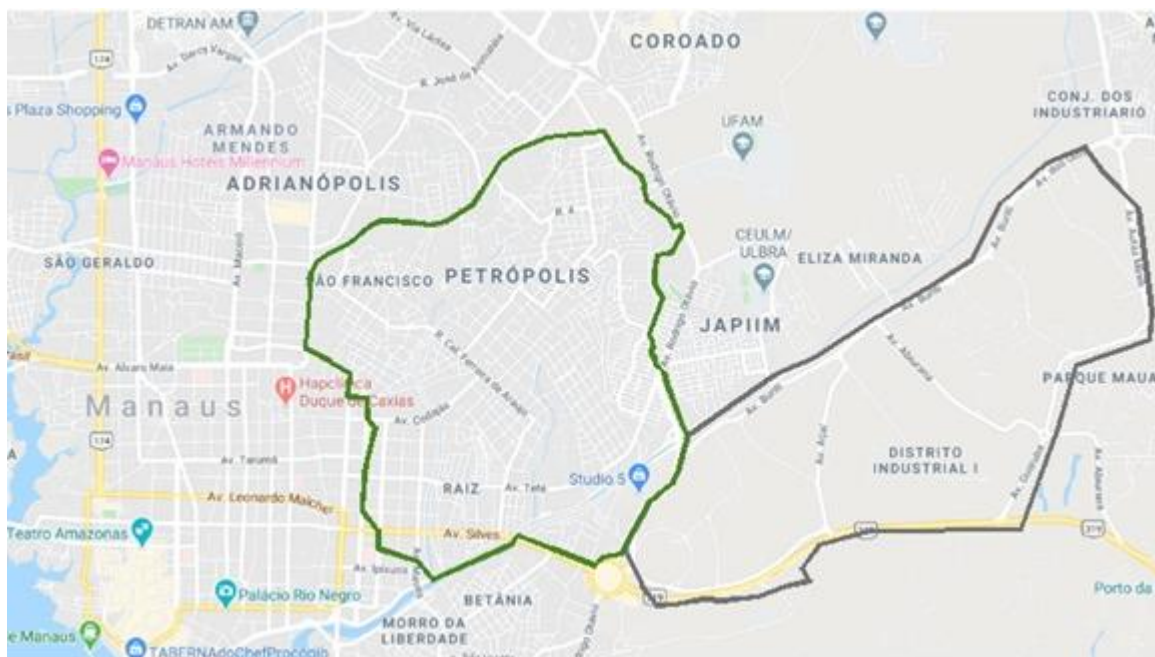
Em julho de 2018, a concessionária inaugurou a Estação de Coleta e Tratamento de Esgoto da Timbiras (ETE/Timbiras), beneficiando diretamente os moradores das etapas 1 e 2 da Cidade Nova e adjacências, zona Norte. No local foram realizados serviços de extensão e substituição da rede coletora de esgoto; construção e ampliação de estação elevatória de esgoto e linha de bombeamento; construção e ampliação de estações de tratamento de esgoto.

A Águas de Manaus possui uma área dedicada a conscientizar, sensibilizar e orientar a população sobre como desenvolver novos hábitos de consumo da água, assim como estimular a percepção da importância da água tratada e do esgotamento sanitário para a saúde pública e melhoria da qualidade de vida.

A empresa tem debatido com parceiros, o uso correto do consumo da água e a importância do esgotamento sanitário para a saúde pública. O debate amplo envolve líderes comunitários e religiosos, instituições estaduais e municipais, gestores de escolas e professores. Essa dinâmica tem sido reforçada, junto às comunidades, por meio dos programas socioambientais executados pela empresa.

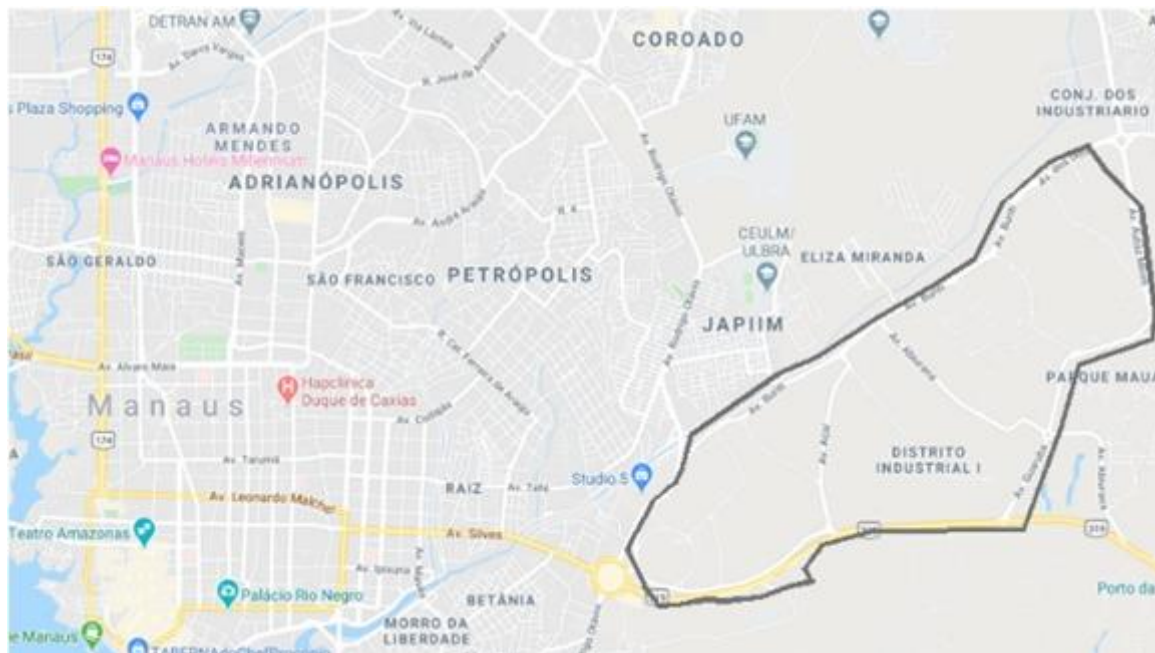
Anexo III

a. Área de abrangência do sistema de esgotamento Distrito Industrial e PROSAMIM II



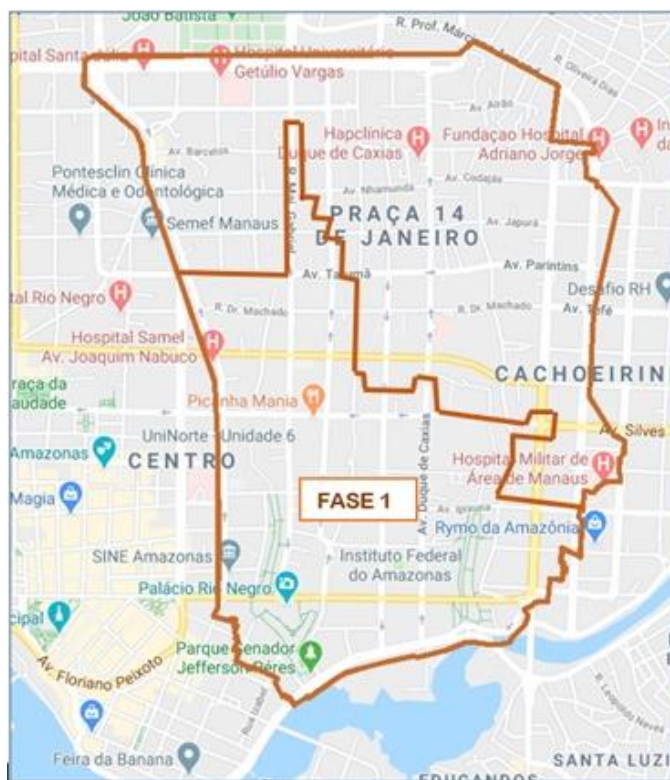
Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Ageane Ramos. 25/04/2020

b. Área de abrangência do sistema de esgotamento Distrito Industrial



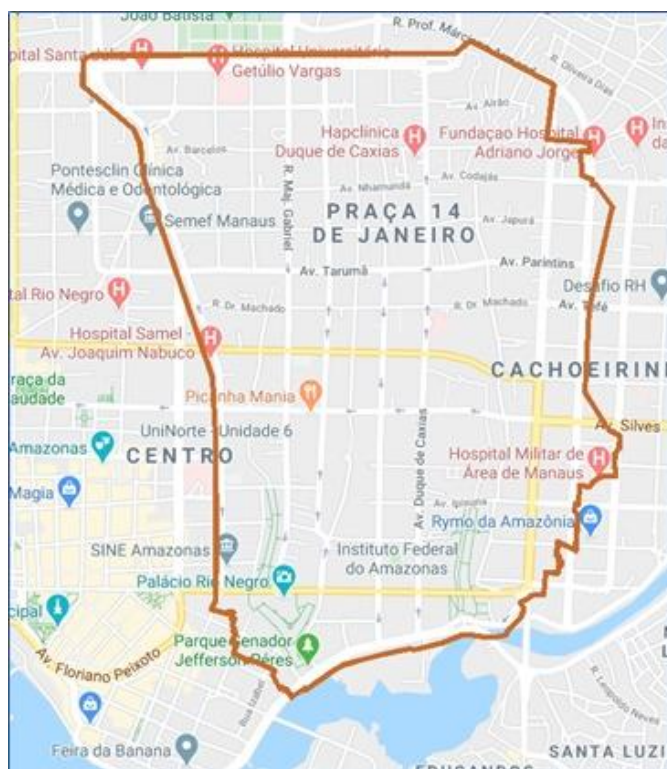
Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Ageane Ramos. 25/04/2020

c. Mapa indicativo da Área com rede coletora de esgoto, repassada em 2011



Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Ageane Ramos. 25/04/2020

d. Mapa indicativo da área de abrangência PROSAMIM I



Fonte: Pesquisa de campo. Org.: Ageane Ramos. 25/04/2020

e. **Mapa indicativo da Área de abrangência PROSAMIM III**



Fonte: Pesquisa de campo. **Org.:** Ageane Ramos. 25/04/2020

Anexo VII

Relação de localizações com sistema de esgoto e Estação de Tratamento de Esgoto - ETE ativas e inativas em Manaus/AM. Fonte: Pesquisa de campo.

- Conjunto Residencial Eliza Miranda (bairro Japiim)
- Parte do Japiim (Lagoa do Japiim)
- Residencial Petrópolis (bairro de Petrópolis)
- Ayapuá/Xingú (bairro da Compensa)
- Barra Bela (Parque Dez de Novembro)
- Bombeamento I e II (bairro da Compensa)
- Cidade Nova I e II
- Déborah
- Dom Pedro, Kyssia e Tocantins - ETE Tocantins
- Eldorad,
- João Bosco - Torquato
- João Bosco – Coroado
- Jornalista e Vila do Sol Maior - ETE Jornalistas
- Nascente do Mindú (Cidade de Deus)
- Ouro Verde e Canaã - ETE Ouro Verde
- Ozias Monteiro
- Conjunto Parque dos Rios II
- PROURBIS no Jorge Teixeira
- Samambaias
- Sapolândia (bairro Dom Pedro)
- Conjunto Villa Rica
- Conjunto Villa Nova I e II
- Residencial Viver Melhor II
- Residencial Viver Melhor III
- Conjunto Alphaville III
- Conjunto Alphaville IV
- Augusto Montenegro II e III
- Jardim de Versalles, parte
- Vista Bela
- Cidadão X, 3 ETEs
- Cidadão XII,4 ETEs
- Cidadão Manauara I
- Galiléia I e II, 10 ETEs
- Nova Cidade - 3 ETEs
- Renato Souza Pinto II e Ribeiro Júnior - 4 ETEs que vão ser desativadas
- Vila Suíça
- Villa da Barra, 3 ETEs
- Viver Melhor I
- Viver Melhor III – Monte das Oliveiras
- Viver Melhor IV
- Cidadão IX, duas ETEs
- Nova Vitória, 10 ETEs